

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS
PÚBLICAS

SEGURANÇA ALIMENTAR E A POLÍTICA PARA O PROGRESSO
Panorama social, político e econômico na idealização da merenda escolar no
Brasil (1930-1955)

CURITIBA
2018

SILOÉ APARECIDA DE SOUZA DE ALMEIDA

SEGURANÇA ALIMENTAR E A POLÍTICA PARA O PROGRESSO

Panorama social, político e econômico na idealização da merenda escolar no Brasil
(1930-1955)

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós Graduação de Direitos Humanos e Políticas Públicas, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Linha de pesquisa: Teoria e História dos Direitos Humanos

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Maria Cecília Barreto Amorim Pilla

**CURITIBA
2018**

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

A447s
2018

Almeida, Siló Aparecida de Souza de
Segurança alimentar e a política para o progresso: panorama social, político e econômico na idealização da merenda escolar no Brasil (1930-1955) / Siló Aparecida de Souza de Almeida ; orientadora: Maria Cecília Barreto Amorim Pilla. – 2018.
108 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018
Bibliografia: f. 99-108

1. Direitos humanos. 2. Políticas públicas - Brasil. 3. Segurança alimentar. 4. Merenda escolar. I. Pilla, Maria Cecília Barreto Amorim. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas. III. Título.

CDD 20. ed. – 323.4

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº. 018/2018

DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

SILOÉ APARECIDA DE SOUZA ALMEIDA

Aos vinte e três dias, do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, às catorze horas e trinta minutos reuniu-se na Sala de Pós Oito - Segundo Andar da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a banca examinadora constituída pelos professores: Maria Cecilia Barreto Amorim Pilla, Cilene da Silva Gomes Ribeiro, Jucimeri Isolda Silveira e Samara Mendes Araújo Silva, para examinar a dissertação da candidata **Siloé Aparecida de Souza Almeida**, ingressante no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas - Mestrado, no primeiro semestre de dois mil e dezesseis. Área de concentração: Direitos Humanos, Ética e Políticas Públicas - Linha de pesquisa: Teoria e História dos Direitos Humanos. A mestrandia apresentou a dissertação intitulada: SEGURANÇA ALIMENTAR E A POLÍTICA PARA O PROGRESSO - PANORAMA SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO NA IDEALIZAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR NO BRASIL (1930-1955). A Candidata fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos Membros da Banca e, após a defesa, a Candidata foi Aprovada pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 16 horas 00 minutos. Para Constar, lavrou-se presente Ata, que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Prof^a. Dr^a Maria Cecilia Barreto Amorim Pilla _____

Presidente/Orientadora

Prof^a. Dr^a Cilene da Silva Gomes Ribeiro _____

Co-orientadora

Prof^a. Dr^a. Jucimeri Isolda Silveira _____

Convidada Interna

Prof^a. Dr^a Samara Mendes Araujo Silva _____

Convidada Externa



Prof^a. Dr^a. Maria Cecilia Barreto Amorim Pilla
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direitos humanos e Políticas Públicas
Stricto Sensu – PPGDH PUCPR

AGRADECIMENTOS

À Fundação Araucária e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná pelo auxílio financeiro. À professora Maria Cecília, orientadora dedicada, por sua paciência, alegria e por acreditar no meu trabalho. Aos professores, funcionários e colegas do programa de Mestrado em Direitos Humanos da PUCPR. Pela amizade e pelo encorajamento que recebi da minha irmã Sue Hellen e da minha amiga Cristiane. À minha mãe Emília e meu pai José Aparecido que sempre encontraram tempo para suas filhas, as orientando e incentivando com amor. Aos meus filhos Juliana e André, por colocarem um colorido especial nos meus dias. E com carinho, agradeço ao meu Ed, pela cumplicidade e apoio ao longo de mais esta aventura.

RESUMO

O presente trabalho analisa o cenário que serviu de base para a idealização das políticas públicas de combate à fome nas escolas brasileiras entre 1930-1955. O recorte temporal tem seu início com a Revolução de 1930, e a criação do Ministério da Educação e da Saúde, quando os planos de combate à fome parecem tomar novos rumos, até a institucionalização da merenda escolar em 1955, quando os planos passam a se concretizar à partir da implementação de políticas públicas. A análise das fontes como documentos e as cartilhas de orientação alimentar e higiênica, serviram para responder à questão que orientou o trabalho: como o Estado brasileiro se posicionou no sentido de eliminar o problema da fome no país tendo como elemento central a criança nos primeiros anos de sua idade escolar. O estudo apresenta inicialmente uma exposição da fome no Brasil e no mundo, empreendendo foco no Brasil e na persistência que o problema da fome representa. Em seguida traz a eugenia presente na quebra de paradigma exposta por Josué de Castro (o problema do brasileiro não é a raça e sim a fome). Depois disso apresenta o embasamento científico que auxilia na construção das ações de combate à fome no período Vargas. Descreve as medidas realizadas pelo governo de Getúlio Vargas que direta ou indiretamente tinham a alimentação do trabalhador e sua família como um de seus objetivos. Aponta a relevância da criança no projeto de progresso do Estado Novo, demonstrando a escolha da escola como meio difusor de novos hábitos alimentares. Por fim apresenta o caminho percorrido pela merenda escolar até sua institucionalização pelo Estado.

Palavras chave: Merenda Escolar. Direitos Humanos. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This master dissertation examines the structure of the conception of public policies to combat hunger in Brazilian schools between 1930 and 1955. The time period under study begins with the Revolution of 1930 and the creation of the Ministry of Education and Health, when the plans to combat hunger seem to take a new direction until the institutionalisation of school meals in 1955, when these plans start to become concrete public policies. The analysis of sources, like, documents and the food and hygiene guidance booklets served to answer the question that guided this dissertation: how the Brazilian State was positioned to eliminate the problem of hunger from the country having as central element the child in the early years of school age. Initially, this dissertation exposes the hunger in Brazil and in the world and consequently it examines the persistent problem of hunger in Brazil. Then, it discusses the paradigm shift of eugenics presented by Josué de Castro (the problem of the Brazilian people is not the race but hunger). Next, it presents the scientific foundation that assisted the construction of actions to combat hunger in the Getúlio Vargas Era. It describes the measures taken by the government of Getulio Vargas that directly or indirectly placed the feeding of the workers and his family as one of his objectives. It points out the relevance of the child in the Estado Novo's project of progress that chose the school to disseminate new eating habits. Finally, it presents the path taken by school meals until its institutionalisation by the Brazilian State.

Key words: School Meals. Human Rights. Public Policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. CAPÍTULO 1: O FENÔMENO DA FOME.....	19
1.1 CONCEITOS DE FOME.....	19
1.2 A FOME E A DESNUTRIÇÃO.....	27
1.3 A FOME E OS DIREITOS HUMANOS.....	30
1.4 A FOME NO BRASIL.....	33
1.5 A QUEBRA DE PARADIGMA APRESENTADA POR JOSUÉ DE CASTRO.....	38
2. CAPÍTULO 2: A CIÊNCIA E O COMBATE À FOME	44
2.1 CIÊNCIA + OBJETIVOS DO ESTADO = POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO.....	44
2.2 EDUCAÇÃO PARA BOA ALIMENTAÇÃO.....	49
2.3 O COMBATE AO PAUPERISMO.....	53
2.4 INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTISMO.....	58
2.5 MEDIDAS DE COMBATE À FOME NO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS.....	63
3. CAPÍTULO 3: A ESCOLA, A CRIANÇA E OS HÁBITOS.....	70
3.1 ESCOLA: DIFUSORA DE NOVOS HÁBITOS- HIGIENE E ALIMENTAÇÃO ..71	
3.1.1 Alimentação na escola – Dante Costa e Thalino Botelho.....	79
3.2 MOTIVOS À FAVOR DA MERENDA.....	86
3.3 A IMPORTÂNCIA DA CRIANÇA NOS PLANOS DO ESTADO NOVO.....	87
3.4 O CAMINHO PARA CHEGAR A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MERENDA.....	89
3.4.1 Uma querela política.....	92
3.4.2 Temos merenda, e agora?	94
CONCLUSÕES	
REFERÊNCIAS E FONTES	
1. BIBLIOGRÁFICAS.....	99
2. ARQUIVOS DISPONÍVEIS NA INTERNET.....	102
3. TEXTOS E DOCUMENTÁRIOS.....	107
4. FONTES	107

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Lições da Cartilha de Hygiene, de Almeida Júnior, 1936.	52
Figura 2. Charge de Benedito Bastos Tigre, pseudônimo Belmonte.	66
Figura 3. Capa da Cartilha de Hygiene, publicada pela editora Nacional	75
Figura 4. Capa da Cartilha de Higiene – Alfabeto da Saúde	75
Figura 5. Gravura do livro: Pequenos Fundamentos para a boa Alimentação	84

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi desenvolvida junto à linha de pesquisa Teoria e História dos Direitos Humanos integrante da área de concentração em Direitos Humanos, Ética e Políticas Públicas. Foi financiada de seu início até março de 2017 pela bolsa de estudos PIBIC, oferecida pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná aos alunos que durante sua graduação fizeram parte do Programa de Iniciação Científica proposto pela instituição. De março de 2017 a fevereiro de 2018, a pesquisa foi custeada pela Fundação Araucária.

A motivação para trabalhar o período governado por Getúlio Vargas, surgiu durante os anos da graduação em História, quando percebi a importância e a permanência das iniciativas sociais e econômicas idealizadas nesta época. Os anos de iniciação científica, trouxeram o contato com a obra de Norbert Elias¹, que contribuiu para meu interesse em estudar o processo civilizador sob à luz dos parâmetros civilizatórios europeus no Brasil ao longo do século XIX, e ainda por boa parte do século XX. Em grande medida, estes planos civilizatórios têm relação com a idéia de ciência e progresso que influenciaram as políticas públicas de eugenia e higienismo presentes nos planos do governo de Getúlio Vargas (1930-1954). Deve-se ainda a inspiração deste trabalho às noções de história da alimentação fomentadas pela minha orientadora, e pela disciplina que cursei de forma isolada na Universidade Federal do Paraná, ministrada pelo saudoso professor Carlos Roberto Antunes dos Santos. Por fim, as disciplinas de direitos humanos cursadas durante o mestrado me levaram à estudar a institucionalização da merenda escolar, bem como o processo de idealização deste direito (à alimentação) no Brasil.

A escolha do recorte temporal é também fruto de meu interesse particular em investigar a alimentação neste período. Espaço temporal que envolve a regulação das relações entre trabalho e capital através de políticas públicas voltadas principalmente para a formação da classe trabalhadora industrial; mudanças na sociedade brasileira que ocorriam paralelamente no país (entre elas a passagem de uma economia rural para uma economia urbano-industrial) e um ativo movimento social, político e cultural gerenciado pela área da saúde em busca de consolidar o campo de saber científico da alimentação no Brasil.

¹ Em especial O processo civilizador I e II.

A alimentação é um elemento fundamental para a existência humana. No Brasil, assim como no mundo existe a inquietação sobre como alimentar as pessoas de tal forma que lhes proporcione saúde. Contudo, a fome é um tema que persiste em nossa história. Nacionalmente a luta contra a fome recebeu significativa atenção durante os anos de 1930, durante o período do presidente Getúlio Vargas e mais recentemente, na década de 1990 quando a divulgação do Mapa da Fome² denunciava que cerca de 32 milhões de brasileiros eram miseráveis em 1993, por conta disso não possuíam recursos para se alimentar. O Mapa da Fome, incentivou a sociedade civil que criou a campanha Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida³, com o propósito de revelar o problema emergencial da fome no país, através de exposição na mídia e mais concretamente por meio de comitês que recebiam alimentos doados.

A justificativa para o tema geral desta pesquisa – ações governamentais contra a fome, vem da observação feita através de investigação no referencial teórico que demonstra como a fome está presente na realidade humana desde tempos imemoráveis. Especificamente no Brasil, a preocupação com a fome é percebido em documentos desde o período colonial, ela é um problema que persiste durante o Império e possui destaque ainda no Brasil República. A temática foi escolhida por sua relevância e abrangência social e por ser algo persistente.

A proposta inicial era trabalhar o combate à fome no Brasil através da observação das orientações contidas em documentos internacionais baseados nos Direitos Humanos. Ao estudar os programas, que mais tarde se tornariam políticas públicas voltadas à alimentação, percebemos que foi durante o período da história do Brasil em que o Estado foi governado por Getúlio Vargas (1930-1954, com um intervalo entre 1945 e 1951), que estas políticas tiveram sua gênese sob o enfoque que pretendemos analisar. Em virtude deste fato, a escolha do recorte, justifica-se por conta da riqueza trazida pelo conjunto de medidas previstas no país neste período. A escolha do período Vargas completo, foi secundária, a idéia primordial era concentrar o estudo nas políticas do Estado Novo, todavia com o

² Documento que trazia os índices de miséria do Brasil, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 1993.

³ Nesta conjuntura também foi divulgada a Carta de Ação da Cidadania, documento assinado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho e outros ativistas que desejavam chamar atenção para a situação de miséria intensa que passava o país.

desenvolvimento da pesquisa e o contato com as fontes percebemos que o processo de implantação e idealização das políticas contra à fome, que levaram à institucionalização da merenda escolar em 1955, se deram durante quase todo o governo Vargas. Logo para se chegar até a institucionalização da merenda escolar, que de certa forma arremata o pensamento desenvolvido nesta pesquisa, sentimos a necessidade de estender até o ano de 1955 o recorte temporal.

O recorte usado na pesquisa tem um contexto político administrativo. Advém da própria natureza do trabalho de permitir o diálogo entre direitos humanos – direito à uma alimentação adequada na infância, e a implantação por meio de políticas públicas deste direito.

O trabalho propõe uma discussão sobre o direito à alimentação e como o Estado brasileiro no período Vargas se posiciona no sentido de eliminar o problema da fome no país, tendo como elemento central a criança nos primeiros anos de sua idade escolar.

Consideramos que a análise de alguns elementos como a eugenia - estudo dos fatores favoráveis à melhoria da raça e daqueles que provocam sua decadência (RIZZINI, 2009), o higienismo, a alimentação racional, o desenvolvimentismo e a industrialização, são fundamentais para o alinhamento da discussão com o recorte temporal estabelecido. Estes conceitos serão trabalhados no decorrer da pesquisa. Visto que estes elementos fizeram parte ativamente, de uma maneira ou de outra, do período.

De posse da exposição de idéias apresentada, delimitamos o tema como Alimentação no Brasil, estudo da idealização das políticas públicas de combate à fome nas escolas entre 1930-1955. Ou seja, tem seu início com a Revolução de 1930, e a criação do Ministério da Educação e da Saúde, quando os planos de combate à fome parecem tomar novos rumos, até a institucionalização da merenda escolar em 1955, quando os planos passam a se concretizar a partir de políticas públicas implementadas para isso.

No Brasil, durante a década de 1930, as preocupações com o atraso e com o retardo econômico e social do país tornaram-se mais agudas, e se buscavam formas de alavancar o processo de desenvolvimento e de modernização. Existia uma ânsia de transformação cultural da população de maneira a ajustá-la às exigências impostas por um país que buscava o progresso. Segundo Arimatea (2016), a política nacional desenvolvimentista oportunizou a interferência do Estado nos planos

econômicos e sociais. Tendenciosamente, a meta era formar uma nacionalidade saudável e produtiva. A inquietação sobre a formação de uma nação forte trouxe à baila a discussão sobre o caráter da civilização brasileira. Esta idéia de uma nação forte e saudável, aconteceu também em outros países, como na França por exemplo, onde as idéias eugenistas eram apresentadas, através de políticas higienistas, empenhadas no cuidado desde a gestação do indivíduo, passando pelos cuidados com o parto até a alimentação da primeira infância. Dias (2007) destaca as condutas morais inseridas na educação escolar, a publicidade de hospitais e institutos que ensinavam as mães a cuidar de seus rebentos da maneira “correta”, para o Estado, tais medidas eram recorrentes na França do início do século XX.

Contemporâneo ao debate de formação de uma nação forte, estava o florescer da ciência da nutrição, que colocava a alimentação como combustível do indivíduo. A partir de inquéritos alimentares, estudos⁴ científicos demonstram que a produção relativa ao trabalho poderia aumentar caso fosse tratado o problema alimentar dos brasileiros. A área da saúde que recebe legitimação no período propõe campanhas de higiene e alimentação com a estratégia de inculcar novos hábitos na população na tentativa de trazer esclarecimento sobre a escolha dos alimentos. Esta estratégia usa a alimentação racional como carro chefe em sua atuação. A preocupação com a alimentação da população veio a se consolidar em políticas públicas no Brasil a partir do século XX.

Partindo desses respaldos científicos, foram criados serviços de ação (que mais tarde se tornaram políticas públicas), para benefício do trabalhador e sua família, visando melhorar a condição de vida desta parcela da população. As ações eram acompanhadas das campanhas que reforçavam as orientações oriundas da ciência.

As campanhas eram usadas também com a finalidade de reforçar noções de identidade nacional.

A pesquisa se caracteriza como descritiva exploratória quanto aos objetivos e documental quanto aos procedimentos técnicos. De acordo com Gil(2008) a categoria documental vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da

⁴ No capítulo 2 estão descritos os inquéritos médicos realizados no período, responsáveis pelo embasamento científico para as ações voltadas à alimentação realizadas entre 1930-1955.

pesquisa. O mesmo autor explica que a natureza descritiva da pesquisa quanto aos seus objetivos, compreende a descrição das características de determinadas populações ou fenômenos. O presente trabalho reúne traços de natureza descritiva e exploratória, neste último quando busca familiaridade com o problema.

Seguindo as orientações de Bacellar (2005), fez-se necessária uma incursão na história dos documentos selecionados para análise em busca de responder algumas questões-chave: Sob quais condições aquele documento foi redigido? Por quem e com qual propósito foi escrito? Tais perguntas, segundo o autor supracitado são fundamentais na pesquisa documental. Neste sentido buscou-se responder à estas questões quando se analisa as cartilhas e manuais sobre higiene e alimentação racional, cujo conteúdo era trabalhado nas escolas do Brasil no período entre 1930 e 1955.

O material de divulgação com orientações de higiene e alimentação, examinados nesta pesquisa (revistas, cartilhas, folhetos), foram analisados de forma isolada, no geral foram de fácil acesso, destinado a pessoas comuns, como crianças, operários e donas de casa. A linguagem empregada é de simples compreensão e a informação apresentada é tratada diretamente com a intenção de que o leitor aprenda o conteúdo definido, sem grandes dificuldades.

Ainda congregando com os escritos de Bacellar (2005) quando afirma que nenhum documento é neutro, pois carrega em si a opinião do autor ou do órgão que o redigiu, vale destacar que na presente pesquisa foi considerado o contexto relacionado ao período em que os documentos e cartilhas foram escritas, bem como os conceitos, termos e expressões utilizadas. Neste sentido Carlo Ginzburg no texto “O inquisidor e o antropólogo” faz menção a esta propriedade das fontes documentais. Para o autor é preciso que haja uma superação na “epistemologia positivista ingênua, ainda partilhada por muitos historiadores. Não há textos neutros; até mesmo um inventário notarial implica um código, que tem que ser decifrado” e para ser capaz de ler nas entrelinhas destes textos “temos que aprender a captar, para lá da superfície aveludada do texto, a intenção sutil de ameaças e medos, de ataques e recuos. Temos, por assim dizer, de aprender a desembaraçar o emaranhado de fios que formam a malha textual destes diálogos” (GINZBURG, 1989, p.209).

Como referencial metodológico foi utilizado a Sociologia de Pierre Bourdieu (2007), pois a pesquisa aborda aspectos da gênese social do saber científico em

alimentação. Sendo que o recorte temporal da pesquisa entre os anos de 1937-1955 cobre as fases de surgimento, divulgação e aplicação da prática (com as cartilhas) desta ciência. Busca-se descrever as estratégias adotadas na busca pela autonomia deste novo campo, através da legitimação do conhecimento médico na figura do nutrólogo e de sua aplicação prática tendo como cenário as escolas.

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não - motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (BOURDIEU, 2009, p. 69).

Sobre o conceito de *habitus* sugerido por Bourdieu(2009), consideramos como um conjunto de ações ou postura cultural legitimada socialmente; um tipo de comportamento padrão que pode ser absorvido por pessoas e grupos sociais por intermédio de processos de imposição, aceitação ou ainda de ambos. O conceito de Campo, proposto pelo mesmo autor, é entendido nesta pesquisa como espaço social compreendido e definido por padrões e saberes científicos, onde se estimulam relações teóricas e práticas objetivas sobre alguma coisa, com o propósito de alterar padrões de comportamento de um certo grupo social. As definições de *habitus* e campo sugeridos por Bourdieu foram pertinentes para a delimitação e compreensão na análise da gênese social do campo de saber científico em alimentação no Brasil (BEZERRA, 2001).

Soma-se ao referencial metodológico as concepções de Thompson(1998) sobre a Hermenêutica de Profundidade em seus três estágios: análise social e histórica; análise formal ou discursiva e interpretação e reinterpretação. Esta concepção foi utilizada como fundamentação no momento da análise das cartilhas, que receberam análise individual levando-se em conta os objetivos da pesquisa.

A hermenêutica de profundidade, segundo Thompson(1998) é uma possibilidade de investigação social, onde os dados pesquisados possuem uma relação de dependência entre si. As etapas da hermenêutica da profundidade para (Veronese; Guareschi, 2006) se caracterizam por:

- Análise sócio-histórica: versa sobre o movimento de reconstituição das condições sociais das formas simbólicas (ambientes promovido pelo

incentivo das instituições públicas e privadas da época). Ao analisar as instituições sociais, por exemplo, precisaremos reconstruir o conjunto de regras que as constituem e sustentam e, assim, verificar como as formas simbólicas se produzem e como são recebidas naquele ambiente específico para depois podermos argumentar de modo fundamentado sobre suas implicações. A reconstituição se faz necessária para se ter a possibilidade de visualização das formas de produção, transmissão e aceitação dos elementos simbólicos, com maior significado produzidos por essa sociedade.

- Análise formal ou discursiva: examina as formas simbólicas do ponto de vista de sua estrutura interna relacionando-a com as condições de sua produção ou do seu contexto sócio-histórico. Compreende a análise dos discursos e expressões dos intelectuais que tinham posição central no recorte histórico estudado na tentativa de aproximação das reais intenções de cada um. Trata-se de uma explicação interpretativa bem fundamentada, demonstrando a pertinência de um sólido referencial teórico.
- Re-interpretação: diz respeito ao ato de fragmentar um conhecimento estabelecido historicamente, e em seguida reorganizá-lo por uma lente mais crítica com o objetivo de encontrar sua real natureza para a história social. Um incentivo ao potencial crítico de sentido emancipatório.

O metodologia de Bourdieu(2009) e Thompson(1998) foi complementada com referências de categoria histórica, contextual e conceitual, divididas em: para o estudo da gênese do saber em alimentação no Brasil as orientações de Lima(2000), Bezerra(2001, 2009) e Vasconcelos(2001); como referência para as idéias sociais e políticas correntes na época – como o higienismo, eugenia, nacionalismo e desenvolvimentismo : Dewey(2001), Marques(2004), Costa(1999), Gonçalves(2011) e Rizzini(2009).

O uso da metodologia exposta guiou a pesquisa a um estágio de garimpagem, por conta da dificuldade de localizar documentos ou quando encontrados estarem geograficamente fora de acesso.

O direito humano à alimentação é caracterizado como fundamental dentre os direitos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Direitos fundamentais: “são princípios jurídica e positivamente vigentes em uma ordem constitucional que traduzem a concepção de dignidade humana de uma sociedade e

legitimam o sistema jurídico estatal” (Lopes, 2001, p.37). Proteger alguém contra a fome pressupõe que a fome existe. Valendo-se desta idéia o trabalho busca trazer um contexto da fome no mundo e no Brasil, obedecendo um padrão cronológico.

A alimentação possui correspondência substancial com a definição de direitos fundamentais, como bem observa Lopes(2008): os direitos fundamentais são entendidos como princípios jurídicos positivos que exprimem os valores básicos de uma sociedade, com o propósito direto de proteger a dignidade humana. Nesta direção, entende-se que a proteção da dignidade humana é o elemento central para a definição de um direito como fundamental. O referencial sobre direitos fundamentais utilizados nesta pesquisa compactua com os estudos de Lopes (2001,2008) e Piovesan(2008).

Para tratar do assunto fome admite-se a definição concebida por Josué de Castro entre os anos de 1934 e 1945. Nele o autor apresenta a fome não apenas como fenômeno puramente médico ou biológico, mas também político, histórico e social. Considera-se a postura mais crítica, assumida por Josué de Castro nos anos de 1940, quando o autor passa a ter um olhar subversivo sobre a fome. Para Nascimento(2002, 2009), depois de 1940 Josué de Castro assume que a fome é o resultado direto do processo do desenvolvimento do sistema capitalista. Neste caso a fome seria fruto do subdesenvolvimento e ao mesmo tempo o seu motor. Para a presente pesquisa assume-se o conceito de fome definido por Josué de Castro como um todo. Cabe aqui uma observação importante, Josué de Castro era um homem de seu tempo, sua postura, projetada em suas pesquisas, demonstram as idéias vigentes na época, não sendo adequado, compará-las ou relativizá-las com os olhos de hoje.

Tendo em vista que o estudo conta com as temáticas de alimentação e nutrição, bem como a infância (a criança em idade escolar), é apresentado um referencial teórico que contribuí no sentido de indicar conceitos para tais objetos.

Quanto a temática da alimentação, Santos(2007, p.15) apresenta a temática como “um gênero de fronteira, do social e do político, da economia e das tecnologias”, seguindo nesta direção, apontamos concepções de comida, alimento e práticas alimentares. Neste sentido são adotadas como referência as noções de alimento e comida na perspectiva das ciências humanas, cujo sentido ultrapassa o aspecto nutricional. De acordo com Santos(2005a, p.12),

o alimento constitui uma categoria histórica, pois padrões de permanência e mudança dos hábitos e práticas alimentares tem referencia na própria dinâmica social. Os alimentos não são somente alimentos. Alimentar-se é um ato nutricional, comer é um ato social, pois constitui atitudes ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações. Nenhum alimento que entra em nossas bocas é neutro.

Como aspecto da alimentação como cultura, consideramos as visões expostas por Montanari(2008) e Santos(2005a) ambas fundamentadas nos preceitos da Nova História através de Braudel(1996) e Le Goff(2001), a Nova História é a parte da história onde se localiza a História da Alimentação, lugar que recebeu após os estudos de Lucien Febvre e Marc Bloch⁵ sobre conceitos de cultura material abrangendo os traços indispensáveis para a sobrevivência humana: comida, habitação e vestuário.

A discussão acadêmica sobre o tema alimentação no Brasil, é aquecida nos anos de 1930, provocando a constituição de um campo de saber específico. Contudo, o estudo de Vasconcelos(2007) apresenta que a temática da alimentação foi objeto de pesquisa em trabalhos científicos desde meados do século XIX. Estes trabalhos procuravam estabelecer uma ligação de causa e efeito entre o insuficiente regime alimentar brasileiro e os problemas sociais do país (as enfermidades, a indolência, a falta de produtividade do povo).

Os estudos sobre alimentação e nutrição realizados no Brasil no período entre 1930 e 1945 receberam influência da abordagem elaborada pelo médico nutrólogo argentino Pedro Escudero, que se caracteriza em relacionar a alimentação e nutrição com fatores econômicos e sociais, introduzindo o debate sobre a expressão 'capital alimento' - emprego econômico do alimento dentro dos fundamentos da alimentação racional.

Em meio a uma política governamental centralizadora com ideais de desenvolvimento através de industrialização a abordagem de Escudero influenciou os médicos pesquisadores brasileiros, que através da realização de inquéritos em

⁵ Lucien Febvre e Marc Bloch: foram os idealizadores e fundadores da revista *Annales d'Histoire économique et Sociale*, que ao longo da década de 1930 tornou-se símbolo de uma nova corrente historiográfica chamada de Escola dos Annales. Febvre e Bloch escreveram sobre a proposta do periódico que era de lançar mão da visão positivista da escrita da História que havia comandado o final do século XIX e início do XX. De acordo com a teoria predominante a História era contada como uma crônica de acontecimentos, o modelo proposto pelos autores acima pretendia, sinteticamente, trazer uma análise de processos de longa duração, com o objetivo de compreender melhor e de maneira mais ampla as civilizações e suas mentalidades. (Burke, 1991)

populações de baixa renda, formularam a teoria que o brasileiro é indolente e suscetível à doenças por não saber se alimentar adequadamente. Tendo por base esse diagnóstico, os autores desses inquéritos propõem o desenvolvimento de cruzadas de educação alimentar. A finalidade destas cruzadas era de educar o povo com hábitos alimentares corretos, racionais, necessários à constituição de um Estado sadio, forte e trabalhador (BEZERRA, 2011).

As cruzadas mencionadas foram colocadas em prática através de campanhas de divulgação de bons hábitos alimentares definidos pela alimentação racional. Frota(2011), aponta que alimentação racional diz respeito ao padrão dietético estabelecido para os brasileiros por um grupo de médicos nutrólogos considerados pioneiros na formação do campo científico em alimentação no Brasil do século XX.

A definição de alimentação racional assumida neste trabalho, se identifica com a noção criada por Josué de Castro em 1936 no livro *Alimentação e Raça*, que é trabalhada também em Magalhães(1997). Ambos autores descrevem a alimentação racional como uma dieta básica para a população brasileira, que atenda suas necessidades, mas para se alcançar isto, deve se fazer uso de todo o arsenal técnico fornecido pela ciência da nutrição. Nesta pesquisa cooptamos também com a reiteração que Castro(1939) propõe em relação a ração alimentar, quando afirma a próxima relação entre alimentação adequada e aumento de produtividade. Segundo Castro(1939), é no aumento científico (orientado pelos princípios da alimentação racional) da capacidade produtiva dos trabalhadores que esta o caminho para o desenvolvimento nacional.

Sendo assim os termos ração alimentar e alimentação racional neste trabalho são interpretados através das definições de Josué de Castro estabelecendo relação direta com as diferenças de ordem sócio econômicas. Ou seja, na hora de se montar uma dieta racional, deveria se levar em conta as possibilidades econômicas do indivíduo. Sobre as orientações (Castro chama de regras) para a elaboração das dietas, Castro(1939, p.146) declara: “essas regras gerais devem ser harmonizadas dentro das possibilidades econômicas, sociais e individuais atendendo o que a ciência como todos os grupos de conhecimentos humanos tem de se subordinar, a lógica dos fatos”.

Ao discorrer sobre alimentação voltada à crianças, em específico a merenda escolar, verifica-se um mergulho em um universo que se estabelece no campo social, político e ideológico. No caso do recorte temporal da pesquisa, os três

campos possuem uma interdependência que convergem em um ponto central: a criança (a importância dela para a ideologia do Estado e as ações que são direcionadas a ela).

O aprofundamento em estudos sobre a infância e a criança propriamente dita, se dá pelos preceitos da obra de Philippe Ariès(1978) intitulada “História Social da Criança e da Família”, e de certa forma pelo desdobramento desta obra com o recorte espacial brasileiro feito por Mary Del Priore(2013) no livro “História das Crianças no Brasil”.

De acordo com Ariès(1978) as crianças, assim como as mulheres, foram consideradas seres inferiores em diversas culturas por um longo tempo. A duração da infância era limitada ao desenvolvimento físico do indivíduo. Uma vez que era demonstrada independência física, a criança passava a ser inserida no universo adulto. O sentimento de preocupação para com a infância no sentido de educação moral e pedagógica são visões que aparecem à partir do final do século XVII. A aprendizagem transfere-se para a educação formal, numa transição clara entre o público e o privado. Neste contexto a educação passa a ser oferecida no recinto da escola, ficando a família com o papel de acompanhamento. Este ideário demonstra o processo histórico percorrido pelo entendimento de infância até chegar a atualidade onde a sociedade valoriza e reconhece sua particularidade. Mesmo assim, o autor aponta que nem todas as crianças vivem a infância propriamente dita, por conta de suas condições econômicas, sociais e culturais. É neste ponto do pensamento de Ariès que se concentra o diálogo entre este autor e a presente pesquisa, buscando compreender o espaço de inserção da criança pobre, por vezes privada de sua infância como elemento de atuação dentro do ideal político delimitado.

A pertinência da criança em idade escolar, aparece na obra de Ariès(1978), quando o autor apresenta que até o século XVIII, as escolas não dividiam as crianças por faixa etária. Os centros (como o autor chama as escolas) tinham um caráter muito mais técnico do que pedagógico, logo os jovens iam para as escolas, os mais novos não. A criança – sujeito a ser pesquisado neste trabalho, estabelecida por meio do referencial histórico de Ariès(1978) e Priore(2013), permanece como ser que demanda proteção. Assumimos nesta pesquisa que a “criança escolar”, representa o grupo que estaria na faixa entre 7 e 12 anos, que freqüentava o ensino primário obrigatório. A escolha por esta criança, esta

intimamente ligada a obrigatoriedade do ensino primário⁶ no país, uma vez que pela lei ela deveria freqüentar a escola e seria lá que receberia a merenda escolar. A faixa de idade onde se insere esta criança, foi estipulada pela Constituição⁷ de 1946, embora desde 1942 algumas alterações na organização⁸ do ensino começaram a se estabelecer. Portanto, a criança, sujeito da pesquisa é aquela que durante o período de governo de Getúlio Vargas, estava na escola (no ensino primário) na faixa etária entre 7 e 12 anos.

Como ponto estratégico do estudo sobre as ações de proteção a criança, foi retomada a leitura da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas (1948) que prevê o direito ao cuidado e a assistência especiais às crianças e aos adolescentes. Os princípios previstos pela Declaração dos Direitos da Criança não foram referenciados, pois como este documento data de 1959, não faz parte de nosso recorte temporal.

Considerando as orientações dos autores supracitados e levando em conta a a síntese do recorte histórico entre as décadas de 1930 e 1950 promove-se a criação de argumentos e discussões para a organização deste trabalho. Por meio da observação da atmosfera social, econômica e política da época proposta que inicia-se o processo de compreensão de como a formulação de políticas públicas orientadas à alimentação poderiam estancar o problema da fome no Brasil.

Como forma de aproximação do universo compreendido no recorte temporal, investigamos o discurso registrado no período através de cartilhas, folhetos, leis, decretos e políticas, levando-se em conta o valor simbólico e histórico destes registros para a sociedade.

O foco da pesquisa teve como elementos norteadores os seguintes questionamentos: o que é a fome e como ela esta presente no mundo e no Brasil? Quais são as determinações da lei e das orientações internacionais sobre a eliminação da fome? Como o Brasil busca acabar com o problema alimentar? E

⁶ Constituição brasileira de 1934, Art 150 – a) ensino primário integral gratuito e de freqüência obrigatória extensivo aos adultos;

⁷ Constituição de 1946 - DECRETO-LEI Nº 8.529, DE 2 DE JANEIRO DE 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. Capítulo II – das categorias do ensino primário e de seus cursos: a) O ensino primário fundamental, destinado às crianças de sete a doze anos.

⁸ Esta e outras alterações quanto a organização do ensino no Brasil se dá em 1942 por conta das reformas realizadas pelo então ministro da educação Gustavo Capanema, chamadas de Leis Orgânicas. PILLA, M.C.B.A., 1999.

finalmente, qual a estratégia do Estado brasileiro, no período compreendido entre 1930 e 1955 para enfrentar o problema alimentar nas crianças em idade escolar?

Na busca de responder a essas indagações, o trabalho propõe um estudo dividido em três capítulos, descritos como:

Capítulo 1: expõe a fome no Brasil e no mundo, empreende foco no Brasil, trazendo como o problema alimentar é persistente ao longo do tempo e como passou a compor os elementos que identificavam o brasileiro como indolente e pouco produtivo. Descreve o que representa a desnutrição. Traz para o período atual a discussão sobre o direito humano à alimentação adequada - analisamos que mesmo fora do recorte seria interessante esta transversalidade com os direitos humanos neste capítulo. Indica a quebra de paradigma apresentada por Josué de Castro, quando demonstra que o problema do povo não é a raça e sim a fome.

Capítulo 2: apresenta o embasamento científico que deu origem as políticas públicas desenvolvidas no período Vargas com o objetivo de resolver o problema alimentar do brasileiro. Descreve as políticas que direta ou indiretamente tinham a alimentação do trabalhador e sua família como um de seus objetivos.

Capítulo 3: expõe a relevância da criança no projeto do Estado Novo e daí os motivos dela ser o alvo das campanhas difusoras de novos hábitos de higiene e alimentação. Demonstra como a escola foi usada como meio de divulgação dos princípios da alimentação racional elaborada pela área da saúde e porque foi escolhida para tal objetivo. Por fim narra o caminho percorrido pela merenda escolar até sua institucionalização pelo Estado. As considerações finais e as referencias bibliográficas são apresentadas na sequência.

1. CAPÍTULO 1 : O FENÔMENO DA FOME

1.1 CONCEITOS DE FOME

A fome pode ser explicada e sentida de várias maneiras, o que varia é quem a sente, como a sente, por quanto tempo a sente e porque a sente. A sensação pode ser descrita como um aperto no estômago que gera ansiedade, uma irritação e posteriormente um desconforto na área da cabeça. Esta é uma descrição de quem tem fome e consegue saciá-la em pouco tempo, para aquele que convive com a fome, para este, a descrição é infinita.

Para Câmara Cascudo, a fome nunca foi tema para as salas de visita, não leva ninguém a simpatizar ideal e romanticamente com o assunto. “A palavra fome é humilhante, inferior, indigna de todos os códigos de boa educação. Dizer que se tem fome, quando o almoço se eterniza, é um primor de deseducação” (CASCUDO, 1958, p.296).

No livro *A Fome*, Martín Caparrós, aponta: “... a fome não existe fora das pessoas que a sofrem. A questão não é a fome; são essas pessoas.” Caparrós viajou durante seis anos, entrevistou, estudou pessoas que passam fome na África (Níger, Sudão do Sul, Madagascar), na América (Argentina, EUA) e na Ásia (Índia, Bangladesh), de acordo com sua pesquisa, as interrogações sobre a fome nestes países tem uma mesma lógica: o planeta é capaz de produzir alimento suficiente para toda a população, mesmo assim quase 1 bilhão de pessoas estão na situação de desnutridas, pois os recursos são mal concentrados, ou seja, alguns tem muito o que faz com que muitos fiquem com quase nada, ou sem nada.

A fome tem sido, desde sempre, a razão de mudanças sociais, progressos técnicos, revoluções, contra revoluções. Nada teve mais influência na história da humanidade. Nenhuma doença, nenhuma guerra matou mais gente. No entanto, nenhuma praga é tão letal e, ao mesmo tempo, tão evitável como a fome. (CAPARRÓS, 2016, p.11)

Na língua portuguesa⁹ não existe uma palavra para fome absoluta, ausência ou carestia total de comida, o que em francês pode ser representado pela palavra *famine* – fome aguda epidêmica – ou em inglês *starvation* – processo agudo de fome/desnutrição que pode levar à morte. Assim, a palavra fome no português assume uma enorme variedade de significados, desde a vontade de comer até a situação extrema da fome endêmica (VALENTE, 2003).

Caparrós utiliza a palavra em espanhol, *hambruna*, que explica ser o que pensamos sobre fome quando vemos nos noticiários catástrofes como secas, terremotos, pragas em lavouras, guerras, batalhas que deixam milhões de pessoas

⁹ O dicionário online Caldas Aulete, apresenta as seguintes definições para a palavra fome: 1) Necessidade, desejo de comer; 2) Falta do alimento; 3) Escassez, miséria, penúria; 4) Avidéz ou vontade intensa.

- O dicionário online Michaelis aponta fome como: 1) Necessidade urgente de comer; 2) Estado de fragilidade provocado pela falta prolongada de alimento; carência alimentar; desnutrição, subnutrição; 3) Desejo intenso, cobiça, sofreguidão; 4) Situação de escassez de viveres, indigência, miséria, penúria.

sem comer, pois o alimento desaparece. Seja porque a cadeia de produção e transporte foi interrompida ou por motivos de fuga de grandes populações em busca da sobrevivência. Segundo o autor, são situações estas,

durante as quais não se pode plantar ou colher, os caminhos ficam intransitáveis ou ocupados, o Estado não funciona. Os famintos viram refugiados, clientes, mendigos do assistencialismo mundial. [...] não tem recursos próprios, não tem a menor autonomia: dependem do que os outros fizerem.". Esta hambruna, pode ser facilmente justificada como a fúria da natureza, a crueldade de um tirano, os horrores de uma guerra. Já a "má nutrição estrutural é crônica, se prolonga no tempo. Não é um acontecimento; é a normalidade de muitos.(CAPARRÓS, 2016, p.33)

Para este autor a palavra *hambruna* em espanhol, possui uma maior abrangência, seria a explicação para uma crise humanitária de fome em larga escala. Um estado de emergência em que algum acontecimento – guerras, confrontos, catástrofes meteorológicas - faz com que uma quantidade grande de gente fique sem acesso aos alimentos. Como bem define Caparrós(2016): a fome é a privação sistemática que sofrem 800 milhões de pessoas em todo o mundo que, dia após dia, não comem o suficiente. As razões são inúmeras, mas, resumindo muito: porque alguns de nós concentramos os recursos do planeta de tal modo que muitos ficam sem nada. O planeta produz o suficiente para todos, só que o sistema econômico e comercial global está armado para prover os mais ricos — e deixar de lado os mais pobres.

Esta não é a fome que pretendo discutir neste trabalho, mas a fome constante, a fome que não é ocasionada por um fato histórico somente e sim pela soma de fatos e conseqüências que são construídas ora pelo passado histórico de um povo ou país ora pela má informação sobre os alimentos consumidos em alguns lugares, ou ainda pelo desenvolvimento de uma cadeia de acontecimentos econômicos e políticos que ocasionam em seu fim uma situação de escassez extrema de comida para muitas pessoas.

A pesquisa usa como referencial o conceito de fome apresentado por Josué de Castro – autor que será trabalhado de maneira profunda no decorrer do texto - nos anos de 1930, tal conceito trata a fome não meramente como um fenômeno médico ou biológico, mas sim como uma ocorrência social, política e histórica. Para

Nascimento(2009), por conta da postura crítica de Josué de Castro, o conceito de fome recebe ainda um ar subversivo, a fome seria uma consequência do subdesenvolvimento e simultaneamente o seu motor.

Para se falar de fome é preciso agrupar assuntos: conteúdos econômicos que por sua vez estão ligados à produção de alimentos; políticos, responsáveis por jogos de interesses internacionais e grandes reconhecimentos financeiros; análises demográficas - no que tange a estudos sobre crescimento de populações, índices de desenvolvimento e previsões calculadas; sociais e culturais – quando falamos de costumes, tradições, maneiras de se comer e se fazer a comida ou ainda tradições religiosas. De posse destas informações, teorias sobre a ocorrência da fome foram estabelecidas - “As teorias sobre a fome relacionam-se com as teorias sobre o crescimento populacional e sua relação com o crescimento na produção.” (Carneiro, 2003, p.34).

Um dos primeiros estudos demográficos de grande impacto relacionando o crescimento da população e a fome foi o realizado no ano de 1798, por Thomas Robert Malthus. Sua teoria, chamada de Teoria Malthusiana¹⁰, afirmava que a população cresce em progressão geométrica (por multiplicação), enquanto a produção de alimentos aumenta em progressão aritmética (por adição). Malthus acreditava que o crescimento populacional iria ultrapassar a capacidade produtiva do planeta gerando fome e miséria. O autor da teoria considerava que o celibato, o casamento tardio e o controle de natalidade em lugares pobres ajudariam a combater o crescimento populacional desenfreado. É possível que esta sua postura derive de sua inclinação à religião, Malthus era pastor da igreja Anglicana.

Segundo Thomas Malthus, pode-se considerar dois postulados, sendo o primeiro que o alimento é necessário à existência do homem, e o segundo que a paixão entre os sexos é necessária e permanecerá aproximadamente em seu presente estado. Supondo, então, podemos dizer que a capacidade de crescimento da população é indefinidamente maior que a capacidade da terra de produzir meios de subsistência para o homem. (HENRIQUES, 2007, p.7)

¹⁰ Para saber mais sobre a teoria Malthusiana: HENRIQUES, Abel. Thomas Robert Malthus: a Teoria Malthusiana. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra. 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/WuvkSw>> Acesso realizado em: 01 de junho 2017.

Na concepção de Malthus dois tipos de obstáculos se impunham à sua teoria, os primeiros no sentido de aumentar a taxa de mortalidade e assim se apresentavam como uma tentativa de breca o crescimento populacional: a fome, a desnutrição, as epidemias, doenças, pragas e guerras. O segundo no sentido de um método preventivo – práticas anticoncepcionais voluntárias – procurando reduzir a taxa de natalidade.

As previsões de Malthus não se concretizaram, por conta de fatores que vieram à tona alguns anos depois: como os avanços tecnológicos no setor agrícola - a mecanização e a irrigação que alavancaram a produção de alimentos; urbanização da população em decorrência da industrialização, fazendo com que as necessidades urbanas aumentassem e se diversificassem – saneamento, saúde, habitação, educação, entre outras. Além disso suas previsões quanto ao aumento da população também não vieram a acontecer.

Para Josué de Castro, médico-geógrafo e cientista brasileiro sobre assuntos relacionados à alimentação, a história trouxe fatos concretos que desmoralizou a teoria de Malthus. Segundo Castro(1984b), um grande erro de Malthus foi o de admitir que o crescimento das populações constam de uma variável independente, quando de fato o crescimento depende de inúmeros atores no sistema ecológico - o ecossistema natural e cultural nos quais diferentes grupos humanos vivem.

Foi observado ainda que as curvas de crescimento da população não sobem indefinidamente, elas obedecem a ciclos ligados às variadas estruturas do meio natural e cultural. O autor chama a atenção para o fato de que a fome contribui para o incentivo à procriação e provoca a superpopulação: “o pobre, o carente, se reproduz mais do que o abastado, o bem alimentado.” (Josué Castro, apud Andrade, 1997, p.192)

A fome é um fator determinante na cultura de um povo, traz seu fundamento traduzido nas tradições locais. Esta noção cultural de como o homem vê o alimento e por conseguinte se sente em função da fome, fez com que explicações fossem cavadas em forma de lenda, religião, crenças em geral buscando uma justificativa para a questão. O Ocidente conhece a fome há tempos. Através da literatura é possível reconhecer a fome por meio de escritores como Charles Perrault no século XVII e os irmãos Grimm no século XIX, que se dedicaram a desenvolver seus contos a partir de registros de narrativas – tradição oral com seu enorme poder de resistência - coletadas entre camponeses europeus.

Grandes massas humanas viviam num estado de desnutrição crônica, subsistindo sobretudo com uma papa feita de pão e água, eventualmente tendo misturadas algumas verduras de cultivo doméstico. [...] Muitas vezes, não conseguiam o quilo diário de pão (2 mil calorias) de que necessitavam para se manterem com saúde, e então tinham pouca proteção contra os efeitos conjugados da escassez de cereais e da doença. (DARNTON, 2011, p.40)

A fome era um tema recorrente em suas histórias, a comida era vista como objeto de desejo, como evidenciado no trecho a seguir : “Quando recebe varinhas de condão, anéis mágicos, ou auxiliares sobrenaturais, o primeiro pensamento do herói camponês é sempre para a comida.” (DARNTON, 2011, p.52)

Vê se como a falta de alimento fazia parte do cotidiano das pessoas de origem humilde. De acordo com Darnton(2011), os camponeses narradores de histórias no tempo do Antigo Regime¹¹, adaptavam o cenário de seus relatos ao seu próprio meio. A fome fazia parte da rotina, não se pensava antes de comer, era preciso manter-se vivo, a sobrevivência em primeiro lugar, logo uma discussão sobre paladar não atingiria grande relevância sendo que a necessidade sobrepõe o gosto.

Da mesma forma Montanari(2003), aponta para o fato do modelo alimentar que chegou a contemporaneidade através dos tratadistas e escritores, remete mais a um hábito forçado do que uma escolha consciente, uma vez que nenhuma narrativa trás um camponês do Setecentos e menos ainda de tempos anteriores, relatando em primeira pessoa gostos alimentares. Pois percebe-se que uma vez que o gosto e o hábito não são exatamente a mesma coisa, o alimento poderia ser consumido mesmo de má vontade, por conta da necessidade. Demonstrando que a necessidade estava à frente do gosto.

O dilema da fome é percebido para as diferentes culturas com distintos olhares, é possível ter um estreito conhecimento dos motivos para a fome acompanhando os noticiários, associando catástrofes meteorológicas com crises no abastecimento, vinculando corrupção política com falência de produções. Por outro lado, as tradições persistem e trazem com elas significados, razões diferentes. O

¹¹ Sistema social e político francês, onde a sociedade era dividida em três ordens ou estamentos (Primeiro Estado formado pelo clero, Segundo Estado, formado pela nobreza e o Terceiro Estado que englobava o resto da população. O poder era centralizado na figura do rei). Quase não existia mobilidade social, a posição do indivíduo na sociedade dependia de sua origem familiar.

indivíduo que passa fome, procura uma explicação, mas a fraqueza muitas vezes já atingiu sua força de argumentação, fragilizada pela constante humilhação.

Os significados da fome engendram um texto específico para a compreensão desse fenômeno, que não é percebido como uma doença, mas antes, um estado da desvalorização social do sujeito perante o mundo, a sociedade. Uma desvalorização, no sentido ôntico, pois os famintos não só se sentem humilhados, como se percebem sem qualquer esperança de sair das condições sociais em que vivem. Como uma espécie de punição, vivem no inferno, como as pessoas designam o bairro, a cadeia, a perseguição policial, esse tempo presente, os sentidos e os mitos da fome. (FREITAS, 2003, p.259)

O indivíduo com fome é afetado por diversas sensações, que o faz perder os sentidos, os desejos, como cita Ziegler (2011,p.20):

A subalimentação severa e permanente provoca um sofrimento agudo e lancinante do corpo. Produz letargia e debilita gradualmente as capacidades mentais e motoras. Implica marginalização social, perda de autonomia econômica e, evidentemente, desemprego crônico pela incapacidade de executar um trabalho regular. Conduz inevitavelmente à morte.

Voltando à teoria malthusiana, para uma análise consciente, é preciso levar em conta que Malthus, em sua época, não dispunha das informações e de certos conhecimentos que vieram a se tornar acessíveis tempos depois. Como bem observou Henriques(2007): devem ser mencionadas as limitações da época para a coleta de dados, já que Malthus tirou suas conclusões partindo de observações do comportamento demográfico de uma região específica, onde prevalecia uma população rural, e as considerou válidas para todo o planeta no decorrer da história, sem atentar para os possíveis progressos técnicos derivados da natureza humana.

Apesar da teoria malthusiana não ter acertado suas previsões, pode ter lançado sementes na busca da explicação da existência da fome, descrevendo que a desigualdade natural, entre o poder de multiplicação da população e o poder de produção da terra, constitui-se como o obstáculo maior ao progresso social.

O desenvolvimento social no século XVIII possivelmente teria outro sentido do assumido em nossos dias, onde o termo sugere um conjunto amplo de elementos para que possa ser alcançado, incluindo cuidados com o meio ambiente e qualidade de vida. Com efeito, a busca por sociedades onde não existam desnutrição e fome compõem um forte elemento para que este progresso seja realizado. O fato é que

até o século XIX a fome não havia sido estudada, analisada, como um evento político e social, como um fenômeno provocado pelo homem contra o próprio homem, como afirmava Josué de Castro em Castro(1984b).

Todavia a teoria fatalista de Malthus pode ter contribuído para a história da humanidade fazendo com que a consciência coletiva europeia, demorasse tanto para tomar alguma atitude face ao escândalo da fome. (ZIEGLER, 2011) Em seu ensaio sobre o princípio da população, Malthus(1996) expõe idéias que vão contra a fraternidade social - O pastor deve advertir aos noivos: se vocês se casarem, se tiverem filhos, suas crianças não terão nenhuma ajuda da sociedade ou ainda as epidemias são necessárias. Infelizmente a visão de uma regulação demográfica baseada numa espécie de “seleção natural”, ocasionou anos de atraso na busca do combate à fome.

No século XXI, o fantasma Malthusiano ainda assusta os países subdesenvolvidos da África, da Ásia e da América do Sul. (HENRIQUES, 2007)

O malthusianismo, fundado na relação homem-natureza, considerava (e ainda considera) a fome e a miséria como resultantes da violência contra a lei natural da vida, motivada pelos próprios pobres. Implicitamente, significa conceber que viver a condição de fome é uma escolha intencional da pessoa, por ser esta incapaz de adquirir alimentos em suficiência, ou por desconhecer a importância dos alimentos necessários ao corpo. (FREITAS, 2003, p.33)

Talvez, um pequeno mérito de Malthus foi ter colocado luz para a importância da demanda efetiva na determinação do nível de emprego (trabalho) e de renda, afirmando que seria um erro grave considerar ponto pacífico que a humanidade produzirá e consumirá tudo o que produzir e consumir, e que nunca preferirá a indolência às recompensas do trabalho Henriques(2007). Mesmo que provavelmente esta idéia tenha sido elaborada objetivando algo diferente, analisada hoje pode ter seu teor reconhecido.

1.2 A FOME E A DESNUTRIÇÃO

Nos anos de 1930 no Brasil, a desnutrição, era conseqüência da falta de alimentação adequada¹². Já no século XX, para os profissionais ligados à área da saúde, os termos desnutrição e má nutrição podem ser utilizados para se estudar o fenômeno da fome. Neste sentido, segundo Valente(2003), para tratar a desnutrição, tais profissionais adotam um conceito de fome que reduz a mesma a alterações de massa corpórea (redução de peso abaixo dos níveis considerados saudáveis). Avançando nesta direção, estes profissionais observam que muitas crianças e adultos não estão em estado de desnutrição porque lhes falta alimentos, mas sim porque não possuem condições de saúde, habitação, renda e outros requisitos, necessários à uma vida saudável. Já a má nutrição, é um conceito mais amplo, incorpora a desnutrição decorrente de deficiências nutricionais (energia, proteína e micronutrientes) como por exemplo ingestão excessiva ou desbalanceada de nutrientes – a obesidade, dislipidemias¹³ e outras doenças crônicas.

O profissional da saúde “enxerga” desnutrição e doença e propõe vacinação, saneamento, aleitamento materno, etc. O agrônomo “diagnostica” falta de alimentos e propõe maior produção de alimentos, ajuda alimentar, etc. O educador vê “ignorância e hábitos alimentares inadequados” e propõe educação alimentar. Os economistas clássicos “identificam” má distribuição de alimentos e propõem uma melhor política fiscal, geração de emprego e renda, etc. Os planejadores diagnosticam “falta de coordenação” e propõem a criação de conselhos de alimentação, nutrição e capacitação. (VALENTE, 2003, p.52)

A idéia de que cada área profissional possui a tendência de compreender a fome de um jeito diferente, propondo ações que compactuam com esta compreensão, veio à tona com Urban Jonsson, em seu texto “As causas da fome”, analisado na obra de Valente(1986). Em sua análise, Valente alerta para um provável equívoco quando todas estas áreas (citadas no trecho acima) não estão falando sobre diferentes realidades, estão na verdade olhando para o mesmo tema com olhares diversos o que acaba levando a diagnósticos muito diferentes. O autor destaca ainda que é deveras improvável que a adoção de apenas um destes olhares

¹² Esta alimentação adequada era apresentada na forma de uma dieta racional. Termo que foi conceituado na introdução este trabalho e será analisado no capítulo 2 e 3.

¹³ Dislipidemias esta relacionada com o aumento de lipídios(gordura) sanguíneos, especialmente do colesterol e triglicerídeos (TGs), o que leva ao aparecimento da aterosclerose(depósito de placas de gordura). Para saber mais sobre dislipidemia: Arquivos Brasileiros de Cardiologia, disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/abc/v109n2s1/0066-782X-abc-109-02-s1-0001.pdf>.

leve a programas, políticas eficazes que realmente reduzam o sofrimento das pessoas que sofrem com a fome e a desnutrição.

A desnutrição, é definida por Monteiro(2003) como sendo diferente da fome embora sejam relacionadas, pois toda fome leva necessariamente à desnutrição, mas nem toda deficiência nutricional – porque são várias as modalidades de desnutrição - se origina da falta de alimentos. Sendo assim dizer que uma pessoa não passa fome não significa que ela está bem nutrida. Ou ainda a desnutrição pode acontecer mesmo em cenários onde exista alimentos.

A fome foi classificada como aguda, clara, aberta e também foi denunciada como fome oculta, por Josué de Castro em 1946 na primeira edição do livro Geografia da Fome, para ele a fome oculta é provocada pela falta de proteínas, de sais minerais, de vitaminas etc. Desta forma há fome daqueles que não comem e a fome dos que comem mal, dos que não tem uma orientação em sua alimentação (ANDRADE, 1997). Sobre a fome oculta, Freitas(2003, p.34) comenta a idéia defendida por Josué de Castro: "...destacou um estágio em meio às várias faces da fome: um momento sub clínico da desnutrição, que ele o denominou de "fome oculta"". Uma forma de doença que, sem sinais claros, esconde o seu caráter de enfermidade propriamente dita. O conceito poderia se encaixar como uma das modalidades da desnutrição. Escreve Josué de Castro em 1960, no texto Fome é a vergonha do mundo:

O que eu chamo a fome, no sentido sociológico do termo, é o estado de grupos humanos que não têm a possibilidade de se alimentar de um modo adequado. Há diferentes formas de fome. Há a fome aguda, isto é: a fome calamitosa e as fomes crônicas. Entre estas, há as fomes específicas — a falta de certos alimentos essenciais ao equilíbrio nutritivo; proteínas, ácidos aminados, vitaminas, sais minerais, cálcio, ferro, etc. Nas regiões subdesenvolvidas, encontram-se em geral formas compostas dessas diferentes fomes: fome de proteínas e de ferro, que causa a anemia tropical; fome de cálcio e de sódio, que se traduz por outra síndrome etc. Há formas discretas que não engendram nenhuma doença da desnutrição caracterizada, mas somente um desequilíbrio fisiológico e na maior vulnerabilidade as outras doenças. A fome é a expressão lógica do fenômeno econômico e social do subdesenvolvimento.

O caso é que a fome traz em si a fraqueza que por sua vez deixa o organismo à deriva, suscetível a inúmeras doenças, em muitos casos a pessoa que passa

fome, a fome crônica, padece por conta de uma doença que seu corpo não tinha recursos para se proteger e não necessariamente por conta da falta de comida. Esta proteção, deveria ter vindo da alimentação adequada. A falta de uma alimentação apropriada para uma vida saudável, ocasionada por qualquer uma daquelas inúmeras possibilidades que citei no começo deste capítulo trouxe a desnutrição, a fraqueza, a morte.

A fome ganhou visões diferentes ao longo do tempo, mas o que parece é que em seu cerne as idéias se entrelaçam revelando uma grande fraqueza da humanidade em alimentar adequadamente sua população.

Pouca gente - muita gente - morre diretamente de fome; muitíssima morre de doenças ou infecções que são mortais porque seus corpos debilitados pela falta de alimentação não conseguem combatê-las; de doenças ou infecções que uma pessoa alimentada normalmente nem sequer perceberia. Pouca gente - muita gente - morre diretamente de fome. Metade das crianças que morrem antes dos 5 anos de idade em um país como o Níger morre por causas relacionadas à fome. (CAPARRÓS, 2016, p.23)

Classificar a fome pode ajudar a entendê-la, a estudá-la. Associá-la à desnutrição é um dos caminhos para um estudo amplo porém, deve-se tomar cuidado para não analisar a fome igualando-a a desnutrição, a fome é mais abrangente. Assim como Josué de Castro outros autores se debruçaram sobre esta questão, para Monteiro (2003, p.22):

A fome aguda equivale à urgência de se alimentar, a um grande apetite [...]. A fome crônica, permanente, a que nos interessa aqui, ocorre quando a alimentação diária, habitual, não propicia ao indivíduo energia suficiente para a manutenção do seu organismo e para o desempenho de suas atividades cotidianas. Nesse sentido, a fome crônica resulta em uma das modalidades de desnutrição: a deficiência energética crônica.

No século XX, a desnutrição, considerada um problema de saúde pública. Como bem expõe Freitas(2003), tanto no Brasil como em outros países a literatura sobre a fome ainda traz influências do passado, suas linhas gerais se bifurcam, a primeira esta condicionada a elementos clínicos – entende a fome como uma doença física da pobreza – e a segunda concebe a fome como condição de penúria humana, que se origina de um processo histórico-social.

Por conseguinte, a vertente clínica, tem a dimensão biofísica, normalmente encontrada em estudos epidemiológicos clássicos em populações de baixa renda. A segunda opção, analisa elementos sociais, econômicos (poder aquisitivo, a produção alimentar do país), políticos (efeitos de crises econômicas ou climáticas; o grau de industrialização do país) e culturais (rituais como o jejum, o fato de pessoas não comerem determinados alimentos). Mais uma vez volta-se à questão de desigualdade social, que estaria na gênese da pobreza extrema que por sua vez é responsável pela fome crônica.

Como componentes de um mesmo processo biológico, social e histórico, a desnutrição, a fome e a má nutrição nos trazem o resultado das complexas relações humanas que ditam quais seres humanos tem direito a comer, quando e o quê Valente(2003). As dimensões destes três termos projetam o cuidado ou o descuido que a humanidade deposita em si.

1.3 A FOME E OS DIREITOS HUMANOS

No mesmo período em que a teoria malthusiana, citada anteriormente neste trabalho, profetizava um horizonte com poucas esperanças para a sociedade, na França, em 1789, os direitos individuais se consolidavam com uma revolução, sob o signo da liberdade, igualdade e fraternidade (BOBBIO, 2004). Hoje sabe-se que um dos pontos principais que impulsionaram esta Revolução – dar o poder ao povo (onde na época a burguesia estava incluída, pois quem não fazia parte do povo eram apenas o clero e a nobreza) – não foi devidamente estabelecido. Todavia, a idéia de que o povo e o desenvolvimento de qualquer Estado estavam intimamente atrelados, começou a ganhar relevância.

Um dos fatos que atestam esta mudança de paradigma, ou pelo menos uma leve brisa de mudança, está na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, anunciada ao público em 26 de agosto de 1789. Este documento possui grande valor, uma vez que ele foi o primeiro a conter um atestado de direitos do homem. Além disso serviu como fonte inspiradora para documentos posteriores, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

De 1789 para cá, passadas duas guerras mundiais e diversas revoluções, foi apenas na Idade Contemporânea que a fome recebeu novas formas de ser trabalhada. O problema da fome obteve maior destaque na agenda internacional

após o final da Primeira Guerra Mundial, devido aos problemas que os países enfrentaram com a alimentação durante e depois desta guerra. Mas foi com o final da Segunda Guerra Mundial, e todas as catástrofes à ela atribuída, que as nações dominantes naquele momento, finalmente se dispuseram a elaborar um documento que pudesse conter uma proteção aos direitos humanos.

Criada em junho de 1945, a Organização das Nações Unidas(ONU) fundou em seguida a *Food and Agricultural Organization* [Organização para a Alimentação e a Agricultura] (FAO) – instalada em Roma, tinha como primeiro propósito, desenvolver a agricultura de víveres e velar pela distribuição igualitária do alimento entre os homens, mais tarde, o Programa Alimentar Mundial (PAM). Em 1946, a ONU lançou sua primeira campanha mundial de enfrentamento contra a fome. Enfim, em 10 de dezembro de 1948, a Assembléia Geral da ONU, reunida no palácio Chaillot, em Paris, adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo artigo XXV define o direito à alimentação (ZIEGLER, 2011).

O direito humano à alimentação adequada está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos da seguinte maneira,

Artigo XXV - 1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança, em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.” (ONU, 1948)

Uma maneira de colocar luz sobre o conteúdo deste direito humano está contida no Comentário Geral nº 12, do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais:

[...] o direito à alimentação adequada é indivisivelmente ligado à dignidade inerente à pessoa humana e é indispensável para a realização de outros direitos humanos consagrados na Carta de Direitos Humanos. Ele é também inseparável da justiça social, requerendo a adoção de políticas econômicas, ambientais e sociais, tanto no âmbito nacional como internacional, orientadas para a erradicação da pobreza e a realização de todos os direitos humanos para todos[...] (CDESC, 1999 in: VALENTE, 2002)

Visto que o direito de alimentar-se é também a base da reprodução física, mental e cultural do homem. Sem comida não existe vida, logo sem uma

alimentação adequada, a qualidade de vida não provém meios de desenvolvimento humano. Para Valente(2002), o acesso à alimentação, é um direito em si mesmo, no sentido que a alimentação esta inteiramente associada ao direito à vida. Sendo assim, a negação deste direito é o mesmo que negar a primeira condição para a cidadania, que é a própria vida.

O Comentário Geral define ainda,

[...]O direito à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. O direito à alimentação adequada não deverá, portanto, ser interpretado em um sentido estrito ou restritivo, que o equaciona em termos de um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos. O direito à alimentação adequada terá de ser resolvido de maneira progressiva. No entanto, os estados têm a obrigação precípua de implementar as ações necessárias para mitigar e aliviar a fome, como estipulado no parágrafo 2 do artigo 11, mesmo em épocas de desastres, naturais ou não. (CDESC, 1999 in: VALENTE, 2002)

A efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada esta prevista em inúmeros tratados e documentos internacionais e em diversos processos legais vigentes no Estado brasileiro assim como foi inserido em vários dispositivos e princípios da Constituição Federal, de 1988.

Atualmente se desenvolve o conceito que o direito humano à alimentação precisa ser visto como integrante do direito humano à nutrição, devido ao fato de que o alimento apenas adquire uma verdadeira dimensão humana quando transformado em um ser humano bem nutrido, com saúde, digno e cidadão (VALENTE, 2002).

A luta contra a fome e a favor de alimentação adequada à todos esbarra no crescente controle dos grandes grupos industriais, na poder que exercem sobre vários setores da produção e do comércio de gêneros alimentícios. Ziegler(2011), aponta que hoje, as duzentas maiores sociedades do campo agroalimentar controlam cerca de um quarto dos recursos produtivos mundiais, estas sociedades geram lucros gigantescos e apresentam recursos financeiros superiores aos dos governos de muitos países onde operam. Possuem um monopólio sobre o conjunto da cadeia alimentar, da produção e distribuição o que resulta, em grande medida, as decisões escolhidas por agricultores e consumidores.

A pertinência do tema fome pode ser evocada quando se analisa pactos internacionais como o apresentado pelas Nações Unidas (ONU) em 2000, conhecido como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). O pacto ODM foi idealizado para assegurar o comprometimento das nações em prol do combate à pobreza. Dentre os oito objetivos apresentados pelo plano, o primeiro objetivo é dedicado à redução da fome e da miséria extrema até o ano de 2015 à metade do que era em 1990. O Brasil alcançou a meta no que tange a fome em 2002, e em 2008 reduziu o índice de famintos no país a 4,8% da população. De acordo com a Organização da ONU para Alimentação e Agricultura (FAO) o limite de 5% delimita que um país superou o problema da fome e esse número chega em 2014 a 1,7% da população brasileira¹⁴.

O Brasil alcançou a meta no que tange a fome em 2002, e em 2008 continuou avançando chegando ao índice de 4,8% de famintos no país. Esta conquista se deve a inserção de políticas públicas que priorizam o combate à fome, programa Bolsa Família, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar com destaque para o programa Fome Zero¹⁵.

1.4 A FOME NO BRASIL

Desde o período colonial existe o problema da fome no Brasil. A inquietação com as culturas alimentares no século XVI advinham por conta do modelo das monoculturas impostas por Portugal, que deixava pouco espaço para a produção de alimentos necessários aos habitantes do novo país (COSTA, 1982).

A exploração do território com base na monocultura gerava danos ao ecossistema, Gilberto Freyre¹⁶ em sua obra *Casa-Grande e Senzala* chamou

¹⁴ Dados divulgados no site web da FAO, acessado em Janeiro de 2018 e disponível em: <https://nacoesunidas.org/brasil-reduz-em-50-o-numero-de-pessoas-que-passam-fome-diz-onu/>.

¹⁵ Fome Zero é um programa do Governo Federal, que visa o direito de alimentação da população brasileira. Para saber mais sobre o programa Fome Zero no contexto das políticas brasileiras, YAZBEK(2004).

¹⁶ Gilberto Freyre (1900-1987) foi um sociólogo, historiador e ensaísta brasileiro. Autor de "*Casa Grande & Senzala*" que é considerada, uma das obras mais representativa sobre a formação da sociedade brasileira.

atenção para os prejuízos ecológicos da monocultura no período colonial brasileiro, o autor relacionou o canavial colonizador ao canavial devastador.

O território não possuía fronteiras limitadas; nele, uma lavoura desgastada era imediatamente substituída por outra. Os conhecimentos agronômicos eram precários e não ajudavam a combater o modelo usado. Pior, a concessão fácil de terras, sobretudo para a elite, estimulava a prática de explorá-las de forma pouco cuidadosa.[...] Uma dos desdobramentos do problema foi a falta de gêneros de primeira necessidade. A Bahia, em alguns períodos do século XVIII, com todo o seu fausto, não tinha o que comer. (Freyre ,2013 apud Priore, 2016, p.80)

O incentivo português às grandes monoculturas que se converteram mais tarde em agricultura de latifúndios mantendo a má distribuição das colheitas, ora para o reinado que monopolizava os produtos gerados na colônia, ora pelos grandes fazendeiros que herdaram suas terras das antigas capitânicas, fez com que o país fosse formado por uma base de desigualdade tanto da divisão de terras como na divisão dos lucros. Era um cenário voltado muito mais para a exploração do que para a colonização. Vale lembrar que tanto a ocupação quanto a escolha do que seria plantado ou explorado no território brasileiro, era definido pelos interesses – normalmente ligados ao comércio - dos colonizadores, ou seja pelo interesse europeu.

Embora a divisão e aproveitamento das terras produtivas represente grande parte do problema, a discussão vai além, é difícil determinar uma razão única para a causa da fome no Brasil, porém é notória a ligação estreita com a perpetuação da desigualdade social intensificada por políticas adotadas no país ao longo dos anos.

Durante o Brasil Império, o senhor do engenho conseguia grande parte do alimento importado para seu sustento. A alimentação do escravo ficava por conta das hortas, e mesmo assim dividida com o dono do engenho e sua família a fim de completar a alimentação desta.

Depois da independência, com o crescimento da população (motivada pela chegada de imigrantes e pela colocação do escravo como trabalhador livre que não contava mais com o apoio dos senhores para se alimentar), o abastecimento entrou em uma crise. Por outro lado, os liberais que se encontravam no poder, não reconheciam a falta de alimento à população (SANTOS, 2007). Os grandes fazendeiros mantiveram suas políticas de repúdio a qualquer regulamentação do

Estado em suas relações com os trabalhadores. As tentativas de organização de uma política nacional de abastecimento foram tidas como retrocesso por parte das elites, o que ocasionou a criação de políticas regionais de abastecimento, com a proposta de resolver os problemas específicos.

No mesmo período a idéia de trabalho livre é desenvolvida paralelamente como uma nova versão do labor, que até aquele momento era visto como repulsivo, ligado a castigos e disciplina. Santos(2007), comenta que a persistência do regime escravista no Brasil, visto que foi o último país da América a abolir a escravidão, acabou por gerar barreiras que dificultavam a valorização do trabalhador livre.

As condições sanitárias desfavoráveis e precárias, que representaram um imenso problema no Brasil Colônia e no Brasil Império, continuaram a se destacar no Brasil República como apresentado por Paula(1950), aumentando a proliferação de doenças que afetavam principalmente àqueles que não encontravam na alimentação uma proteção para seu corpo.

A fome endêmica é antes de tudo um problema de falta de dinheiro. As pessoas que sofrem desse mal não se alimentam adequadamente porque não têm dinheiro suficiente pra comprar comida. Há dados abundantes para o Brasil de pesquisas de orçamento familiar. Todas demonstram nitidamente que existe uma correlação perfeita entre níveis de renda e níveis de alimentação. De tão óbvio, seria até ridículo afirmar aqui, se não fossem as dúvidas muitas vezes levantadas até por especialistas, de que as pessoas não sabem se alimentar bem, e com os poucos recursos compram pinga, televisão, cigarros etc. e assim continuam subnutridos. Tal raciocínio leva à conclusão de que nosso problema não seria a renda das famílias e sim suas falhas na educação, repetindo-se aquela famosa estória de que é pela educação que tudo se resolve (SINGER, 1985, p.51).

Os grandes latifúndios, vindos da cultura colonial realçam no Norte e Nordeste do Brasil a disparidade entre as classes sociais. No livro Casa-Grande e Senzala, Gilberto Freyre trabalha com a realidade do nordeste brasileiro, no tempo que latifúndios de cana-de-açúcar, do patriarcalismo e da sociedade escravocrata dominavam o país. Freyre(2013) demonstra que as características do padrão de consumo e dos hábitos alimentares da sociedade colonial brasileira foram produtos da combinação da cultura indígena, africana e da portuguesa resultando numa cozinha mestiça.

Depois da proclamação da República, em 1889, havia um anseio da formação de um povo brasileiro que refletisse toda a nação, um povo forte, que empunhasse a bandeira da liberdade, da força e da abundância. Este ideal não foi atingido por conta de vários fatores, entre eles por conta da fome.

O brasileiro do interior teve desde sempre suas necessidades negligenciadas, sobrevivendo com o que a natureza lhe dispunha, sem instrução, cultura, condições sanitárias razoáveis e incentivo, tendo ainda que superar os desafios climáticos.

A maioria dos brasileiros da zona rural morava em cabanas de sapé sem encanamento nem eletricidade. Com frequência recebiam salários abaixo do mínimo, enquanto os preços das mercadorias eram altos. Assim, mal participavam da economia de mercado. Não eram consumidores e sua expectativa de vida não excedia quatro décadas. A taxa de mortalidade infantil estava entre as mais altas do mundo. A alimentação insuficiente e as doenças endêmicas, incluindo-se aí infecções parasitárias debilitantes, afetavam enormemente o vigor físico. (LEVINE, 2001, p.175)

Através da literatura foram narradas histórias da seca e toda a seara de acontecimentos que a acompanham, autores nordestinos que assim como Gilberto Freyre falaram da fome no Brasil, alguns inclusive fizeram da fome fio condutor de suas obras¹⁷. Para citar apenas uma e conciliar com o recorte temporal trabalhado nesta pesquisa, o livro “Vidas Secas” de Graciliano Ramos de 1938, conta a luta de uma família de nordestinos para sobreviver em meio a seca e a fome que assola seus dias. O autor faz uso de uma narrativa cíclica na qual o primeiro capítulo se chama – Mudança e o último – Fuga, conduzindo o leitor a entender o ciclo de vida durante a seca o qual viviam muitos habitantes do nordeste brasileiro.

Percebe-se através da literatura como o perfil do brasileiro do interior, maior parte da população neste período, era traçado nas primeiras décadas do século XX. Não podemos deixar de citar que esta constatação, veio à tona por meio da leitura, de textos que retratam a miséria do brasileiro, dito isto, deixamos claro que não quer dizer que todo o brasileiro se percebia dentro desta descrição, tampouco todo o brasileiro era compatível com este retrato.

¹⁷ Outros autores que retratam características da população do norte e nordeste do Brasil, atreladas à fome e a miséria: João Guimarães Rosa no romance *A Bagaceira* de 1928; Rachel de Queiroz com o livro *O Quinze* de 1915; José Lins do Rego no romance *Menino de Engenho* de 1932.

Em 1914 o jornal O Estado de São Paulo publicou um texto que ficaria famoso por apresentar ao Brasil um personagem que personificava o caboclo brasileiro, o Jeca Tatu. O texto de autoria de Monteiro Lobato, se chamava Velha Praga, tinha como objetivo ser um protesto contra as queimadas no Vale do Paraíba. Para dar uma idéia do alcance e da popularidade do personagem Jeca Tatu, a publicação do livro Urupês, contando as aventuras de Jeca Tatu em formato de contos, esgotou 30.000 exemplares entre 1918 e 1925. Monteiro Lobato descreve o Caboclo brasileiro da seguinte maneira no texto Velha Praga, de 1914:

este funesto parasita é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai fugindo em silêncio, como o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se.

No livro Urupês fala sobre o desinteresse do caboclo,

Porque a verdade nua manda dizer que entre as raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade e metidas entre o estrangeiro recente e o aborígine de tabuinha no beíço, uma existe a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso. Feia e sorna, nada a põe de pé. (LOBATO, 2007, p.169)

O personagem criado por Monteiro Lobato, correspondia a miséria e o atraso econômico do Brasil no início de século, porém o autor afirmou que “Jeca Tatu não é assim, ele está assim”, deixando a mostra a face do descaso do Estado para com o homem do interior¹⁸.

Na década de 1930 com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, a condução do gerenciamento da nação teve algumas alterações, buscando uma aspectos de uma nova identidade nacional.

Em seus primeiros anos de governo, Vargas descreveu os brasileiros como povo enfraquecido pela pobreza, mal alimentado, indolentes e sem iniciativa, porém declarava que educação e bom exemplo poderiam agir como estimulantes para uma elevação de seus níveis (LEVINE, 2001).

¹⁸ O descaso com o homem do interior, assim como as características atribuídas a ele, serão trabalhadas ao longo do texto.

1.5 A QUEBRA DE PARADIGMA APRESENTADA POR JOSUÉ DE CASTRO

Entre as décadas de 1920 e 1940 muito se discutiu sobre as características marcantes do brasileiro serem a indolência, a morosidade, a fraqueza no trabalho. Apontamentos nada positivos para um país que ansiava por desenvolvimento. Uma das causas apontadas e cultivadas na época para justificar tais características seria a origem das raças que formaram o povo brasileiro, ou ainda a miscigenação racial formadora da nação. Como explicou Ricardo Ventura Santos, a história da antropologia nos anos finais do século XIX e início do XX "[...] provê abundantes exemplos de como eram difundidas explicações que alimentavam convicções acerca da desigualdade entre raças, da dominância do biológico sobre o cultural e o moral e das conseqüências negativas do cruzamento inter-racial" (Santos, 2010, p.85).

O médico Alvino Moreira de Paula, expõe em seu livro *Na alimentação o futuro do Brasil*, publicado em 1950 textos produzidos entre 1927 e 1949, que a origem do povo brasileiro advém de três povos diferentes, o português, o índio nativo e o africano. Alvino comenta que o português, colonizador do Brasil, tem em sua constituição também diversas raças, mouros, árabes, africanos, judeus, fenícios, romanos entre outros. O português na época da colonização do Brasil possuía uma certa organização econômica e jurídica, era inquieto, pouco criativo, aventureiro, propenso ao comércio. Era ainda um povo forte e bem constituído, possuía policultura, pesca e boa alimentação.

O índio nativo do Brasil, dispunha de uma organização primitiva de família e sociedade. Era um povo forte, de bons dentes, robusto, bonito e de longevidade abastada. Viviam em condições de higiene razoáveis, alimentavam-se bem através da caça, da pesca e pequenas culturas. Era conhecedor de remédios e venenos, diferenciava-se do português principalmente pelos seus hábitos de higiene e cuidados com as crianças.

O africano, era organizado na agropecuária e policultor de subsistência como conseqüência, era bem alimentado, se apresentava com ótimos dentes, e corpos robustos. Não conhecia doenças como a sífilis e pouquíssimos casos de tuberculose (doenças que sentiram mais tarde, trazidas pelos portugueses).

Três povos com características marcantes em um só território, era esperado que desta união, emergisse um povo forte que trouxesse em sua constituição o melhor das três raças.

Desbaratamos o nosso patrimônio somático, pelas deficiências sanitárias do meio, e sobretudo, pela desnutrição, pela fome e pela miséria. Subestimamos, por ignorá-las, as qualidades negativas, psíquicas todas elas, vindas dos nossos antepassados, que, longe de correção por uma educação adequada, baseada no seu reconhecimento, foram agravadas por preconceitos sociais, religiosos e místicos, tabus de todas as espécies, todo um enxame de recalques que envenenaram, conturbaram e continuam envenenando a nossa mentalidade. (PAULA, 1950, p.69)

Contudo, a preservação dos elementos originais não foi mantida de maneira uniforme, fazendo-se necessário a elaboração de ações, capazes de alterar o cenário observado ao longo dos anos no Brasil.

Durante o Estado Novo¹⁹ no Brasil, que aconteceu entre os anos de 1937 e 1945, onde o poder executivo possuía apoio do exército e o poderio sobre os demais poderes, a figura de Getúlio Vargas personificava a característica ditatorial do período.

Muitos autores e políticos formadores da opinião, descontentes com a composição multicolor do seu próprio povo, desejavam no fundo mudar a base demográfica do Estado nacional, vendo a solução no branqueamento, mediante imigração européia, fomentada a todo preço pelo governo brasileiro, sem que se pudesse, naturalmente, mandar embora os compatriotas indesejados. (ZILLY, 1999, p.14)

Neste período parte da elite brasileira, estava convicta de que a constituição étnica não branca de parte dos brasileiros, justificaria o baixo rendimento do povo, assim como as dificuldades que o país encontrava para se desenvolver (KOIFMAN, 2012).

O desenvolvimento de estudos científicos na área da alimentação juntamente com os problemas percebidos durante a Primeira Guerra Mundial, contribuíram para

¹⁹ O Estado Novo é o nome dado ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil de forma ditatorial de 1937 a 1945. Para saber mais sobre o Estado Novo : REPENSANDO o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p.

que o tema adquirisse importância elevada. No início, foi diagnosticado como um problema ligado às questões sociais, econômicas e até mesmo de segurança nacional. A busca por políticas públicas para dominar este problema tem mobilizado estudiosos e políticos (BARROS e TARTAGLIA, 2003).

No Brasil as pesquisas sobre a fome receberam um novo destaque na década de 1930, neste período a alimentação era relacionada às questões sociais e econômicas: ligação entre renda e alimentação. As pesquisas eram pautadas no orçamento familiar e no perfil de consumo alimentar, em busca de identificar o problema alimentar da população.

Ademais percebe-se que estes estudos foram estimulados pelo período de industrialização em que passava o Brasil, que demandava trabalhadores fortes e produtivos. Várias medidas foram então tomadas para a melhora de vida da população urbana, pois era dentro deste segmento da nação que se concentravam os operários e demais trabalhadores das cidades. Estas melhorias acabaram servindo de estímulo para um movimento, que trouxe para os centros urbanos o homem do campo que vivia uma vida miserável nas fazendas, sem assistência médica sanitária, sem diversões, sem fomento de qualquer natureza. Conforme Paula(1950), esta situação levou o homem do campo agravar ainda mais o mal estado de sua alimentação, pois ao chegar na cidade dava-se conta que nem dos produtos de sua pequena horta dispunha mais.

Outros fatores que acabaram depondo para o agravamento do problema alimentar no período em questão foram a chegada de imigrantes²⁰ – que fugiam da fome, das guerras, da falta de oportunidades em seus países de origem, acabaram colaborando com o desenvolvimento da urbanização e industrialização nacional além de trazerem hábitos culturais que podem ter influenciado novas tendências sociais; a crise no abastecimento, causada pelas guerras que fez com que o Brasil exportasse menos o café .

Foi neste cenário que Josué Apolônio de Castro, citado anteriormente neste capítulo, médico pernambucano passou a conhecer as faces da subalimentação e da má nutrição através do trabalho em seu consultório e visitas domiciliares. Josué de Castro realizou vigorosas pesquisas sobre famílias caboclas, toda sorte de

²⁰ Durante o Estado Novo foi desenvolvida a ideia de embranquecimento da raça através do estímulo a imigração européia. Havia políticas para atrair imigrantes.

trabalhadores agrícolas (cortadores de cana, trabalhadores volantes) as quais lhe permitiram demonstrar que o latifúndio – agricultura feita em grandes territórios de terra – era uma das principais causas da origem da fome e da subalimentação no Brasil.

Demonstrou também que não era a superpopulação dos campos e das cidades a responsável pelo aumento da fome, na verdade os pobres se multiplicavam pensando no futuro, os filhos de hoje trariam uma segurança para o amanhã, garantiriam o sustento da família (ZIEGLER, 2011).

Josué de Castro expôs a tragédia da fome, denunciou apontou causas e conseqüências, e principalmente ofereceu alternativas. No Brasil onde existia uma mentalidade ufanista, um país da abundância, orgulhoso de si, como podemos ver nos hinos, o livro Geografia da fome de Josué de Castro, publicado em 1946, veio desmistificar o Brasil, trazendo a público que de fato o país continha uma quantidade grande de pessoas sem recursos, que viviam na miséria.

No livro Geografia da fome de 1946, Josué dividiu o Brasil em cinco áreas de acordo com o alimento consumido em cada uma delas – Amazônica, Nordeste Açucareiro, Sertão Nordestino, Centro-Oeste, Extremo Sul. Esta divisão tinha como objetivo orientar o estudo colocando foco nas carências nutricionais de cada parte do Brasil.

Na área Amazônica, a maior do país em termos de território, foi visto que as dificuldades de transporte, restringiam as possibilidades alimentares de sua gente à sua própria região. Sem cultura, sem pecuária organizada, a alimentação era a mais pobre possível. A alimentação era de baixo valor calórico, parca, de poucos recursos, monótona, insuficiente e inadequada. Como conseqüência desta alimentação, evidencia-se a preguiça, a inatividade, resultadas da pequena cota calórica, e da carência de cloreto de sódio, do iodo e das proteínas, agindo como defesa, de autodefesa, para não agravar sua desnutrição (PAULA, 1950). Tais deficiências acarretavam anemia, desânimo, apatia.

No Nordeste Açucareiro, foi averiguado o mal uso das terras, fomentado pelo espírito imediatista comercial que fez da monocultura seu meio de vida, primeiro a cana de açúcar e depois o cacau e o algodão. Estes cultivos agiram de forma a asfixiar a policultura por vezes iniciada. Em decorrência a alimentação do povo continha baixo valor calórico. Por conseguinte, várias conseqüências poderiam ser vistas, a preguiça crônica, o desânimo, o desalento do brejeiro, por conta da

carência de cálcio havia grande incidência de caries dentárias, dentes mal constituídos e fracos (CASTROa, 1984).

A área do Sertão Nordestino, sofria com as secas periódicas e solo de pouca fertilidade, o hábito adotado pelos colonizadores nesta região foi o de policultura de sustentação, pecuária e lavoura. De acordo com Paula(1950), embora não seja uma alimentação ideal, é uma alimentação boa, uma das melhores do país, a realidade mudava nos períodos de secas fulminantes, nos anos de 1915 e 1932, por exemplo, trazendo fome e desnutrição ao sertanejo. Como conseqüências destes períodos os inquéritos relatados por Paula(1950) mostraram a chegada de doenças; a diminuição do crescimento das crianças; o abatimento do sertanejo; a passividade; o esgotamento nervoso; o sofrimento e o desespero.

No Centro-Oeste, área que abrange os estados de Minas Gerais, pântanos do Mato Grosso e sul de Goiás, os inquéritos expostos por Paula(1950), trazem que em Minas Gerais no início da década de 1930, o valor calórico de um bancário que ganhasse de 2 a 3 mil cruzeiros, por exemplo, era deficitário. Um trabalhador com um ou dois mil cruzeiros de salário, já passava fome. Aqueles que possuíam um salário ainda inferior a estes acima citados verificava-se a fome quantitativa e qualitativa, como conseqüência ficavam doentes com facilidade, era observada pouca produtividade, indolência, preguiça, humildade ou revolta.

É uma alimentação falha, sem os alimentos protetores, com baixa quota protéica, sem grande poder energético, sem minerais e vitaminas, de que resultam a morosidade, a docilidade, a humildade, a indolência, a diminuta capacidade de trabalho, o embotamento e muitas características disgênicas do nosso jeca. (PAULA, 1950, p.113)

Tais pesquisas, estudadas, analisadas e discutidas por Josué de Castro e outros cientistas, geógrafos e médicos da época como o dr. Alvino Moreira de Paula, trouxeram evidências de que era a fome que causava tamanho mal rendimento de grande parte da população brasileira. A má alimentação impedia o trabalho, aumentava a incidência de doenças e barrava toda sorte de desenvolvimento intelectual. A falta de elementos nutricionais para uma expressiva faixa da população brasileira foi explicada como,

as causas deste déficit estão principalmente na falta de uma organização econômica apropriada, no desinteresse dos governos pelo capital potencial da Nação, – o homem, na falta de transporte, de conservação dos alimentos, de conhecimentos alimentares, e sobretudo de produção. Somos um país privilegiado pela fertilidade do nosso solo, pelas nossas riquezas incomensuráveis, com capacidade de produzir alimentos para o mundo inteiro, e, no entanto, sofremos fome, por falta de alimento. Além de produzirmos pouco, ainda nos damos ao luxo de exportar alimentos necessários e faltosos no nosso consumo. (PAULA, 1950, p.75)

Sobre a ocorrência durante anos da justificativa da fome ser simplesmente o clima, Castro (1968) denunciava que se a fome pode ser relacionada e imputada, por uma parte, às condições geográficas, ela é, de fato e antes de tudo, uma questão política. A continuidade de sua existência não se deve à morfologia dos solos, mas à prática dos homens. Para Freitas (2003, p.34.): “Josué de Castro colocou a fome pela primeira vez na literatura como uma manifestação que assume diversas configurações e, sobretudo, um produto direto do subdesenvolvimento econômico e social”.

O autor denunciou a fome no Brasil, em particular e com mais força no Nordeste brasileiro, sobre a fome no Recife, em seu livro *Homens e Caranguejos*, de 1967, Josué de Castro descreve o ciclo do caranguejo no Rio Capibaribe nas imediações do Recife: “Os homens fazem suas necessidades fora dos seus casebres, no rio. Os caranguejos, coprófagos, alimentam-se dessas dejeções, tanto como de outras imundices depositadas no leito do rio. Depois, os ribeirinhos, com as pernas atoladas na lama até os joelhos, removem o lodo, apanham os caranguejos, comem-nos, diferem-nos e defecam.” Observa-se a ínfima qualidade de vida dos moradores da região só divulgada por conta da pesquisa de Josué de Castro.

A obra de Josué trouxe ao cenário nacional o tema da fome assim como Gilberto Freyre trouxe o escravo e Euclides da Cunha trouxe o banditismo e o fanatismo religioso no nordeste. Josué de Castro relacionou a fome com o latifúndio, com a má distribuição de renda, transformando a fome não só em problema econômico mas também em problema social. Chamou a atenção para a necessidade de desenvolvimento de uma política alimentar que corrigisse não só a alimentação do ponto de vista quantitativo como qualitativo.

Afirmava que era necessário por parte dos poderes públicos, focar o desenvolvimento para fins bem definidos, de forma a assegurar a emancipação

alimentar do povo, dirigindo a economia de maneira que a meta fosse o bem estar social da coletividade. Destacava que a fome era reflexo do subdesenvolvimento econômico e que deveria partir do poder público políticas para retirar o povo do pauperismo que se encontrava (CASTROb, 1984).

Sobre a hipótese da origem mestiça do povo brasileiro servir como justificativa para o comportamento moroso, Josué comentou em seu documentário sobre o Nordeste que as incapacidades dos pequenos homens mestiços do Brasil não se encontrava em sua raça, mas sim no seu estômago vazio. E argumentava que a origem do mal não está na raça, mas na fome, sendo que a carência de alimento suficiente que impedia o desenvolvimento e completo funcionamento das suas capacidades. Tal argumentação tinha sido colocada pelo autor em 1935 no texto Alimentação e raça, no qual demonstrou que a tese – á tempos cultivada no Brasil – de que afro-brasileiros, índios e caboclos eram preguiçosos, avessos ao trabalho e com inteligência rala advinha de sua raça estava equivocada, o que tinham era carência alimentar.

2. CAPÍTULO 2: A CIÊNCIA E O COMBATE À FOME

2.1 CIÊNCIA + OBJETIVOS DO ESTADO = POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO

Como exposto no primeiro capítulo deste trabalho, as pesquisas de Josué de Castro e seus contemporâneos cientistas, lançaram evidências de que a má alimentação trazia ao povo brasileiro, dentre outras, a característica de pouco produtivo.

Os programas de enfrentamento da fome e desnutrição no Brasil, a partir da década de 1930, estão ligados a instituição de uma nova disciplina científica, a nutrologia²¹ que mais tarde será denominada nutrição.

Este campo do saber, refere-se ao estudo da alimentação que recebeu maior relevância após o fim da Primeira Guerra Mundial. No mesmo período, surge o termo segurança alimentar, na época relacionada a razões militares, pressupunha

²¹ Em 24 de outubro de 1939, foi criado o primeiro curso de Nutrição do Brasil, na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, com duração de um ano, ministrado em tempo integral, dividido em quatro períodos. Em 1966, o período para a conclusão passou para três anos. Em 1972, o Ministério da Educação estabeleceu que tais cursos teriam a duração de quatro anos, divididos em oito semestres. A Lei nº 5.276, de 24 de abril de 1967, regulamentou a profissão do nutricionista. Fonte: A História do Nutricionista no Brasil em www.cfn.org.br

que um país poderia dominar o outro através do controle sobre o fornecimento de alimentos. De acordo com Menezes(1998), o termo apontava para a exigência de formação de estoques estratégicos de alimentos e fortalecia a visão sobre a necessidade de busca de auto-suficiência por cada país. Trazendo um entendimento que vinculava a questão alimentar à capacidade de produção. Esta vinculação manteve-se até a década de 1970, na I Conferência Mundial de Segurança Alimentar, promovida pela FAO em 1974 (VASCONCELOS, 2011).

O conceito ganha notoriedade a partir da constituição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)²² e da Organização das Nações Unidas (ONU) ambas em 1945.

O termo segurança alimentar, congregava em sua composição tanto a segurança nacional como a capacidade de um país de produzir sua própria alimentação. Uma vez estabelecida a segunda premissa, o país não estaria vulnerável a boicotes, embargos ou cercos que viessem por acaso a ocorrer, devido a razões políticas ou militares.

Embalado por ventos internacionais, o tema alimentação demandava atenção e urgência, visto que a proposta do então presidente brasileiro, Getúlio Vargas, era de renovação, uma nova república, desenvolvida economicamente, exigia um novo brasileiro, capaz de assumir a tarefa de projetar o país para este horizonte. Como comenta Levine(2001), o Estado Vargas produziu ativamente a identidade dos “trabalhadores do Brasil”, combinando trabalho e direitos de cidadania e enfrentando como prioridade a “questão social²³”, produziu o mito de Vargas como “pai dos pobres” e uma política que considerava um Estado forte que intervém e organiza os interesses sociais em conflito. Para tanto foi preciso voltar se à alimentação.

Apesar do tema alimentação ter sido uma constante preocupação já na Antiguidade, foi em meados do século XVIII, que iniciaram estudos evidenciando a idéia de gastos e necessidades energéticas²⁴. No século XIX, os estudos avançaram para as proteínas, e o século seguinte se caracteriza pela descoberta e estudo das vitaminas. O desdobramento do assunto em caráter científico, aliado aos problemas

²² Para maior entendimento sobre a FAO, é sugerido o site: Nações Unidas no Brasil (<https://nacoesunidas.org/agencia/fao/>)

²³ Em SILVIERA(2013), pode-se identificar o questão social hoje.

²⁴ O químico francês Antoine Laurent de Lavoisier, apontado como "pai da nutrição", elaborou a relação do processo de respiração com o metabolismo dos alimentos (BARROS e TARTAGLIA, 2003).

da alimentação encontrados durante a Primeira Guerra, ajudaram para a chegada em um consenso, declarando a importância do tema da alimentação. Entre 1915 e 1935, diversas instituições científicas são criadas, em várias partes da Europa, Ásia e América, com o intuito de conhecer mais sobre o assunto e sobretudo propor soluções para os problemas alimentares (BARROS e TARTAGLIA, 2003).

A ciência da nutrologia, que mais tarde passou a ser chamada de nutrição, teve seu desenvolvimento dividido em duas áreas de estudo. Os médicos que se dedicaram à pesquisa clínico-fisiológica e experimental – relacionada ao consumo de nutrientes - receberam influência das escolas americanas e européias, sua ciência passou a ser chamada de “fisiologia da nutrição”. Por outro lado um segundo ramo estudava a nutrição na sociedade – os aspectos econômico-sociais e populacionais ligados à produção - através de pesquisas que buscavam conhecer o orçamento familiar e o perfil do consumo alimentar das famílias, desenvolvendo assim, um padrão de alimentação que possibilitasse às pessoas comer de forma a atender os elementos estabelecidos como satisfatórios, pelo grupo dos fisiologistas da nutrição. Este segundo grupo teve em Pedro Escudero²⁵ sua grande referência.

Ambos os grupos trabalhavam com o mesmo tema cada qual com um viés diferente. Ao longo do tempo, acabaram se relacionando de maneira a se complementar, os fisiologistas forneciam a credibilidade científica imprescindível para fundamentar as propostas de intervenção social e política do segundo. Em contrapartida o segundo grupo garantia aos fisiologistas da nutrição, visibilidade e recursos (COIMBRA et al., 1982).

No Brasil em 1932, um estudo pioneiro realizado por Josué de Castro em uma fábrica no Recife, pode ser considerado um importante marco para as políticas públicas voltadas à alimentação no país. Josué de Castro foi contratado por 2 anos por uma fábrica, e seu trabalho como médico, era descobrir como aumentar a produtividade dos operários. Sua análise constatou que os trabalhadores viviam num estado de pobreza, habitavam precariamente, se vestiam mal e se alimentavam pior ainda. O resultado da pesquisa mostrou que os índices de baixa produtividade estavam atrelados ao estado de miséria, incluindo a má (no sentido de deficiente) alimentação do trabalhador.

²⁵ Para mais informações sobre a influência da obra de Pedro Escudero na produção científica brasileira neste período: Lima(2000) e Vasconcelos(2001).

Tendo como base este estudo, Josué de Castro amplia sua pesquisa e dela deriva o Inquérito chamado: “As Condições de Vida das Classes Operárias do Recife”.

Em relação às concepções científicas ou paradigmas que nortearam a atuação dos cientistas do campo no período 1930-1963, pode-se afirmar que em um primeiro momento, circunscrito às décadas de 1930-1940, a matriz teórica que unificou os intelectuais do campo foi a tese "do valor eugênico da alimentação na construção da nação e do homem brasileiro" ou "do mal de fome e não de raça". Matriz ideológica que, na época, procurava desfocar da questão racial para a questão sociocultural o preconceito racial/climático que se tinha sobre o povo brasileiro, notadamente sobre o processo de mestiçagem no Brasil. Neste sentido, os cientistas do campo afirmavam a tese do aprimoramento eugênico do povo brasileiro mediante uma alimentação racional. (VASCONCELOS, 2011, p.83)

A investigação promovida por Josué de Castro em 1932 alavancou outras com o mesmo caráter no país. Foram feitos estudos análogos em São Paulo, pela Escola Livre de Sociologia e Política²⁶, no Rio de Janeiro e em outros Estados, contando com o apoio do Departamento Nacional de Saúde, que naquele momento objetivava estudar a alimentação do brasileiro (Nascimento, 2002).

A abundância de publicações nacionais em volta deste tema é confirmada com o levantamento bibliográfico realizado por Peregrino Júnior em 1941, que apresenta cinquenta publicações sobre o assunto entre 1934 e 1941, estas publicações eram compostas por livros, cartilhas e artigos que tratavam de inquéritos alimentares; problema alimentar; bases da alimentação racional; dietas de vários grupos sociais e populacionais; educação alimentar; política alimentar; alimentação popular e alimentação do trabalhador; alimentação e/ou regime alimentar da criança, do adolescente, do idoso, da gestante, do atleta; valor social e

²⁶ Mais tarde se torna A Escola de Sociologia e Política de São Paulo, criada em 27 de maio de 1933 por iniciativa de pouco mais de uma centena de figuras eminentes da sociedade paulistana, dentre as quais se destacam os dirigentes das principais entidades de ensino de São Paulo, como a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina, a Escola de Comércio “Álvares Penteado” e a Escola de Belas Artes, além de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, do Instituto de Engenharia, da Federação das Indústrias, dentre outros. Orientada desde o início para o estudo da realidade brasileira e para a formação de quadros técnicos e dirigentes capazes de atuar no processo de modernização da sociedade, a Escola de Sociologia e Política de São Paulo foi reconhecida como instituição de utilidade pública pelo Governo do Estado de São Paulo, em 1935. No ano de 1946, através do Decreto-Lei nº. 9.786, teve reconhecido pelo Governo Federal o seu curso de graduação, cujo conteúdo foi definido como currículo mínimo para o ensino de Sociologia e Política em todo o país. Fonte : <http://www.fespsp.org.br>

econômico da alimentação; alimentação e raça entre outros (LIMA,2000; PEREGRINO JÚNIOR,1941).

O resultado de tais inquéritos, chamou a atenção do governo populista e desenvolvimentista que vigorava, uma vez que sua política estava baseada em promover a industrialização do país, era de interesse nacional saber como tornar operários mais produtivos. Do mesmo modo, esta preocupação governamental com a mão de obra urbana provavelmente dizia respeito a atender os interesses da classe empresarial que surgia. Neste sentido era evidente que,

Combater as deficiências alimentares era, então, necessidade imperiosa, pois, ao realizar a higiene da raça, se estaria automaticamente produzindo operários mais qualificados, era a ideia de se produzir dóceis-corposo-máquinas. Era o pensamento de criar aptidões, de modo que se obtivesse o máximo de utilidade como máximo de docilidade [...]. Utilizando-se da eugenia como técnica de poder. (MARQUES, 1994, p. 19)

Unindo as pesquisas científicas em nutrição com o poder do Estado surge a política de alimentação no Brasil²⁷. Getúlio Vargas passou a empreender medidas investindo na alimentação do operário visando o desenvolvimento do Brasil.

Todavia, o respaldo científico indicava a necessidade de se investir em dois aspectos distintos para atacar o problema da má alimentação no Brasil. O primeiro aspecto seria a pobreza, tida como influência decisiva nos hábitos alimentares do brasileiro. O segundo seria a educação alimentar, afinal era necessário ensinar a população a comer de maneira correta e racional.

A seguir duas sessões exploram de que maneira o governo Vargas direcionou esforços nos dois sentidos citados acima, sugeridos pelos nutricionistas. Em um primeiro momento, as ações de apoio à educação alimentar, e na esteira as medidas tomadas pelo governo em prol senão do fim da miséria pelo menos para a redução da mesma no Brasil.

²⁷ Na realidade, duas iniciativas anteriores podem ser consideradas precursoras, em caráter institucional, das políticas públicas de alimentação no Brasil, são elas : a criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1909, com atribuições que incluíam assistência em formato de alimento para a população que sofria com as secas no semi-árido nordestino. E a criação do Comissariado de Alimentação Pública em 1917, que marca a intervenção do poder público no setor do abastecimento. Tal comissão seria em prol de uma regulamentação do mercado de alimentos, que na ocasião sofria com as conseqüências da Primeira Guerra Mundial. A idéia acabou gerando insatisfação do setor ruralista por conta da tabela de preços dos gêneros alimentícios, o comissariado foi extinto em 1918. (NASCIMENTO, 2009)

2.2 EDUCAÇÃO PARA BOA ALIMENTAÇÃO

O interesse pela Educação Nutricional aparece no Brasil entre as décadas de 1930 e 1940, quando obtinha um status acentuado dentro da política governamental, era considerada um programa de proteção ao trabalhador. Idealizada com a perspectiva de gerar mudanças na maneira como a classe trabalhadora se alimentava (CASTRO e PELIANO, 1985). Estas mudanças viriam a partir do trabalho das visitadoras da alimentação, das visitas do médico nutrólogo e das orientações recebidas em consultório médico.

Com base no diagnóstico gerado a partir dos inquéritos desenvolvidos no início da década de 1930 pelos profissionais da recém criada ciência da nutrição, foram propostas campanhas de educação alimentar, com a finalidade de orientar a população a escolher de maneira coerente (de acordo com o que era coerente na época), seus alimentos. A idéia preconizada pela comunidade acadêmica, vista como uma saída para o problema alimentar em boa parte dos inquéritos, era a de educar a população a fim de que esta adquirisse bons hábitos alimentares.

Se os principais efeitos de uma política educacional alimentar somente se fariam sentir nas gerações futuras, faziam-se necessárias outras ações, mediante diagnósticos da sociedade: a aplicação de inquéritos alimentares e a delimitação de seu respectivo público-alvo reiteraram o conceito da ignorância popular em relação à sua própria alimentação. O combate à ignorância só poderia ser feito recorrendo-se ao seu oposto: a racionalidade. A disseminação da idéia de “alimentação racional” como base de políticas públicas na área rendeu inúmeras páginas em estudos feitos principalmente durante o Estado Novo (RODRIGUES, 2007, p. 30).

Muitas obras foram publicadas com instruções que levariam a boa alimentação, entre elas a *Cartilha de Alimentação do Brasil*, de autoria de Mário César Freitas Rangel²⁸ (1938, apud Bezerra, 2012, p.167) o autor destaca que,

Um povo mal alimentado não produz rendimento no trabalho, embora trabalhe muito. A má alimentação tira a disposição, a

²⁸ Médico e autor de vasta obra sobre medicina e enfermagem, o ponto central de sua pesquisa gira em torno dos fundamentos científicos e práticos destas duas áreas.

coragem, e a iniciativa. O país não progride. Ao contrário, um povo bem alimentado é cheio de alegria e de saúde, tem ambições de produzir e enriquecer, tem idéias e iniciativas úteis. O Brasil tem 50 milhões de habitantes. Quando todos forem bem alimentados, terão saúde, terão disposição, serão os primeiros a procurar a escola e a instruir-se. Haverá trabalho, grandes plantações, grandes fabricas, estradas por todos os lados, conforto e bem-estar. A nossa pátria será forte e respeitada. Os bons alimentos existem aqui e estão ao nosso alcance: é preciso somente ensinar a todos qual a maneira de comer bem, segundo os recursos de cada um.

Outro exemplo, agora mais popular foi a revista *Viver!: mensário de força, saúde e beleza*, publicação que trazia conhecimentos de higiene, educação e eugenia. Era vendida nas bancas entre os anos de 1938 e 1946, possuía uma coluna intitulada “alimentação racional” que contava com dicas para melhor aproveitar os ingredientes e utensílios de cozinha.

Outra iniciativa, considerada como pioneira na divulgação das orientações nutricionais no país, foi o livro *Os pequenos fundamentos da boa alimentação*, de Thalino Botelho²⁹, onde a alimentação racional integrava uma lista de condições que resolveriam o problema alimentar no Brasil (RODRIGUES, 2007a).

A educação para uma boa alimentação, durante o período do Estado Novo, pode ser vista através das iniciativas produzidas pelo Ministério da Educação e Saúde, programas ligados à conscientização sanitária e higiênica do povo.

[...] a ignorância e o pauperismo eram, havia pelo menos quarenta anos, os motivos clássicos da má alimentação. Pela ordem, primeiro viria o combate ao pauperismo, que ele reconhecia ser o fator mais importante, propondo ampliar a produção de alimentos, melhorar o cultivo da terra e priorizar as condições do transporte. Já a ignorância residual tinha de ser vencida pela educação e dependia de pré-requisitos em política econômica e agrícola: “educaríamos o povo ensinando-o a abrir a bolsa para compra dos melhores alimentos, já então produzidos em maior escala, a mais baixo preço (BOTELHO, 1955, p.192).

Durante a década de 1940 uma das táticas desenvolvidas pelo Estado para orientar a população na direção da boa alimentação, foi a difusão de informações por meio de boletins impressos e livros infantis tratando do tema da nutrição, que

²⁹ Médico, foi chefe de Clínica das Doenças de Nutrição e Glândulas de Secreção Interna do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, lecionou dietética no curso de Nutrólogos. Seus trabalhos eram voltados para os princípios da alimentação racional.

traziam tanto dicas de boa alimentação como prevenção de doenças, segundo Boog(2011), muitos destes impressos acabavam abordando o tema de maneira muito distante do real cotidiano das pessoas, o que corroborava com ineficiência da proposta.

A idéia de atingir as crianças através de cartilhas, vinha atrelada com o princípio de que uma criança que aprende na escola como se alimentar corretamente levará para casa este conteúdo e assim o adulto também aprenderá.

A proposta de educação alimentar dentro das escolas, antecede as iniciativas do Estado Novo, já em 1922, a Cartilha de Higiene de Almeida Júnior³⁰ foi distribuída para alunos de escolas primárias, dentro do programa de higienização da população no Estado de São Paulo. A análise desta cartilha demonstra a ligação entre educação, higiene e alimentação. Na cartilha havia restrições às guloseimas entre as refeições, ao consumo de café em demasia, aos chás e as bebidas alcoólicas para crianças (RODRIGUES, 2007).

Destaca-se uma das unidades da Cartilha de Almeida Júnior, com o nome de “a boa alimentação”, nela o autor orientava o que seria bom ou não para a alimentação, fazendo uso de ilustrações simples, demonstrando a intenção de alcançar as crianças em idade de alfabetização. O objetivo do autor se mostrava claro na intenção de aconselhar crianças e em consequência os adultos que detinham responsabilidade sobre elas, para bons hábitos de alimentação e em contrapartida a negatividade que levava o uso de vícios como o álcool, a figura 1 demonstra como tais orientações apareciam na cartilha.

³⁰ Almeida Júnior foi um especialista em alimentação dos escolares. Sua produção acadêmica voltou-se para a temática da alimentação popular.



Figura 1: Lições da Cartilha de Hygiene, de Almeida Júnior, 1936. In Rocha(2011)

Seus conselhos englobavam informações sobre horário de refeições, cuidados com a mastigação, a digestão e a própria evacuação intestinal (ALMEIDA JUNIOR, 1923a in RODRIGUES, 2007).

Outra maneira de atingir a população em defesa da educação alimentar, era através das transmissões realizadas pelas rádios, meio de comunicação popular na época. O médico sanitarista Savino Gasparini, realizou uma série de palestras transmitidas pela rádio Tupi no Rio de Janeiro, o conteúdo das palestras era recheado com um conjunto de orientações e procedimentos quanto à preservação da higiene e sugestões para uma boa alimentação. Pelo rádio eram divulgadas também receitas e orientações para bem se alimentar (RODRIGUES, 2007).

Cabe aqui apontar que a educação higiênica, principalmente depois da proclamação da República, começou a fazer parte da estrutura curricular das escolas, como elemento obrigatório na formação dos alunos³¹. Por este motivo os professores recebiam instruções por meio de cursos e manuais, com a intenção de formar profissionais preparados a divulgar a relação entre saúde e educação, durante o Estado Novo, a preparação passou a conter um novo item, a educação alimentação (GONÇALVES, 2011).

³¹ Para saber mais sobre o currículo escolar neste período, SILVA(2007).

2.3 O COMBATE AO PAUPERISMO

Nas primeiras décadas do século XX a idéia de que a má distribuição de renda era o motivo fundamental para a insistência da fome no Brasil, chegou através de longos debates. Para Rodrigues(2007), estas discussões incluíam argumentos em torno de dois paradigmas: a carência alimentar como resultado da ignorância do povo ou como fruto dos baixos rendimentos da grande parte da população - pobreza. O autor ressalta a importância do Relatório Burnet-Aykroyd, de vital relevância na construção de políticas alimentares em diferentes países, do mesmo modo as políticas para o desenvolvimento agrícola.

Tal relatório foi produzido na esfera da Liga das Nações e divulgado em 1936, recebeu o título de Nutrição e Saúde Pública. Seu conteúdo continha a teoria de que pobreza era o fundamento da fome e da inviabilidade de algumas populações manterem-se saudáveis, mesmo que muitos economistas afirmassem que o mundo vivia um período de excesso de produção de alimentos. Em todo caso, a alta da produção de alimentos era reconhecida pelo relatório, o que não diminuía o problema do baixo poder de consumo de milhares de pessoas. O relatório defendia o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e a promoção da saúde pública.

De forma semelhante, Paula(1950) define o problema alimentar brasileiro na resultante do trinômio : alimento + poder aquisitivo alimentar + instrução alimentar. Onde a variável alimento significa a produção, distribuição, transporte e conservação. O poder aquisitivo alimentar seria recursos suficientes ou não para adquirir o alimento e a instrução alimentar representa o conjunto de conhecimentos responsável pela escolha do alimento, preparação, equilíbrio na quantidade e na satisfação fisiológica das necessidades de cada um.

Tendo como base as teorias expostas acima, iniciamos por explorar a idéia de que a falta de recursos do indivíduo, sua situação como paupérrimo o levaria a má alimentação.

Getúlio Vargas, em congresso do Partido Social Democrático (PSD), realizado em Teresópolis em 1945, coloca entre os principais objetivos de seu governo o combate ao pauperismo, Carone(1982, p.340), menciona o que foi dito,

I – Combate ao pauperismo – O combate ao pauperismo é uma cruzada que se impõe à ação conjunta do Estado e da iniciativa privada, não apenas por princípios de solidariedade humana e

de sentimento patriótico, mas ainda pelos compromissos e responsabilidades que decorrem dos Convênios Internacionais firmados pelo Brasil. São dois os instrumentos de que se deve lançar mão esse empreendimento nacional, que consiste em essência no levantamento do nível de vida da população: a valorização do homem e a criação de condições econômicas mais propícias ao desenvolvimento geral do país.

Na ata do mesmo evento pode-se perceber ainda a atenção para a política social naquele momento e as possibilidades que surgiam para recuperar a saúde da população.

IX – Política social

2 – Recomendam, quanto à saúde da população, um conjunto de medidas, no campo da higiene e da assistência medico-hospitalar, que vigorem nos centros urbanos e no interior, respeitadas as características respectivas. O meio rural, por sua maior importância e mais acentuado abandono, esta a exigir uma organização completa, que poderá consistir na criação em cada Estado, de um Departamento de assistência Médico Rural, funcionando por meio de hospitais regionais e municipais [...] (CARONE, 1982, pg345).

Na verdade durante o período de 1930 a 1945 não havia um projeto exclusivo para a erradicação da miséria, foi através de ações nas áreas da saúde, habitação, educação, previdência e assistência social que o Estado procurou elevar a qualidade de vida da população. A seguir, algumas medidas que podem ter servido para melhorar o padrão de vida do brasileiro.

Em 1930 Getúlio Vargas cria o Ministério do Trabalho, com o intuito de manter uma intervenção sistemática no conflito entre capital e trabalho. Antes disso os assuntos referentes ao trabalhador e ao trabalho em si eram tratados pelo Ministério da Agricultura, tendo pouca atenção real do governo. O primeiro titular do novo ministério foi Lindolfo Collor³² que junto com sua equipe realizou intensa atividade legislativa, sobretudo à organização sindical e aos direitos trabalhistas, com o

³² Lindolfo Leopoldo Boekel Collor, Foi articulador destacado da chapa oposicionista da Aliança Liberal, que lançou o nome de Getúlio Vargas para concorrer nas eleições presidenciais de 1930. Empossado o novo governo, uma das primeiras medidas tomadas foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, cuja chefia foi entregue a Lindolfo Collor. À frente dessa pasta promoveu profundas alterações no tratamento dado à questão social no país, ocupando-se do reconhecimento de entidade sindicais, da constituição de juntas de conciliação para os conflitos entre patrões e empregados, da regulamentação da jornada diária de trabalho, da regulamentação do trabalho feminino e infantil, entre outros aspectos. Fonte: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lindolfo_collor

objetivo de conceber os sindicatos como veículo de mediação de conflitos entre empregados e patrões, além de trazer as organizações sindicais para a esfera do ministério recém criado, buscando, assim, que tais organizações fossem controladas pelo Estado.

Dois anos depois foi criada a Carteira Profissional, que deu origem a atual Carteira de Trabalho, com o propósito de assegurar direitos e garantir o salário do trabalhador. O documento dava acesso aos benefícios em conformidade com as novas leis sociais, como aposentadoria, licenças, pensões entre outros. Vale destacar que os direitos advindos da carteira profissional eram restritos aos trabalhadores urbanos que se encaixavam nas profissões regularizadas pelo Estado, ou seja, era uma medida seletiva uma vez que não alcançava toda a população.

No âmbito da habitação, houve a tentativa de regulamentar o mercado de aluguéis, a partir de 1942 foram instituídas tabelas de valores e ações de controle sobre despejos. O resultado destas iniciativas foram contraditórios, pois foi expressiva a baixa no mercado de locações com o crescimento de crédito para novas habitações, gerando algumas favelas nas grandes cidades do país. De acordo com BONDUKI(2004), apenas 25% da população nacional na década de 1940 tinha moradia própria.

Percebe-se a preocupação do governo em aumentar a renda das pessoas como saída da miserabilidade, o que diminuía a prioridade para políticas em educação, investimento humano e desenvolvimento da cidadania como formas de atingir o mesmo objetivo.

Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, que deveria desenvolver atividades de esporte, educação, meio ambiente e saúde. Entre os anos de 1934 e 1945, o ministro responsável foi Gustavo Capanema Filho, sua gestão foi marcada pela reforma dos ensinos secundário e universitário. De acordo com o site da biblioteca de educação pública do Rio de Janeiro, o ministério tinha, entre outras atribuições, a de formular um projeto cívico-pedagógico para projetar um “novo homem brasileiro”.

Para Vargas, inculir um senso de identidade nacional afirmativo e comum a todos constituía-se no esforço prioritário de seu governo. [...] O ministro Capanema encomendou livros didáticos de modo a reforçar a identidade nacional e lembrar aos estudantes a indiferença dos regimes passados pelas questões sociais. [...] Os currículos escolares foram alterados para que pudessem estimular o orgulho nacional, a disciplina,

bons hábitos de trabalho, valores relacionados a família, hábitos de economia e a moralidade. [...] Pedia-se que as escolas produzissem cidadãos cujas atitudes conduzissem ao desenvolvimento nacional. Os técnicos experimentavam novas abordagens que visavam a nacionalização da cultura e a difusão emocional de valores nacionais. (LEVINE, 2001,p.93)

Capanema durante sua gestão, implementou duas reformas significativas, a primeira de caráter mais amplo em 1937, quando reorganizou a estrutura administrativa conciliando-a com a base da política social do Estado Novo. A segunda reforma introduzida por Capanema, em 1941, trouxe os Serviços Nacionais, organizando campanhas de combate a doenças específicas.

Quanto ao que confere a saúde pública no período, grande parte dos recursos foram voltados a saúde do trabalhador regularmente estabelecido. Apesar da luta de Josué de Castro e seus companheiros na elaboração de pesquisas e campanhas para melhora da alimentação nacional e de políticas de prevenção de doenças, a maior parte dos recursos era voltada apenas para a fração da população que tinha um trabalho regular, deixando pouco para o restante.

O que não se pode esquecer quando se avalia o legado da era Vargas é o fato de que a esmagadora maioria das reformas concentrava-se nas duas maiores cidades do país, São Paulo e Rio de Janeiro. Afinal, naquele tempo todas as demais cidades eram empórios comerciais e de serviços, e não centros industriais. Fora do Centro-Sul, as reformas governamentais propiciaram lucros maiores aos produtores - por meio de entidades regionais como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) -, mas não deram aos trabalhadores nem os direitos de negociar em defesa de seus interesses nem um fórum onde pudessem expressar suas reivindicações. (LEVINE, 2001,p.181)

No que tange este restante da população que não possuía um contrato de trabalho, houve a continuação das atividades dos sanitaristas – profissionais em saúde pública, que desempenharam um importante papel no combate às epidemias. O governo federal em 1925 criou cursos de higiene e saúde pública com o objetivo de formar médicos sanitaristas que seriam responsáveis por dirigir e administrar o serviço público de saúde no país. Estes cursos acabaram assumindo um caráter de diferenciador entre os médico clínicos e os sanitaristas. Sobre os sanitaristas, vale sublinhar que o trabalho desempenhado por estes profissionais recebeu promoção nacional em meados de 1920, promovido pelo Dr. Carlos Chagas. Consistia em um

grupo de médicos que se empenhou em trabalhar com a idéia da educação sanitária, estudar e tratar os focos de transmissão das doenças em todo o interior do Brasil.

A inquietação com a saúde do homem do campo estava ligada a doenças infecto-contagiosas, que envolviam riscos à coletividade. Logo a estrutura administrativa foi formada dando prioridade ao combate à doenças transmissíveis adotadas como prioritárias (HOCHMAN, 2005).

Ou seja, por conta da saúde o brasileiro poderia ter sua qualidade de vida elevada de acordo com suas atividades, por exemplo se desempenhasse um trabalho com carteira assinada, teria mais acesso a serviços de saúde, pois tanto poderia usar o que lhe oferecia o Ministério do Trabalho como também tinha direito de usufruir do trabalho realizado pelo Ministério da Educação e Saúde Pública. Já a parcela da população que não tinha um emprego regulamentado, poderia contar apenas com o serviço disponibilizado pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, o qual agia sobretudo no âmbito de combater epidemias³³ e endemias³⁴.

Em 1937 foi criado o Serviço Nacional de Febre Amarela, com dimensão nacional, e em 1939 o Serviço de Malária do Nordeste. Para o combate da lepra e da tuberculose houve a construção de alguns hospitais e asilos sem atingir completamente todos que necessitavam. Em 1941, o Departamento Nacional de Saúde assumiu o controle da formação de técnicos em saúde pública e em 1953, pela Lei nº1920, assinada pelo presidente Getúlio Vargas é criado o Ministério de Saúde do Brasil. Apesar de ser a principal unidade administrativa de ação sanitária direta do governo, este trabalho continuava sendo distribuído por outros ministérios e autarquias, com fragmentação de recursos financeiros e pessoal técnico.

Destaca-se a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, pela primeira dama do Brasil, Darcy Vargas. Tinha como atribuição auxiliar as famílias dos soldados envolvidos na Segunda Guerra Mundial. Era um serviço de assistência associado a igreja e a filantropia.

Não aconteceu um plano específico para a população efetivamente de baixa renda, o governo trabalhava com medidas paliativas e setoriais. Percebe-se que as

³³ Epidemia: a epidemia se caracteriza quando um surto acontece em diversas regiões. (<http://portalms.saude.gov.br/>)

³⁴ Endemia: uma doença é endêmica quando acontece muitas vezes no local. (<http://portalms.saude.gov.br/>)

políticas para saúde pública não atingiram a população miserável de maneira uniforme, a saber que muitos dos benefícios nascidos no período eram direcionados aos trabalhadores formais. Para Galvanin Neto(2012), o objetivo do governo foi o de fomentar a produtividade econômica, vista como horizonte para a solução da desigualdade no país. Deste modo, a saúde pública foi usada como instrumento de reposição da engrenagem econômica, o trabalhador doente teria assistência para melhorar o quanto antes, ou ser substituído o mais rápido possível, enquanto àqueles que não possuíam um trabalho formal, ficariam a critério da benevolência social.

2.4 INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTISMO

Para compreender o contexto em que foram elaboradas e levadas as vias de fato as ações contra a fome durante o governo de Getúlio Vargas, recua-se ao processo de industrialização que o país passava naquele momento. Para tanto apresentamos um breve panorama do período estudado com o viés desenvolvimentista, destacado na política econômica de Vargas.

Após a Revolução de 1930³⁵, que balançou a economia brasileira, tirando o foco da produção cafeeira, novos caminhos tiveram que ser construídos para que a economia continuasse em pé. Neste novo horizonte, o Estado ganhou força, seu papel passou de protetor dos interesses dos cafeicultores para intervenção em inúmeras frentes. Esta intervenção configurou o que se passou a chamar de “estado desenvolvimentista”, característica que acompanha a história do Brasil nos 50 anos seguintes.

O desenvolvimentismo³⁶ é uma teoria econômica que possui como epicentro o crescimento econômico. No Brasil e em muitos outros países da América Latina, este crescimento teve como fermento a industrialização, com característica de forte intervenção do Estado. Esta teoria recebeu força após o final da Segunda Guerra

³⁵ A Revolução de 1930 pôs fim ao período denominado República Velha, marcado pelas articulações políticas entre oligarquias regionais do Brasil.

³⁶ No Brasil, o termo “desenvolvimentismo” remete às teorias vindas da CEPAL-Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, comissão regional das Nações Unidas, criada em 1948 com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros (BARBOSA, 2013).

Mundial, uma vez que os países que fizeram parte do conflito voltavam suas frentes para a reconstrução acabaram por abrir espaço para as demais nações, que sentiram um significativo crescimento econômico. Foi justamente neste período que aconteceu a implantação da indústria de base em muitos dos países da América Latina, incluindo o Brasil. De acordo com Bielschowsky(1988, p.7), “o desenvolvimentismo pode ser definido como a ideologia de transformação da sociedade brasileira, tendo a industrialização como solução para o problema da pobreza e subdesenvolvimento.”

Depois da fase de reconstrução, veio o período de ampla internacionalização do capital. Draibe(1985) destaca que a sincronia da formação das estruturas econômicas centralizadas do Estado e o processo de fundação do capitalismo industrial no Brasil tem sua origem ligada as forças sociais desta etapa de transformações significativas na sociedade e na economia.

Alguns dos representantes do desenvolvimentismo no Brasil eram funcionários públicos, se caracterizavam por compartilhar idéias de correntes modernistas, grande parte fazia parte de uma contra elite, que se criou no setor público durante os anos de 1950 e 1960. Estes expoentes acreditavam que o desenvolvimento seria construído através de um processo de criação de uma nova base para a nação. Tal estrutura demandava uma auto estima nacional aguçada, o que se pensava ser fundamental para fomentar uma transição ideológica.

Assim como o apoio a manutenção de uma auto estima, os simpatizantes do desenvolvimentismo acreditavam ser necessário uma avaliação dos processos econômicos e sociais brasileiros. Tais demandas recebiam suporte da liderança do Estado, que controlado por esta contra elite poderia promover políticas e reformas em direção ao desenvolvimento nacional.

As instituições criadas no período desenvolvimentista brasileiro - BNDES, Capes, Petrobrás, Eletrobrás, Sudene, entre outras - tiveram participação de servidores públicos e da sociedade, membros espalhados por diversos setores, como Josué de Castro, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, juntos puderam efetivar suas ações, pensando o país para além de suas regiões, na tentativa de integrar social e economicamente o território nacional (BARBOSA, 2013).

No Brasil o processo de industrialização teve início no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), dentre os fatores que contribuíram para o desenvolvimento deste processo neste período específico, estão o investimento dos

cafeicultores na indústria (de início em elementos para o transporte e armazenamento do próprio café, em seguida em outros segmentos); a chegada de imigrantes europeus trazendo sua expertise na fabricação de inúmeros produtos e aumentando a mão de obra disponível no mercado; a formação de uma classe média consumidora que demandava bens de consumo. Mais tarde com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a indústria brasileira foi estimulada a crescer também para exportar, pois os países europeus não contavam com indústrias suficientes para suprir suas necessidades de produtos industrializados, logo precisavam importar de outros lugares, o Brasil foi um destes importadores.

Marcante foi ainda o financiamento e a tecnologia proveniente dos Estados Unidos para a construção da Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda no Rio de Janeiro, que começou efetivamente a produzir em 1947, porém seu processo de construção acabou abrindo caminho para a implantação, posteriormente, de outras usinas. Os períodos associados de maior recebimento de capital estrangeiro na história do Brasil foram 1956-1960 e 1964-1985.

Vargas via dois caminhos nas relações econômicas internacionais do Brasil. De um lado, a aliança com os EUA, dos quais pretendia obter empréstimos públicos e colaboração técnica para a industrialização brasileira. Sabia também que iria depender do fornecimento externo de petróleo para incrementar a produção interna de derivados, e de equipamentos e créditos para os projetos de infra-estrutura. O presidente mostrava-se aberto à vinda de empresas estrangeiras interessadas em instalar empreendimentos locais nas áreas priorizadas por seu governo. Vargas concentrou os projetos de industrialização de seu governo em duas áreas: a Assessoria Econômica e o Ministério da Fazenda. (GOMES, 1994, p.165)

A questão era diminuir a dependência das importações de serviços mas ao mesmo tempo era necessário buscar nos países já industrializados insumos e equipamentos. Pretendia-se diversificar as relações econômicas e comerciais com os EUA e a Europa.

A política de desenvolvimento industrial foi estabelecida traçando uma linha protecionista a fim de trazer indústrias locais ou estrangeiras em áreas estratégicas, proporcionando isenção de tarifas e dando ênfase para remessa de lucros e reserva de mercado (GOMES, 1994).

A inserção de inúmeras empresas advindas de países industrializados marcou o ingresso do Brasil no processo de industrialização, passando a ser um Estado industrial urbano ao invés de um produtor primário essencialmente. Vale ressaltar que não era todo o país que estava passando por esta transição, pois o processo não ocorreu em todo o território nacional, ele se concentrou na região Sudeste, mais precisamente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

O avanço do capitalismo para os países periféricos encontrou o Brasil numa forma peculiar de desenvolvimento, onde a entrada de capitais externos era discutida como opção para acelerar o seu desenvolvimento. Havia o consenso entre os grupos sociais na defesa da industrialização como forma de desenvolver o país. No entanto, a burguesia brasileira estava dividida entre os que defendiam a industrialização sob o controle total do capital nacional e os partidários da participação e comando do processo de industrialização brasileira dos capitais estrangeiros. (NASCIMENTO, 2006, p.3)

Esta contribuição feita a partir das multinacionais estrangeiras para o desenvolvimento latino-americano encontra crítica nos pensadores que procuravam compreender o país da perspectiva das classes que formavam a maioria da população, este é o caso de Fernandes (1968) que pondera sobre este determinado momento da história econômica latino-americana, destacando que a colaboração vinda dos norte-americanos saudada pelos desenvolvimentistas, na verdade se mostraria ilusória. Na verdade o mesmo autor aponta que a vinda das multinacionais, serviram como instrumento de aprofundamento do subdesenvolvimento e não o contrário. Contribuindo de fato para o fortalecimento da burguesia e o crescimento da desigualdade social. Na esteira deste pensamento, Draibe (1985, p.13) observa,

A economia exportadora capitalista, a industrialização restringida e a industrialização pesada - , sob dinâmicas de acumulação e crises particulares, a transição capitalista no Brasil envolveu um processo de profundas transformações sociais. Na verdade, a industrialização é tão somente o aspecto econômico de um processo mais amplo da formação e consolidação da dominação e do poder burgueses.

Uma particularidade desta primeira fase de industrialização do Brasil foi o aumento da sociedade urbana, devido ao surgimento da classe operária industrial e

ao êxodo rural ocasionado pela queda do preço do café. Tal situação, demandou o aumento de serviços e bens de consumo. Para alimentar este mercado, uma gama de produtos começaram a ser produzidos no Brasil, porém como não havia muita tecnologia, os setores que prosperaram neste início foi o têxtil, alimentício, fábricas de sabão e velas. As ferrovias e portos planejados primeiramente para transportar o café, passaram a integrar o setor industrial do país.

Com o crescimento da população urbana, o comércio cresceu e se diversificou, o sistema urbano passou a exigir serviços de saúde, educação, saneamento, alimentação, habitação e transportes. De acordo com Cano (2012, p.16),

É nesse jogo que a habilidade que Vargas conseguiu construir o Brasil urbano e industrial que então se consolidaria no pós-guerra, não sem grandes dificuldades, a maior parte das quais, permanentemente imposta pelas elites que continuariam a negar apoio às reformas estruturais, principalmente àquelas que implicassem na melhoria do padrão de distribuição social da renda.

O aumento da população urbana, os estudos em nutrição, a necessidade de trabalhadores fortes e saudáveis foram fatores que reforçaram a inserção de medidas para uma melhora da alimentação e por conseguinte da saúde do trabalhador brasileiro.

Em consonância com os fatores expostos acima somado com o já citado crescimento da economia dos países que não fizeram parte do conflito da Segunda Guerra Mundial mas de alguma forma auxiliaram na reconstrução destes, se encontra o estabelecimento do chamado modelo de Estado do Bem-Estar social³⁷ Este modelo, coloca o Estado como organizador da política e da economia e encarregado da promoção e defesa social. Para tanto, o Estado deve garantir serviços públicos e proteção à população.

³⁷ Em geral o termo serve para designar o estado assistencial (de caráter público) que assegura padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social para todos os cidadãos. Este tipo de organização foi definida após a Segunda Guerra Mundial, seu desenvolvimento esta fortemente relacionado ao processo de industrialização e os problemas sociais advindos dele. Paralelamente a prestação de serviços assistenciais públicos, o Estado do Bem-estar passou a intervir significativamente na área econômica, no sentido de regulamentar as atividades produtivas com o propósito de garantir a geração de riquezas materiais buscando a diminuição das desigualdades sociais. CANCIAN (2007)

2.5 MEDIDAS DE COMBATE À FOME NO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS

De acordo com o embasamento científico proporcionado pelos nutricionistas, da necessidade de trabalhadores fortes, e do contexto histórico que embutia o Estado de Bem-Estar Social, o governo varguista passou a tomar algumas ações que de maneira direta ou indireta tencionavam orientar o brasileiro a melhorar sua alimentação, visando como consequência direta, melhorar seu desempenho no trabalho.

Uma primeira medida marcava a materialização do tema alimentação no rol das políticas públicas do período Vargas, com o Decreto Lei nº 399, de 30 de abril de 1938 foi instituída a “ração essencial mínima” para o cidadão brasileiro. A ração essencial mínima presumia uma alimentação com elementos fundamentais que garantissem a saúde do indivíduo, semelhante a sexta básica que temos na contemporaneidade.

Dois anos mais tarde, levando em conta o resultado dos inquéritos realizados na década anterior, Vargas deu início a políticas públicas direcionadas aos trabalhadores. Em primeiro de maio de 1940, com o Decreto Lei nº 2.162, Getúlio Vargas anunciou a implementação do salário mínimo. Com a finalidade satisfazer as necessidades básicas do trabalhador e sua família, dentre elas o acesso à uma alimentação de qualidade. No dia do anúncio para a população, da instituição do salário mínimo, Getúlio Vargas proferiu um discurso no Estádio Vasco da Gama que na ocasião encontrava-se lotado, reforçando o aspecto populista de seu governo, Getúlio discursou dando ênfase a criação de serviços ligados ao trabalhador, abaixo um trecho de sua fala,

Os benefícios da política trabalhista, empreendida nestes últimos anos, alcançam profundamente todos os grupos sociais, promovendo o melhoramento as condições de vida nas várias regiões do país e elevando o nível de saúde e de bem-estar geral. A ação tutelar e previdente do Estado patenteia-se, de modo constante, na solicitude com que cria os serviços de proteção ao lar operário, de assistência à infância, de alimentação saudável e barata, de postos de saúde, de creches e maternidades, instituindo o ensino profissional junto às fábricas e, ultimamente, voltando as suas vistas para a construção de vilas operárias e casas populares. Na continuação desse programa renovador, que encontrou no atual Ministro do Trabalho um eficiente e devotado orientador, assinámos, hoje, um ato de incalculável alcance social e econômico: a lei que fixa o salário mínimo para todo o país. Trata-se de antiga aspiração popular, promessa do movimento

revolucionário de 1930, agora transformada em realidade, depois de longos e acurados estudos. Procurámos, por esse meio, assegurar ao trabalhador remuneração equitativa, capaz de proporcionar-lhe o indispensável para o sustento próprio e da família. O estabelecimento de um padrão mínimo de vida para a grande maioria da população, aumentando, no decorrer do tempo, os índices de **saúde e produtividade, auxiliará a solução de importantes problemas que retardam a marcha do nosso progresso.** (VARGAS, 1940, p.293, grifo nosso)

De acordo com Fausto(1995), o cálculo da época demonstrava que as despesas com alimentação giravam em torno de 55%, moradia 20%, vestuário 8%, higiene 20% e transporte 7%, percentuais relativos à uma família com dois adultos e duas crianças. Quando instituído, o salário mínimo possuía 14 valores diferentes, variando de estado para estado.

Contudo, o salário mínimo não era suficiente para fornecer uma alimentação adequada para os trabalhadores. O que levou a criação, em 1940, do Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS), apontado como política de alimentação nutricional, elaborada para promover padrões adequados de alimentação para a população. Nesse contexto o Estado brasileiro assumia um papel de mediador entre a iniciativa privada (empresas) e o trabalhador, na tentativa de otimizar o acesso à alimentação conduzindo uma política que solucionasse o problema apontado pelos cientistas.

O SAPS, conectado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tinha como principais objetivos prestar assistência alimentar e nutricional a uma parcela da população específica, os trabalhadores. Os serviços oferecidos pelo SAPS ficaram ativos por vinte e sete anos, quando em fevereiro de 1967, através do decreto de lei nº 224, o marechal Castello Branco³⁸ (1964-1967), extinguiu o órgão, alegando que no interior do SAPS eram feitas reuniões de sindicalistas e que a administração estava corrompida. Durante sua atividade, as ações oferecidas pelo SAPS se efetivaram com a implantação de restaurantes populares, postos de comercialização de gêneros de necessidade básica a preços de custo - conhecidos

³⁸ Indicado para o cargo presidencial após a deflagração do golpe de 1964. Tal indicação colocou fim na possibilidade de retomada de governos civis no período. Castello Branco era um marechal do exército, fazia parte do grupo que atendia pela alcunha de “grupo da Sorbonne” formado por militares de formação superior. Castello Branco defendia as idéias conservadoras como instrumento para acabar com movimentos políticos nacionais. Seu governo foi marcado por ações opressoras, dentre elas o Ato Institucional Número 1, responsável pelo fim das eleições diretas (CRUZ e MARTINS,2008)

como Postos de Subsistência, campanhas educacionais nos locais de trabalho que pregavam as vantagens da boa alimentação, além da formação de pessoal especializado e apoio a pesquisas na área de alimentação (PELIANO, 1998). O Serviço era dirigido por um Conselho composto em sua maioria por médicos nutrólogos. Conforme decreto que instituiu o SAPS,

[...]considerando que os estudos efetuados pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, no sentido de se melhorar a alimentação do trabalhador nacional e, conseqüentemente, sua resistência orgânica e capacidade de trabalho, mediante a progressiva racionalização de seus hábitos alimentares, demonstram a necessidade da criação de um organismo subordinado diretamente ao respectivo Ministro e encarregado da iniciativa e execução de medidas conducentes à realização daquele objetivo, socorrendo-se, para isso, da cooperação que podem dispensar os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões Sob a jurisdição do aludido Ministério, cujos beneficiários compreendem quase a totalidade das classes trabalhadoras (BRASIL, 1940).

O SAPS, veio ainda com o propósito de fazer cumprir um decreto de lei que determinava a instalação de refeitórios para os trabalhadores dentro das empresas. Sendo esta medida obrigatória para empresas com mais de quinhentos empregados.

Uma função não menos importante, a que se propunha o SAPS, era a ação educativa junto a classe trabalhadora, abrangendo seus familiares. A pretensão era criar meios de divulgação que demonstrassem as vantagens que o trabalhador poderia ter com uma alimentação voltada aos padrões científicos da ciência da nutrição. Sendo assim, o SAPS se colocava como promovedor de uma política de educação alimentar, o órgão se colocava como centro de sociabilidade, conjugando vários trabalhos voltados à classe trabalhadora.

A primeira unidade do SAPS foi instalada no Rio de Janeiro, então capital do país, foi considerada modelo para diversas unidades e ficou conhecida como sede central. Dentre os projetos implantados de maneira pioneira no Rio de Janeiro, estavam o restaurante popular, biblioteca, sala de música, cursos de corte costura (para as filhas dos trabalhadores), desjejum escolar, consultoria de alimentação econômica e cursos de nutrólogos - médicos especializados no estudo de doenças provocadas pela alimentação não adequada e capacitados para avaliar as carências de nutrientes no organismo- e encaminhamento para emprego.

Na via de formação de mão de obra especializada, o SAPS ofereceu diversos tipos de cursos, como de “Voluntárias da Alimentação”, “Auxiliares de Alimentação”, “Nutrólogos”, “Nutricionistas”, “Profissionais de sala, copa e cozinha” e “Visitadoras de Alimentação” de acordo com o relato de Coimbra et al. (1982). O trabalho destes profissionais era o de ir até a casa dos trabalhadores a fim de levar orientações sobre alimentação e higiene.



Figura 2: Charge de Benedito Bastos Tigre, pseudônimo Belmonte. In Rodrigues (2007).

A figura 2, apresenta uma charge exposta no jornal Folha da Noite em 1946, a imagem vinha acompanhada de um texto que divulgava a abertura das inscrições para o curso de nutrição da Universidade do Brasil. Em uma tentativa de interpretação desta imagem, percebe-se o médico nutrólogo bem vestido (o que contrasta com a pobreza do ambiente onde se passa a cena) exercendo seu trabalho, orientando o trabalhador. O autor da charge realça o olhar da mulher com cara estupefata diante das orientações e do homem (com aparência de cansado) frente as informações recebidas. Embora não faça parte dos objetivos desta pesquisa analisar o papel social das visitadoras ou dos médicos nutrólogos, a charge faz-nos pensar nas várias nuances que a idéia das visitas orientadas por médicos traziam à sociedade da época e o quão próxima à realidade da classe trabalhadora eram as dietas propostas.

Os Consultórios de Alimentação Econômica, constituíam um setor dentro do SAPS, objetivavam dar informações sobre a alimentação aos trabalhadores. As consultas não eram obrigatórias, os freqüentadores recebiam orientação sobre alimentação e saúde. A idéia era adequar a alimentação do trabalhador aos preceitos científicos da nutrição, a partir das condições econômicas que dispunham. Os nutricionistas, enfatizavam a importância de alguns alimentos para a saúde, tentando estimular seu consumo (FOGAGNOLI, 2011).

Além da divulgação de informações através dos consultórios, era também utilizada a forma escrita, com a revista mensal publicada pelo órgão intitulada SAPS: Boletim Mensal do Serviço de Alimentação da Previdência Social. Na revista, o trabalhador e sua família poderiam encontrar artigos, textos, escritos de maneira clara e objetiva, o valor nutricional dos alimentos, a relação dos alimentos com o corpo e sobretudo a importância de se alimentar corretamente.

Segundo Fogagnoli(2011), os principais problemas encontrados pelos técnicos que trabalhavam na divulgação dos preceitos da boa alimentação no SAPS, concentram-se em dois grupos: o primeiro seria a correção do que chamavam de erros da alimentação brasileira (originados de nossos colonizadores europeus e dos indígenas) que engloba tradições, crenças difíceis de serem dribladas. O segundo grupo diz respeito a implantação de novos hábitos alimentares conjugados com bons hábitos que poderiam juntos melhorar a saúde e o bem estar dos trabalhadores, como por exemplo a prática de exercícios físicos, passar tempo ao ar livre, dormir pelo menos oito horas por dia, evitar o tabagismo e o alcoolismo.

De maneira geral, o SAPS tinha como pilares as ações de orientar, educar, esclarecer e preparar os trabalhadores sobre os hábitos alimentares que deveriam seguir. A proposta não era apenas alimentar, e sim instruir o trabalhador a se alimentar de maneira racional.

Em paralelo a criação das políticas voltadas aos trabalhadores, as pesquisas sobre alimentação do brasileiro continuaram e vários foram os órgãos criados para realizar as políticas pensadas para a alimentação, de forma geral compartilhavam os mesmos objetivos. Em 1943 Josué de Castro idealizou e dirigiu o Serviço Técnico de Alimentação Nacional – STAN. Cujos objetivos eram educação alimentar e assistência à indústria nacional de alimentos.

Em 1945, o STAN foi substituído pela Comissão Nacional de Alimentação – CNA, sendo um órgão do Conselho Federal do Comércio Exterior, a CNA além de

dar continuidade as iniciativas do STAN, tinha como propósito estudar os hábitos alimentares e o estado nutricional da população brasileira, sugerir novas políticas alimentares para a nação e desenvolver pesquisas referentes a alimentação. Em 1944 o STAN, desenvolveu experimentos e estudos sobre tecnologia alimentar e publicou o periódico Arquivos Brasileiros de Nutrição (NASCIMENTO, 2002).

Ainda em 1945 Getúlio Vargas reestrutura a previdência social e cria o Instituto Nacional de Alimentação, que segundo Coimbra et al.(1982), contava com quatro departamentos distintos: pesquisa e educação alimentar, alimentação pública, controle e estatística e administração. As discussões trabalhadas no Instituto giravam em torno da urgência da alimentação e do abastecimento, porém não foram alcançadas medidas relevantes para o período.

Através do Decreto Lei nº 8.684 de 16 de janeiro de 1946, é criado o Instituto Nacional de Nutrição, tinha como sede a Universidade do Brasil no Rio de Janeiro, foi constituído pela incorporação do ITA, seu diretor era Josué de Castro e tinha como missão além das pesquisas sobre alimentação, a formação de pessoal técnico habilitado.

Neste mesmo período a fome foi exposta para o mundo por conta do período entre guerras, o assunto virou tema de conferencias e estudos, já em 1943 nos Estados Unidos, o problema da fome foi oficialmente institucionalmente reconhecido com a criação da Organização das Nações Unidas para Alimentação (FAO – *Food and Agriculture Organization of the United Nations*) em 1945 a FAO passou a ser um braço da ONU. De acordo com MENESES e CARNEIRO, 1997, desde então as investigações sobre a fome no mundo aumentaram.

Em 1950 chega ao território nacional, o Fundo das Nações Unidas para infância (UNICEF – United Nations Children's Fund), órgão subordinado a ONU. Com este acontecimento, o Brasil passa a garantir ajuda financeira para programas de proteção à infância. O primeiro escritório do UNICEF no Brasil, foi instalado em João Pessoa – PB, e o primeiro acordo assinado com o governo brasileiro dizia respeito a iniciativas de proteção à saúde da criança e da gestante no Ceará, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte.

De acordo com Coimbra et al.(1982), em 1953 do total da ajuda aprovada para a região da América Latina, aproximadamente 44% estava destinada ao Brasil. Todavia, os programas financiados pelo UNICEF prestavam assistência materno-

infantil, o que diferenciava os programas já existentes no Brasil na época, que em grande parte visavam o trabalhador e em certa medida o escolar.

Em 1952 a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), já vinculada ao Ministério da Saúde e da Educação, elaborou o Plano Nacional de Alimentação, gênese do planejamento nutricional brasileiro. Primeiramente o plano tinha suas ações voltadas à assistência alimentar e nutricional do grupo materno-infantil e secundariamente aos escolares e trabalhadores.

Concomitantemente, e de certa forma se aproveitando da ajuda externa, as políticas de alimentação e nutrição adquirem uma versão diferente de efetivação – a instituição de programas de distribuição de alimentos para frações específicas da população. A CNA concebe o trabalho Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, que trazia além de outras propostas, a de criar e estruturar um programa de merenda escolar com abrangência nacional e sob a responsabilidade pública, dando orientação técnica e suporte econômico, a proposta era que tal programa fosse executado a partir da metade da década de 1950. As crianças em idade escolar, passariam a contar com um programa de apoio a alimentação, diretamente para elas, uma vez que com os programas anteriores eram atingidas de maneira indireta (através do salário mínimo por exemplo as crianças estariam no grupo familiar que teoricamente teria acesso aos componentes básicos para a alimentação racional).

Para Vasconcelos(2005), o período entre o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) de Gaspar Dutra (1946-1950), a volta do populismo com Getúlio Vargas (1951-1954), o desenvolvimento acelerado do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1955-1960) e as reformas de base de João Goulart (1961-1964), a intervenção estatal em alimentação e nutrição se concretizou pela continuidade das ações do SAPS; da criação em 1954, do embrião do atual Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do começo dos programas de assistência nutricional às gestantes e crianças menores de cinco anos de idade desenvolvidos pela CNA ³⁹.

³⁹ Em 1972 a CNA é substituída pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), vinculada ao Ministério da Saúde. O INAN instituiu um conjunto de programas dedicados a populações em situação de insuficiência alimentar e a grupos populacionais considerados de risco (gestantes, crianças e nutrízes) além de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho (VASCONCELOS,2005).

Em setembro de 1954, a UNICEF fez a primeira liberação de recursos para a alimentação nas escolas brasileiras, apoiando a execução do primeiro programa nacional de merenda escolar.

Em 31 de março de 1955, Café Filho assinou o Decreto nº. 37.106, criando a Campanha da Merenda Escolar (CME), de acordo com Barros e Tartaglia(2003), o programa estendeu-se rapidamente em grande medida por conta do apoio de organizações internacionais como o Fundo Internacional de Socorro à Infância – FISI/ONU e na década seguinte contou com auxílio de programas como “Alimentos para a Paz” e “Aliança para o Progresso” e da “Agency for International Development USAID”, através de doações e venda de excedentes agrícolas norte-americanos⁴⁰.

O programa de merenda escolar, tinha de início, como base a distribuição de leite em pó e farinhas enriquecidas, com o apoio de instituições internacionais o programa efetivou-se como Programa Nacional de Alimentação Escolar, tornou-se sustentado e coordenado pelo Governo Federal e dos programas iniciados pelo SAPS é o que possui maior longevidade.

3. CAPÍTULO 3: A ESCOLA, A CRIANÇA E OS HÁBITOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, consolidou, entre outros direitos, o direito da vida livre da fome e por conseguinte da desnutrição. Ao longo dos anos, os direitos das crianças receberam apoio na forma de outros acordos, os quais buscavam ampliar a proteção das crianças. Em 1959 foi firmada pela ONU e ratificada por diversos países, dentre eles o Brasil, a Declaração dos Dez Direitos das Crianças⁴¹, que em seu princípio 4º prevê sobre a alimentação: “A criança terá direito a alimentação, recreação e assistência médica adequadas”. Mas, e antes da ratificação desse documento políticas públicas nacionais buscaram a erradicação da fome e desnutrição das crianças no Brasil?

Este capítulo se dedica a conhecer e refletir sobre a criança que viveu o período do Estado Novo no Brasil, e se suas necessidades alimentares foram atendidas no âmbito da assistência governamental dentro do ambiente escolar. A

⁴⁰ Para maiores esclarecimentos sobre estas agências e programas internacionais, ver Coimbra e al., 1982.

⁴¹ Adotada pela Assembléia das Nações Unidas de 20 de novembro de 1959 e ratificada pelo Brasil; através do art. 84, inciso XXI, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, e 1º do Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961. Fonte : Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo – USP.

análise, busca perceber qual a estratégia utilizada pelo governo para sanar o problema alimentar infantil que existia no Brasil nas camadas mais humildes da população. A fim de alcançar este objetivo, foi necessário estender cronologicamente a pesquisa em duas direções, a primeira buscando na década de 1920 as campanhas de higiene que já tinham como público alvo as crianças e como cenário principal de atuação as escolas. Esta direção visa trazer embasamento para o argumento que a escola foi usada como meio de difusão de informações da higiene e da alimentação, sendo ainda instrumento do Estado na busca em de influenciar modos de pensar que objetivavam contribuir com os ideais políticos do período.

A segunda direção é posterior à assinatura do decreto que institui a Campanha de Merenda Escolar no Brasil em 1955, o motivo para esta extensão dada pesquisa é compreender o que houve logo em seguida da assinatura do decreto que institucionalizou a merenda escolar no Brasil, se realmente as crianças de todo o país foram assistidas por conta deste recurso ou não.

3.1 ESCOLA: DIFUSORA DE NOVOS HÁBITOS- HIGIENE E ALIMENTAÇÃO

Entre o apagar das luzes do século XIX e as primeiras décadas do século XX chegando até 1950, o Brasil foi palco de uma corrente de pensamento chamada higienismo. Que tinha como principal proposta trazer o equilíbrio entre o físico, o intelectual e o moral aos cidadãos brasileiros.

O princípio desta corrente de pensamento estava baseado em trazer melhores condições humanas, educando para se ter saúde. Atender à população utilizando-se do ensinamento de hábitos que pudessem manter o bom funcionamento do corpo.

Entre os anos do fim do século XIX e início do XX, acontece no Brasil a expansão das idéias higienistas. O movimento higienista, tinha como objetivo a modificação do comportamento da população brasileira. Os médicos que compartilhavam estas ideias tinham como responsabilidades, cuidar da saúde e da higiene das pessoas. Para eles boa parte dos problemas na nação, estava relacionada a questões de sanitárias. Acreditavam na influencia de bons hábitos, não só da saúde mas referentes também no vestuário e no comportamento social, para a melhora na vida da coletividade (FERNANDES,2012).

O higienismo foi muito bem recepcionado no Brasil encontrando em médicos e sanitaristas, os principais disseminadores de sua doutrina. Estes profissionais buscavam soluções para os constantes surtos epidêmicos de doenças como a febre amarela, tifo, varíola, tuberculose e sífilis que acometiam o país e faziam crescer as estatísticas de morte na população urbana. Embalados por essa ciência, logo os médicos relacionaram estas doenças aos padrões sociais e de comportamento que os doentes apresentavam, formulando medidas e influenciando a criação de políticas públicas que visavam “limpar” o país de toda e qualquer sujeira do corpo e da mente. Dessa forma, os médicos acreditavam que poderiam modificar os comportamentos tidos como inadequados para a saúde do corpo social, em nome da saúde perseguiram medidas para combater tudo que se considerasse “doente”. O higienismo, portanto, não se resume a hábitos científicos de higiene, mas também trata de uma limpeza moral, da busca de padrões considerados “civilizados” de comportamento.

O cenário aplicação de tais medidas, foram os grandes centros urbanos, locais onde os profissionais da saúde realizaram pesquisas sobre as patologias que mais assolavam a população. O aumento da população das grandes cidades na época devia-se, em grande parte, ao crescimento da industrialização, que trazia pessoas das pequenas cidades para as grandes metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo, que naquele momento ainda não tinham a estrutura necessária para recebê-las. Era uma população que precisava, além de trabalho, de educação, saúde e muitas outras coisas necessárias para uma vida digna.

Como fruto de suas pesquisas os higienistas comprovaram o alto índice da falta de asseio em locais de trabalho e habitações - muitas casas eram coletivas o que aumentava o índice de proliferação de doenças; o saneamento básico era outro ponto que contribuía com o aparecimento de patologias; soma-se à estes hábitos contraditórios a boa saúde, como vícios (tabagismo e alcoolismo).

O ambiente escolhido para a difusão da campanha higienista foi a escola. Embora houvesse também ação educativa nas fábricas, o ambiente escolar era onde os higienistas concentravam grande parte de seu trabalho. Acreditavam que a escola era um local privilegiado para a difusão de uma referência de educação higiênica, julgando que para ensinar novos hábitos era necessário acabar com os antigos (FERNANDES, 2012). O trabalho com as crianças era tido como uma ponte que levaria as orientações sobre novos hábitos higiênicos às famílias. Além disso

era vigente a visão da escola e da família como espaços inseparáveis de formação de competências, que supostamente controlariam o indivíduo incentivando o aceitável e desfavorecendo o contrário. Neste sentido pode-se dizer que o processo de transição de hábitos, influenciado pela área da saúde dentro do seio escolar, recebia um aspecto de poder sobre a população.

Um dos espaços utilizados para poder e controle social era a tríade – escola, família e sociedade – que tinham papel na educação e na constituição de *habitus*, sabendo que esta tríade influencia nos hábitos alimentares das pessoas. (BOURDIEU,2007, p.82)

Esta espécie de aliança entre escola, família e sociedade, pode ser observada na escolha da escola como meio difusor de novos hábitos. Uma vez que a criança viria a ser um trabalhador no futuro, o novo hábito seria inculcado nela na forma de doutrina. Além do fato de ser a criança, menos condicionada a antigos hábitos.

A elevada taxa de mortalidade infantil contribuiu para que os higienistas empenhassem esforços à infância. Os médicos defendiam a preservação da saúde com cuidados de higiene, uma mudança nos hábitos diários do trabalhador e sua família, pois uma coisa estava fortemente relacionada a outra. Os cuidados para com a infância, se redobravam com o recém-nascido.

Os profissionais do higienismo não aceitavam muitas das práticas populares de cuidados para com a infância, tal como o uso de remédios caseiros, alimentação de recém-nascidos com produtos como a farinha no lugar do leite, uso de figas e amuletos como prevenção de anomalias, banhos de sangue para eliminação de anemias. Na tentativa de demonstrar que as recomendações e tratamentos da medicina eram superiores às praticadas popularmente. Visavam impor-se como determinante de regras de conduta da população (MARQUES, 1994).

A formação de um médico higienista contava com especialização em saúde pública e administração sanitária, este profissional poderia prescrever condutas de higiene e era considerado um educador. De uma maneira geral visavam a mudança de hábitos da população. Para Rodrigues(2007), a intervenção higienista na educação e na saúde, tinha como objetivo aumentar o nível de saúde, por conseqüência a população cuidaria melhor de si, de seus filhos garantindo ao país trabalhadores produtivos, capazes de um maior desenvolvimento.

A higiene e a alimentação foram trabalhadas de maneira concomitante dentro das escolas. Por meio de manuais e cartilhas, os médicos acreditavam poder atingir as crianças através de hábitos que as levariam a uma vida saudável. De acordo com John Dewey(1954, p.48), “o hábito é uma reação automática adquirida e estereotipada pela repetição de situações estimuladoras idênticas com reforçamento da mesma rede de integração nervosa”. De modo que a repetição de um novo hábito estruturado pelos conceitos médicos levaria a colocação deste hábito na rotina diária das pessoas.

As cartilhas destinadas à educação alimentar e à higiene, tinham como propósito instruir uma fração da população – os mais pobres, difundindo informações sobre princípios de higiene e alimentação racional. De acordo com os nutrólogos⁴² do período, pairava um estado de ignorância alimentar sobre a população brasileira, as cartilhas foram realizadas para contribuir para a superação desta ignorância (BEZERRA, 2016).

As figuras 3 e 4 expostas abaixo, trazem as capas de duas cartilhas destinadas aos alunos de escolas primárias, durante as décadas de 1920 e 1930 no Brasil. Ambas trabalhavam a saúde com a disseminação de hábitos considerados sadios pelos higienistas da época. A capa da figura 3, traz um personagem que pertence ao universo infantil, propositalmente sugerido para guardar a atenção das crianças. Na figura 4, o que salta aos olhos é o corpo esguio, esbanjando saúde do menino localizado no centro da ilustração.

⁴² médicos especializados no estudo de doenças provocadas pela alimentação não adequada e capacitados para avaliar as carências de nutrientes no organismo e encaminhamento para emprego. Vide Capítulo 2.



Figura 3

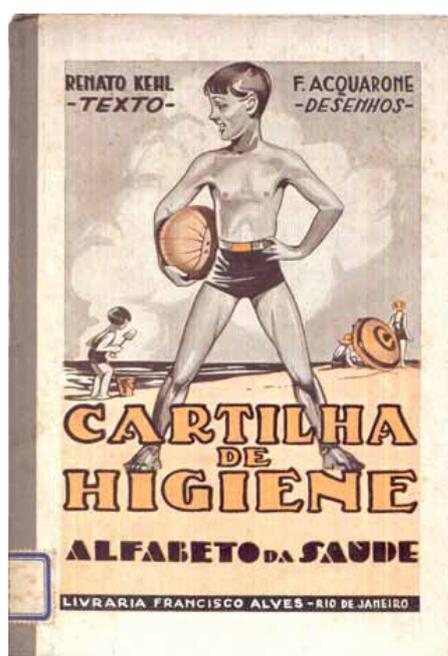


Figura 4

O médico e higienista Almeida Júnior autor de cartilhas de higiene e de alimentação escolar, expôs em seu livro *Alimentação na idade escolar e pré-escolar* publicado em 1923, um relato de seu trabalho na campanha desenvolvida nas escolas de São Paulo em prol da educação higiênica (FROTA, 2011). Embora o título faça referência direta à alimentação, o propósito central da cartilha era a difusão de hábitos de higiene, contudo as orientações quanto à alimentação eram

observadas evidenciando aos professores a ausência da educação alimentar entre os alunos.

Na mesma publicação o médico trouxe o resultado de um inquérito sobre a merenda escolar⁴³ onde constatou que boa parte das crianças chegava à escola cedo em jejum completo, “ou apenas com uma xícara de café, não trazendo merenda, algumas recebiam dinheiro dos pais para comprar o que bem entendessem, preferindo geralmente sorvetes, balas ou doces de limpeza duvidosa” (Almeida, 1923a, p.7). O médico transcreve também maus hábitos de higiene “muitos vi que entravam e saíam das privadas desembulhando e comendo o seu pão com manteiga” (Almeida, 1923a, p.7).

Almeida Júnior alertava que a educação higiênica amplamente divulgada nas escolas públicas ou particulares, viria para melhorar muito a nutrição do povo. Em outra parte do mesmo livro, Almeida Júnior descreve o exemplo de uma escola maternal para crianças entre 3 a 6 anos, filhos de operários, em Sorocaba, a qual o médico foi solicitado pelas autoridades escolares da região para apresentar um plano para a alimentação dos alunos durante a permanência destes no estabelecimento, que seria das 7 da manhã até as 5 da tarde. Abaixo o plano estabelecido (Almeida, 1923a, p.8):

Distribuição

7 e meia da manhã - 1 chávena de leite quente, uma fatia de pão.

10 e meia da manhã - almoço.

1. Sopa (feita no caldo de carne) .
2. Feijão (pouco) e farinha.
3. Arroz.
4. Um alimento animal: carne, ovos, peixe.
5. Alternar: um dia, verdura; outro dia, batata, mandioca, abóbora. 6. Sobremesa: fructa de preferência, ou doce.

1 e meia da tarde- Merenda.

1 chavena de leite quente, pão ou torradas.

Observações

1. Variar sempre a alimentação.
2. Obedecer rigorosamente ao horário.
3. Fiscalizar a qualidade e o estado de conservação dos alimentos.
4. Fazer examinar por médico as cozinheiras e copeiras e vigiá-las para que trabalhem com o máximo asseio.
5. Evitar as moscas na cosinha e no refeitório, usando, para isso,

⁴³ O referido inquérito se passou em um momento em que o Estado não provinha alimentação escolar para os alunos. A merenda era trazida de casa.

- telas de arame.
- 6. Ferver bem o leite.
- 7. Louças e talheres, cuidadosamente lavados em água quente corrente.

Quanto á creanca

1. Estar repousada á hora da refeição.
2. Lavar as mãos antes de sentar-se á mesa.
3. Não escolher alimentos: acceitar tudo.
4. Mastigar lentamente.
5. Escovar os dentes após o almoço.
6. Depois da refeição, repousar meia hora na "preguiçosa"

A descrição acima feita pelo médico apresenta uma rotina pautada em horários rígidos, que acomodam tanto conceitos vindos do higienismo como os utilizados pela ciência da nutrição. O que instiga é saber se os mantenedores da escola em questão, teriam acesso ou ao menos o financiamento necessário para manter tal plano. Esta informação não foi encontrada no livro.

Dando continuidade a sua distribuição e proposta de rotina, o médico sugere ainda duas recomendações, a primeira é a pesagem mensal, onde os alunos teriam seu peso registrado mensalmente em fichas, as quais serviriam de referência para saber sobre o desenvolvimento obtido pelo plano proposto. A segunda era o exame médico, realizado uma vez por ano. O autor sublinha que o órgão de trabalho dos pais das crianças, neste caso uma fábrica de Sorocaba, seria o responsável pelo pagamento do tratamento aos que necessitassem.

Pela experiência relatada por Almeida Júnior percebe-se a importância que a alimentação dentro da escola fazia para a criança. Uma vez que muitas delas não tinham comido nada antes de sair de casa, ter algo em seu estômago poderia fazer a diferença na hora de aprender. É relevante lembrar que antes da merenda se tornar uma política pública, ela já era defendida pelos profissionais da área da saúde.

O contexto escolar foi palco para as práticas higiênicas e sanitaristas que alertaram sobre a necessidade de alimentar corretamente os alunos por meio de merendas escolares, mas foi a constituição da Nutrologia como campo de saber, que fez com que tais proposições recebessem o estímulo necessário alcançando nos anos posteriores a criação de uma política nacional de alimentação escolar.

A nutrologia precisou antes de mais nada conquistar legitimidade junto à sociedade e ao Estado, para receber tamanha notoriedade capaz de ditar os princípios de uma alimentação racional para o país. O desenvolvimento deste

processo de legitimação, recebeu forte apelo dos discursos e práticas higienistas, além do favorecimento do crescente interesse oficial, representado pelo Governo Federal, que por meio da comunidade médica lançou ações instrutivas de controle das camadas populares, através do respaldo social que se concretizava lentamente durante todo o processo de efetivação do campo da nutrição (RODRIGUES, 2007).

A escolha da escola primária como espaço de atuação também para a nutrologia é baseada em duas razões. A primeira esta vinculada a inquietação com a educação alimentar – seguindo a idéia de que os brasileiros não sabiam escolher seu próprio alimento adequadamente. A segunda se deve ao fato da escola primaria já ter presenciado o discurso higienista, sanitarista relacionado intimamente com o ideal nacional naquele momento, de constituir um povo forte e robusto necessário na construção de uma nação forte. A escola era um espaço receptivo para as recomendações advindas da educação nutricional, o ambiente escolar já havia se provado propício para a inculcação de idéias.

A área médica gerou uma cadeia de intervenções que aplicadas nas crianças tinham o intuito de garantir a saúde, a força e o progresso aos futuros trabalhadores brasileiros, os tornando capazes e preparados para construir um país mais forte, mantendo assim o objetivo principal do movimento higienista de preservar a saúde através de hábitos e normas. Em direção ao progresso, a higiene tencionava a instrução da mentalidade jovem para acompanhar as novas mudanças. Para Dewey (1954, p.55), “a mocidade deverá adquirir hábitos e atitudes que irão habilitar a conservar a marcha do progresso em meio a mudança”.

Marques(1994), coloca que a higiene, anteriormente desenvolvida sob a forma de polícia médica, cedeu lugar, entre o fim do século XIX e primeiras décadas do século XX, a práticas higiênicas de cunho ordenatório, com a finalidade de administrar a população. A regulação social neste caso, não era repressiva, era por meio de práticas de ação que colocavam normas em tudo, sob o respaldo do saber médico.

A estratégia do Estado, parece ter sido a de usar a escola como meio difusor na prática de inculcar hábitos relacionados à higiene e alimentação para se chegar ao seio das famílias, e a partir daí obter uma transformação nos hábitos que levassem a um país desenvolvido.

Em um país que passava por um governo marcado pela centralização do poder e um crescente estímulo ao desenvolvimentismo, as idéias higienistas fizeram

uso dos ideais em benefício da nação, com homens trabalhadores e saudáveis, prontos para elevarem o país ao desenvolvimento. Neste sentido a medicina procurava autonomia e legitimidade, colocando-se a disposição do Estado como forma de intervenção no seio familiar, por meio das políticas higienistas. Os resultados de tal intervenção eram sem dúvida significativos quanto à saúde, porém este braço do Estado dentro das casas, das escolas e dos locais de trabalho poderia trazer uma valorosa colaboração para os interesses estatais.

3.1.1 Alimentação na escola – Dante Costa e Thalino Botelho

Dante Costa fez parte de um grupo de intelectuais da saúde que se dedicaram a divulgação do conceito da alimentação racional, como forma de intervenção social primando por diminuir o imbróglio da fome no Brasil. Defendia que tal problema poderia ser resolvido vencendo o estado de ignorância alimentar que o brasileiro se encontrava. Este estado, só seria superado pela intervenção social, uma vez realizada esta etapa, a desnutrição seria combatida e os cidadãos poderiam agir com maior desembaraço dentro do mercado de trabalho. Nesta direção, Costa sustentava a visão do problema alimentar ser uma preocupação atual e constante das sociedades modernas, “uma preocupação de patriotismo porque é pela alimentação racional que se faz a valorização eugênica do homem.” (COSTA,1938, p. 11)

Em 1939 Dante Costa trouxe uma definição para o conceito de merenda escolar que manteve durante toda sua obra, nele o autor destaca a importância da casa (lar) em comunhão com o ambiente escolar, em um tempo onde eram raras as escolas que dispunham de alimento para seus alunos, a merenda deveria ser providenciada pela casa do educando:

A merenda é a pequena refeição, de digestão fácil e valor nutritivo bastante, realizada no intervalo da atividade escolar. Ela constitui um dos muitos traços de união entre a casa e a escola: preparada em casa, pelo cuidado solícito das pessoas disso encarregadas, vai ser utilizada na escola. Mais uma vez vê-se que a escola é e deve ser o prolongamento do lar”. (RODRIGUES, 2007, p.23)

Em 1942, Dante Costa organizou a seção técnica do Serviço de Alimentação da Previdência Social, que entre outras providências, foi responsável por criar o

serviço de desjejum escolar, que atendia cerca de mil filhos de trabalhadores, que em contrapartida deviam se submeter a exames médicos em dias agendados (RODRIGUES, 2007). Costa era especialista em alimentação escolar, era nutrólogo e escreveu livros e cartilhas sobre o assunto, que foram publicadas pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social, a mais utilizada era a Alimentação e progresso: o problema do Brasil e Higiene de 1951.

Em seus textos trazia propostas concretas no intuito de resolver a problemática da alimentação no espaço escolar. Acreditava que o problema alimentar era amplo, precisava ser pensado em várias esferas, instruía em suas obras que tanto os ambientes públicos como os privados poderiam ser usados para atividades educativas de agricultura e pecuária, com o objetivo de diminuir as carências econômicas e colaborar com a melhora da qualidade de vida dos cidadãos.

O fio condutor de seu pensamento era extenso, fazia parte dele a orientação para a produção do próprio alimento (esta orientações eram voltadas evidentemente às classes menos favorecidas economicamente), desta forma instruía sobre como plantar, cultivar, colher e manusear os alimentos, assim como a criação de pequenos animais no quintal de escolas e casas. Seu pensamento percorria o tratamento a ser administrado ao comportamento alimentar considerado negativo vigente entre o povo brasileiro, que tendia a piorar por conta da ignorância e da falta de recursos, este tratamento seria efetivado através da mudança de hábitos. Acreditava que o problema alimentar no Brasil não era limitado as classes humildes, pois àqueles que tinham condições financeiras também comiam mal devido aos hábitos alimentares que haviam adquirido durante anos.

O autor considerava que era no ambiente escolar que as idéias advindas da nutrição deveriam ser difundidas objetivando de levar novos hábitos às crianças que por sua vez os levaria para casa e espalharia para toda a família. No entanto Dante Costa considerava que era preciso ir além, desenvolvia a idéia de relacionar a trajetória dos alimentos, desde o plantio e seu cultivo, até à chegada na mesa do trabalhador.

Ao lançar o livro *A criança, as atividades agrícolas e a alimentação*, em 1946, foi pioneiro na elaboração de instruções para o uso do espaço doméstico e escolar para a finalidade de preparar para o cultivo de vegetais e a criação de pequenos animais. Com este trabalho o autor buscava oferecer uma alternativa à alimentação,

pois no mesmo período havia uma crise na produção de gêneros alimentícios por conta da Segunda Guerra Mundial (FROTA, 2011). Segundo ele estas pequenas medidas, de fácil manutenção poderiam combater o pauperismo econômico, promovendo recursos para as famílias bem como trazendo benefícios nutricionais em sua alimentação.

O novo *habitus* proposto pelo autor, transitava pelo cuidado, manejo e apropriação de alimentos. As orientações relacionadas a construção de canteiros, chiqueiros para animais, uso de ferramentas para o campo, higiene corporal deveriam fazer parte dos ensinamentos realizados na escola. Frota (2011, p.61) destaca “A escola primaria foi tomada como centro de excelência para propagação do conhecimento e dos bons costumes. Foi eleita na época, pelo Estado, como principal meio difusor, tanto da assistência, quanto da educação alimentar.”

O referido autor, trabalhou com a idéia de merenda escolar, antes de existir qualquer tipo de prática advinda do Estado. Apenas poucas escolas que possuíam o sistema de “caixas escolares”.

A respeito das caixas escolares, foi por volta de 1940 que iniciou-se sua organização, as escolas promoviam uma coleta, com o propósito de arrecadar dinheiro para que pudessem fornecer alimentos para as crianças, durante o tempo que ficariam na escola. Não foram encontrados documentos que sugiram que o Governo Federal, neste ínterim, tenha participado desta iniciativa. Porém, o interesse governamental recebeu força para a ideia, uma vez observado o resultado das caixas escolares, constatou-se a importância da alimentação escolar, sobretudo para a permanência dos estudantes nas escolas bem como a diminuição do índices de desnutrição infantil.

Abro aqui um pequeno parênteses para comentar outro tipo de iniciativa que amparava crianças pobres quanto à educação e alimentação no ambiente escolar e que ocorreu anteriormente a implantação da merenda nas escolas brasileiras. Mesmo sendo no início da década de 1920, levemente afastada do período aqui estudado, acredito na pertinência do exemplo. O tipo de iniciativa em questão foram as escolas mantidas com financiamento particular, onde as crianças não pagavam

nada para estudar, foram poucos os casos encontrados no país, dentre eles aponto o exemplo bem sucedido da Escola Proletária Merity⁴⁴.

Inaugurada no ano de 1921, na Baixada Fluminense – na Vila de Merity, atual município de Duque de Caxias. A cidade era pobre, sua população sofria com epidemias e não contava com auxílio do poder público para alterar sua situação. O meio de subsistência era o comércio de hortaliças e outros produtos naturais da região, comercializava-se também a madeira e o carvão.

A escola era primária, criada e desenvolvida pela professora Armanda Álvaro Alberto, tinha como mantenedores a Fábrica de Explosivos Rupturita que pertencia a família da professora e um grupo de pessoas – intelectuais da educação, que apoiavam com donativos o projeto educacional (SILVA, 2014). O fato que coloca esta escola dentro do assunto tratado nesta pesquisa, é ter sido ela pioneira a oferecer gratuitamente merenda à seus alunos. Os alimentos eram doados pelos mantenedores da escola, principalmente pela família da professora Armanda que era responsável pelo desenvolvimento de todo o projeto. Todavia, quando não se tinha alimento para todas as crianças, a escola servia angu doce com mate (chá), esta atitude fez com que a escola ficasse conhecida na região pelo nome “Escola Mate com Angu”.

Para Rodrigues (2007), a partir de iniciativas como as caixas escolares; as raras, porém existentes escolas mantidas por particulares; das campanhas através de cartilhas explicativas com orientações sobre os benefícios da merenda escolar; dos conselhos dados no âmbito da preparação e transporte da merenda, pode-se desenvolver um vasto sistema de transição de hábitos alimentares, utilizando a escola como meio condutor para este trabalho.

Cerca de dez anos mais tarde, a inquietação havia se deslocado: a merenda passou a ser vista como refeição feita e preparada na escola. Tal variação, segundo Rodrigues (2007), se deve ao nascimento de novas políticas públicas voltadas à chamada “assistência alimentar ao escolar”. As alternativas pensadas para concretizar esta assistência, ficavam a cargo da oferta de desjejuns, almoços e merenda nas escolas, no entanto, por escolha do poder público, a merenda era a

⁴⁴ Inicialmente a escola recebeu o nome de Escola Proletária de Merity mais tarde a denominação se alterou para Escola Regional de Merity (SILVA, 2014).

mais utilizada. Neste sentido Costa(1948, p.13) afirma: “algumas escolas já serviam almoço escolar, mas essa era uma medida de difícil implementação econômica”.

Costa defendia a idéia de que cada fase humana necessita de alimentos específicos para ter sucesso em seu desenvolvimento. Era evidente em seus textos a correlação entre alimentação e os objetivos do Governo. Para ele a alimentação da criança na idade escolar deveria receber atenção redobrada, para que pudessem crescer sadias a fim de atingir o propósito do Estado. Os cuidados para com a criança deveriam começar, sem dúvida desde seu nascimento, mas de forma alguma poderiam ser negligenciados com o advento da idade escolar, o autor afirmava, “Aliás tudo o que se relacione á mãe e a criança tem uma importância capital para o Brasil. A criança escolar está em fase de crescimento vivo. Caminha o corpo, no desenvolvimento, caminha o espírito para a compreensão social.” (COSTA, 1938, p.196).

Como servidor público e exercendo sua função como nutrólogo, Costa propôs cardápios a serem elaborados em casa, os cardápios sugeridos por Costa eram compostos por produtos básicos como sucos de frutas, bolos, polenta, tapioca, sanduíches feitos de ovos, carne de boi ou galinha (RODRIGUES, 2007). Tais concepções de alimentos tidos como básicos para o especialista, nem sempre eram acessíveis a grande parte da população brasileira. Mesmo assim, Costa direcionou esforços em cartilhas e folhetos que ensinassem desde a escolha dos alimentos mais nutritivos até o preparo e o condicionamento até chegar a hora de ser consumido pelas crianças. Tais recomendações neste caso, eram direcionadas às mães.

Thalino Botelho era médico, trabalhou em diversos órgãos dentro da área da saúde, fez parte da Comissão de Estudos Técnicos do SAPS, lecionou no curso de Nutrólogos. Dedicou sua pesquisa acadêmica a divulgação dos princípios da alimentação racional considerados por ele as estruturas da nutrição e para a orientação de práticas alimentares direcionadas a grupos específicos da população, como as gestantes, os lactantes, idosos, trabalhadores e escolares.

O livro Pequenos Fundamentos para a Boa Alimentação, de autoria de Thalino Botelho, é uma cartilha, neste sentido Bezerra (2012, p.176) comenta,

Alguns trabalhos da época são classificados como cartilhas, mesmo tendo formato de livro e não de brochura. Assim se classificam por sua orientação prioritariamente doutrinadora,

de tentar inculcar, persuadir o leitor acerca dos fundamentos da alimentação racional e dos erros alimentares que caracterizariam a prática alimentar do brasileiro. Contêm gravuras e se destinam à pessoas comuns, trabalhadores, donas de casa, crianças, professores, etc.

O autor apresenta sua cartilha como uma obra que pretende abranger o problema alimentar brasileiro como um todo, atendendo as necessidades alimentares de acordo com a idade do indivíduo, através de uma alimentação que congregue os princípios da racionalidade com a utilização de produtos brasileiros, ou seja, dietas compatíveis com o alimento disponível ao cidadão.

Como já mencionado a cartilha tinha como público alvo pessoas comuns, neste sentido fazia uso de linguagem simples e imagens para transmitir suas orientações. Na figura 5 pode ser observado como as ilustrações contidas na cartilha buscavam unir a alimentação (racionalmente elaborada) com imagens sugestivas de ambientes de trabalho, neste caso a parede de tijolos ao fundo.

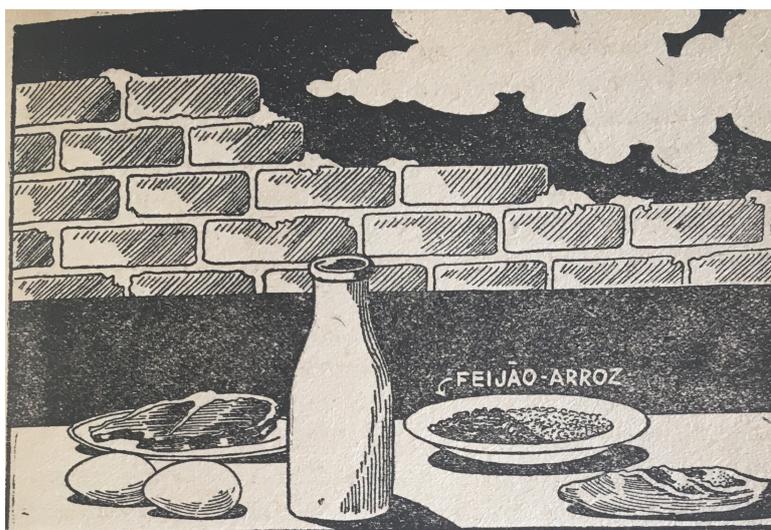


Figura 5

A discussão a cerca da alimentação racional trazida por Thalino na cartilha, parte do princípio que a alimentação comum dos brasileiros sofreu e ainda sofria na época da publicação do livro, a influência de costumes transmitidos por outros povos, “continuam ainda restos dos hábitos alimentares luso-africanos que herdamos e que, se pelo lado português são incompatíveis com o nosso clima, pelo lado africano, atentam contra nossa própria civilização” (Botelho, 1942, p.5). Em seguida define: “A alimentação é racional quando compreende a ingestão de

alimentos suficientes no quantum de energia para que cada biótipo preencha sua plena atividade social e que esses alimentos, postos em proporção harmônica para sua perfeita utilização, contenham todas as substancias necessárias à própria vida.” (Botelho, 1942, p.11).

Botelho destaca que a educação era a principal via para a resolução do problema alimentar brasileiro, mas não se bastava. Era preciso um estudo econômico que levasse em conta os salários habituais, com o propósito de viabilizar as idéias de alimentação racional direcionadas através da educação. Tal estudo trabalharia as relações entre “..idades, natureza do trabalho e clima e o emprego econômico dos alimentos de que resultarão gastos mínimos” (Botelho, 1942, p.6), esta dificuldade deveria ser resolvida pelos administradores.

Uma política alimentar no Brasil se justificava, segundo Botelho por dois motivos muito bem definidos, o primeiro por ser o Brasil um país que concentra sua maior força de recursos, justamente na produção de alimentos. Sendo assim o alimento existia no país abundantemente, o trabalho da política seria antes de mais nada regular a distribuição uniforme destes produtos para todo o território. O segundo argumento exposto por Thalino, perpassa pelo fato de mesmo àqueles que tinham condições econômicas suficientes para se alimentar bem, não o faziam, possivelmente por falta de instrução alimentar, segundo o autor, a população brasileira sofria de carências nutritivas pela má qualidade dos alimentos escolhidos na ora das refeições.

Embora o autor comente que a política alimentar proposta por ele esteja em vias de acontecer, diz também que nada de concreto se tinha até aquele momento. No entanto apresenta dez medidas fundamentais para o sucesso da política:

- I – Criação de refeitórios municipais ou cozinhas abundantes que tendessem, em particular, às merendas racionais;
- II – Criação de cooperativas alimentares nas coletividades (escolas, fábricas), de que resultasse o embaratecimento dos gêneros essenciais ou das rações racionais;
- III – Criação de cozinhas experimentais de que surgisse o emprego econômico de nossos numerosos produtos ainda não utilizados;
- IV – Criação de cursos, para senhoras, de economia alimentar doméstica;
- V – Ensino da alimentação racional ao povo, sob forma de verdadeira campanha, pelas suas cátedras que são o jornal, os cartazes, o rádio e o cinema;
- VI – Ensino de noções elementares de nutrição nas escolas primárias e secundárias;

- VII – Ensino nas Faculdades de Medicina, em cadeira especializada, da ‘Ciência da Nutrição ‘;
- VIII – Órgãos de governo que regulassem a distribuição dos alimentos essenciais e facilitassem seu barateamento, em prejuízo econômico de outros alimentos, de luxo ou dispensáveis;
- IX – Órgãos de governo que fiscalizassem as rações em instituições coletivas particulares (sobretudo nos internatos e colégios);
- X – Órgãos de governo que estudassem racionalmente a questão do salário mínimo, levando em conta o meio ambiente e o número de pessoas da família (BOTELHO, 1942, p.8-9).

Ao final da exposição da estrutura da política alimentar proposta, o autor pondera sobre as dificuldades econômicas que a materialização da política poderia gerar, contudo, argumenta que todo o capital econômico gasto seria bem aproveitado, uma vez que como resultado a política traria “melhoramentos não só sob o ponto de vista individual ou biológico, mas ainda sob o ponto de vista coletivo ou social-econômico o que não tem substituto: o homem brasileiro sadio.” (Botelho, 1942, p.9)

Analisando a mesma obra de Botelho, BEZERRA (2012) aponta que a incapacidade de superação do problema alimentar no Brasil ocasionaria no futuro uma escassa força de trabalho.

A escolha de estudar Dante Costa e Thalino Botelho referem-se a razões específicas. Dante Costa por ser um autor amplamente citado em trabalhos acadêmicos⁴⁵ cujo assunto central gira em torno da alimentação escolar entre 1920 – 1950. Também porque ele foi um incentivador de idéias inovadoras na solução do problema da alimentação escolar no Brasil e ainda por ser considerado um especialista em alimentação escolar no período trabalhado. Thalino Botelho foi selecionado pela disponibilidade de acesso ao seu livro: Os pequenos fundamentos da boa alimentação, o qual possui questionamentos que flutuam sobre aspectos higiênicos, eugênicos e sociais, pertinentes a esta pesquisa.

3.2 MOTIVOS À FAVOR DA MERENDA

O ponto primordial de se atender as crianças nas escolas, oferecendo a elas uma alimentação era sem dúvida minimizar a desnutrição no país. A desnutrição que

⁴⁵ Referências a Dante Costa nos trabalhos de Bezerra, 2012, 2016 ; Frota, 2011; Coimbra et al., 1982; Vasconcelos, 2001; Rodrigues(2007).

além de agir diretamente na saúde da criança, fazendo com que seu desenvolvimento físico não fosse atingido adequadamente, atingia ainda seu intelecto, e um dos sintomas desta ação, era o mau rendimento escolar.

É preciso ponderar sobre a merenda como parte do tratamento para diminuir a desnutrição nas crianças, sendo que este estado (de desnutrido), era agravado pela falta de saneamento básico e demais condições de vida que a criança pobre era exposta desde sua gestação.

A evasão escolar no período alcançava altas taxas, pois uma vez que pudesse trabalhar, a criança não iria mais para escola, fora isso Cunha (2007) aponta causas extra-curriculares para a evasão escolar, dentre elas a mais evidente era a subnutrição, a fome ou carência alimentar das mães grávidas e mais tarde da criança em processo de crescimento, tais situações poderiam ocasionar retardo mental de intensidades diversas. Nestes casos a criança ou não chegaria a ingressar na escola ou abandonaria o ambiente escolar antes de obter qualquer tipo de formação. Tais informações podem ter estimulado as autoridades a defender a inclusão da merenda escolar e a promoção da educação alimentar nas escolas.

Ainda sobre a evasão escolar, verifica-se que em 1940 o índice de analfabetismo era em torno de 56,17% na camada da população com mais de 15 anos. Provavelmente esta estatística era decorrente do baixo número de alunos, sendo que em 1920, com uma população de mais de 30 milhões de habitantes, o Brasil tinha apenas 3,4% de alunos matriculados em escolas⁴⁶.

Esta situação não condizia com um país que despertava para o desenvolvimento. A criança precisava ter saúde para que pudesse crescer e se tornar um instrumento de apoio na crescente caminhada do país.

3.3 A IMPORTÂNCIA DA CRIANÇA NOS PLANOS DO ESTADO NOVO

Em harmonia com os princípios desenvolvimentistas declarados e perseguidos durante o Estado Novo, a assistência da criança – futuro da nação, era também uma questão de defesa nacional. Getúlio Vargas, em 1932 discursou para os governantes dos Estados brasileiros sobre a proteção a criança. É possível

⁴⁶ As informações deste parágrafo estão contidas na coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III vol.11 – Um Estudo sobre a economia e cultura entre os anos de 1930 a 1964 (FAUSTO, 2007).

encontrar em sua fala considerações a cerca da utilização de critérios científicos no amparo infantil e a defesa da nacionalidade junto a formação de uma raça sadia, de cidadãos úteis. Segue parte do discurso,

[...] nenhuma outra obra patriótica, intimamente ligada ao aperfeiçoamento da raça e ao progresso do país, excede a esta, devendo constituir, por isso, preocupação verdadeiramente nacional. Os poderes públicos, aliados à iniciativa particular e guiados pelo estudo atento e científico dos fatos, tem no amparo à criança, sobretudo, quanto à preservação da vida, conservação da saúde e ao seu desenvolvimento físico e mental, um problema da maior transcendência, chave da nossa opulência futura, principalmente na nossa terra, onde, mais talvez que nas outras, se acumulam fatores nocivos à formação de uma raça forte e sadia. O índice de mortalidade infantil é, na própria capital da República, só comparável ao das grandes cidades tropicais da África e da Ásia e no resto do país, as cifras são desoladoras. A hora impõem-nos zelar pela nacionalidade, cuidando das crianças de hoje, para transformá-las em cidadãos fortes e capazes.”(In: Rizzini, 2009, p.247)

Rizzini(2009), destaca que a aproximação entre a assistência a infância e a eugenia esta bem representada na afirmação do Juiz Sabóia Lima: “proteger a criança é valorizar a raça!”. Era na criança que estava a esperança de um país melhor e a criança deveria antes de mais nada ter saúde, para poder se desenvolver, passar pela escola, onde aprenderia bons hábitos de higiene e compreenderia como se alimentar de forma racional, para que com estes saberes crescesse forte capaz de ser o que a nação desejava.

Desde o Brasil Colônia as crianças pobres eram assistidas quase que majoritariamente pela caridade, seja da igreja católica ou por instituições particulares. Durante o Estado Novo a proteção dedicada a criança, tinha por trás a forte intenção do Estado de promover a criação de uma geração produtiva, educada através dos hábitos inculcados na escola, fossem eles ligados a alimentação, a saúde ou a qualquer outro assunto que o Estado entendesse como importante na elaboração de sua meta – o desenvolvimento.

Dentro do universo da saúde, com a investida do médico⁴⁷ higienista por volta dos anos de 1920 e o início da legislação⁴⁸ para a criança no início do século XX, a criança pobre passa de objeto de caridade para instrumento de desenvolvimento de

⁴⁷ Sobre a investida do médico higienista no universo infantil : Rizzini, 1993.

⁴⁸ Sobre legislação e assistência infantil no Brasil : Rizzini, 2009.

políticas públicas, dando início a uma nova fase do acompanhamento infantil pelo Estado.

Pereira(1992) lembra que a criança pobre, assim como toda sua família, passaram a ser instrumentos de várias ações do governo Vargas entre 1940 e 1943. A política de 1940, direcionada a proteção materno infantil, por exemplo, tinha como objetivo a preparação do futuro cidadão, conforme o conceito de cidadania do período, ou seja, a formação do trabalhador como “capital humano”, através da formação profissional e o respeito à hierarquia através da educação da criança.

3.4 O CAMINHO PARA CHEGAR A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MERENDA

Fazendo uso das idéias expostas no livro *Comer e Aprender* – uma história da alimentação escolar no Brasil, descrevo a seguir o caminho percorrido pelo programa de merenda escolar, desde sua formulação até sua institucionalização. A escolha de tal obra a ser seguida foi por conta de sua disponibilidade e sua abrangência na descrição de fatos pertinentes ao estudo em questão. O sub-ítem intitulado: Uma querela política, também traduz visões expostas no mesmo livro.

Durante a década de 1940 tem início uma versão do programa de merenda escolar, elaborado pelo Instituto de Nutrição, apesar da proposta ser do Governo Federal, este mesmo órgão não dispunha de recursos financeiros para implementar o programa, ou seja, esta primeira versão conseguiu atingir apenas uma quantidade mínima de escolas. Na década seguinte, foi desenvolvido um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, com o nome de Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. Nele, se estrutura novamente um programa de merenda escolar com âmbito nacional, sob a responsabilidade pública. É pertinente destacar que dentro da Conjuntura Alimentar o Programa de Merenda Escolar possuía o maior destaque.

O caminho para a efetiva institucionalização da merenda escolar no Brasil foi repleto de curvas, delineadas por política e caça a recursos. Esmiuçando os cinco anos anteriores a instituição da política pública para merenda escolar, encontramos a participação de investimento estrangeiro, de intelectuais da saúde, funcionários públicos e políticos. Vamos aos fatos...

A CNA (Comissão Nacional da Alimentação), era formada por profissionais da saúde, com conhecimentos em nutrologia, e tinha no comando Josué de Castro.

Castro em 1951 havia assumido a presidência do Conselho da FAO, a CNA compartilhava as discussões e estudos realizadas pela organização internacional. A equipe que compunha a CNA, contava com conhecimento advindo do estudo de inquéritos alimentares realizados em todo o país, tendo estes documentos como base, formularam dietas baseadas nos preceitos da ciência da nutrição, e estavam em 1954 prontos para colocar o resultado de suas pesquisas em prática com os escolares.

O grupo da CNA havia implementado em 1954, o Programa Nacional de Merenda Escolar, composto por dietas, cartilha instrutiva, ordem de prioridade para os lugares a serem atendidos pelo programa, a CNA estava com o organograma de funcionamento pronto para ser realizado. As informações a cerca da organização do plano da CNA acabaram por se fragmentar, o que restou e foi analisado por Coimbra et al.(1982), foi um pequeno livro elaborado no período, chamado Cartilha da Merenda Escolar, escrita por Walter Santos e Jitia Dias Paes, neste livro havia informações sobre os planos administrativos do Programa Nacional de Alimentação Escolar idealizados pela CNA – pretendiam ter uma chefia central sediada na CNA que enviaria instruções para chefias regionais, presumivelmente que ficariam nos Estados.

A Cartilha da Merenda Escolar, embora possuísse um nome que remete a um material direcionado à alunos, tinha como público alvo professores, dietistas e assistentes sociais, reunia detalhadamente as idéias da nutrologia sobre merendas escolares, se propunha a apresentar de forma racional estas idéias, para que os profissionais que de dentro da escola conhecessem as diretrizes do Programa, assim como soubessem administrar a preparação, distribuição e o controle das merendas. A Cartilha era composta por uma sessão que trazia os objetivos da merenda escolar, o propósito da escolha dos alimentos a serem usados, cuidados de armazenamento para com o alimento que seria utilizado na merenda e trazia, por fim, algumas sugestões em forma de receitas.

Embora a sensação fosse a de não faltar nada para o início da implementação do programa, algo essencial para o funcionamento não estava disponível, o dinheiro. Da parte do governo era exigido garantias, estratégias, projetos, dificultando o acesso ao financiamento. Supõe-se que o Estado naquele período voltava sua atenção e sua finança para outros assuntos, como por exemplo, o petróleo e o financiamento da indústria de base .

A CNA precisou procurar outra saída para encontrar financiamento, uma vez que o Estado não lhe dispensou atenção, a estratégia foi buscar auxílio através de duas frentes, a primeira batendo na porta das instituições nacionais, que por algum motivo se colocariam ao lado do Programa, patrocinando assim seu lançamento. A segunda buscando suporte das agências internacionais, que provavelmente não dariam o dinheiro mas teriam os produtos necessários para a implantação do programa.

E foi do exterior que acabou por receber o apoio necessário, o FISI⁴⁹ (Fundo Internacional de Socorro à Infância), aprovou em algum momento do ano de 1954, em caráter extra oficial, a distribuição de leite em pó para os escolares. O fato de ser extra oficial, diz respeito aos acordos firmados pelo Brasil com o FISI, que tratavam apenas de envio de leite em pó para programas materno infantis. O episódio contou com a participação da representante do FISI no Brasil, madame Gertrude Lutz, esta senhora tinha apreço pelo trabalho da CNA, admirava seus colaboradores por sua capacidade técnica. De certa forma ela apenas adiantou uma colaboração entre FISI e o Programa de Merenda Escolar, que aconteceria de qualquer forma algum tempo depois, pois a coordenação do FISI já havia manifestado interesse sobre a idéia da alimentação escolar no Brasil.

Como foi uma aprovação extra oficial, imagina-se que a quantidade de produto a ser utilizado neste início do programa não tenha sido expressiva, a CNA, lançou uma campanha piloto para apenas algumas escolas, supondo que em um espaço curto de tempo o FISI dispusesse de mais produtos para dar andamento ao programa. O início desta campanha piloto pode ser comprovada através uma carta escrita por Josué de Castro em torno de agosto de 1954, demandando ao Ministro da Viação e Obras Públicas, préstimos do Departamento de Obras Contra as Secas no transporte de gêneros para o Nordeste. São poucos os registros sobre o acontecimento desta campanha, até o fim desta pesquisa, não encontrei nenhum documento ou citação que revelasse a quantidade exata de alunos atendidos nesta primeira parte do programa.

⁴⁹ Os produtos doados pelo FISI, eram oriundos das enormes quantidades de alimentos excedentes que o governo americano possuía na década de 1950.

O que se tem por certo é que na prática todo o esforço que o CNA havia realizado em matéria de planejamento, treinamento, contatos e alianças, teriam sido em vão se não fosse o apoio do FISI para de fato viabilizar as idéias.

3.4.1 Uma querela política

O período em torno da efetivação da merenda escolar no Brasil é marcado por fortes questões políticas, uma delas relacionada diretamente com o responsável pela CNA, Josué de Castro.

No ano de 1954 haveria eleições, Josué de Castro era candidato ao cargo de Deputado Federal pelo estado de Pernambuco, tendo concorrido anteriormente em 1950 sem obter sucesso no resultado.

O projeto piloto do Programa de Merenda Escolar, realizado a partir do apoio do FISI foi de curto alcance, como já mencionado aqui, porém Coimbra et al.(1982) trazem à tona que os primeiros Estados escolhidos para a realização do programa foram Pernambuco, Bahia e Espírito Santo.

Ao final da eleição de 1954 Josué de Castro foi eleito com expressivo número de votos, o que fez com que seus adversários políticos relacionassem imediatamente os dois assuntos: a quantidade de votos com a escolha do Estado de Pernambuco – Estado natal de Josué de Castro, para receber o projeto piloto da merenda escolar.

Embora todo o trabalho dentro da medicina e nos caminhos da pesquisa acadêmica realizado por Josué de Castro tenham sido de enorme significado para o país, a suspeita quanto a escolha das regiões que seriam as primeiras a serem beneficiadas com o programa da merenda escolar teve impacto no futuro do programa. Mesmo que o ocorrido não passasse de especulação, o que aconteceu em seguida foi uma reviravolta para a CNA e conseqüentemente para os escolares que estavam na ponta desta imensa cadeia.

Ao assumir a cadeira como deputado federal, Castro deixa a frente da CNA, garantindo que continuará acompanhando as pesquisas realizadas pelo órgão, assim como o andamento do Programa de Merenda Escolar. Com a morte de Getúlio Vargas, Castro perde significativo poder de influência, a posse de Café Filho vem acompanhada de instabilidade política.

Quando o novo presidente realiza alterações organizacionais o comando do Programa de Merenda Escolar é passado para as mãos do MEC – Ministério da Educação e Cultura, o novo ministro nomeado por Café Filho não fazia parte do “esquema político” de Castro, logo a CNA – que mantinha suas ligações com Castro, perdeu o controle sobre o programa.

O Programa de Alimentação Escolar sai da alçada da CNA e se institucionaliza com o Decreto nº 37.106 em março de 1955, passando a ser chamado de Campanha da Merenda Escolar (CME).

A CME foi de várias formas uma continuação do Programa Nacional de Merenda Escolar, quando se tornou oficial já havia sido planejada pela CNA e seus fundamentos permaneceram, pois boa parte do grupo da CNA responsável por todo planejamento e treinamento realizado para a campanha, passou a se reportar a Salvador Julianelli, responsável oficialmente pela campanha dentro do Ministério da Educação e Cultura e apresentado como criador da Campanha de Merenda Escolar.

No ato de sua institucionalização a Campanha contava com as seguintes atribuições, definidas no artigo 2º :

- a) incentivar, por todos os meios a seu alcance, os empreendimentos públicos ou particulares que se destinam a proporcionar ou facilitar a alimentação do escolar, dando-lhe assistência técnica e financeira;
- b) estudar e adotar providencias destinadas a melhoria do valor nutritivo da merenda escolar e ao barateamento dos produtos alimentares, destinados a seu preparo.
- c) promover medidas para aquisição desses produtos nas fontes produtoras ou mediante convênios com entidades internacionais, inclusive obter facilidades cambiais e de transportes, para sua cessão a preços acessíveis.

BRASIL, Art. 2º, Decreto nº37.106, de 31 de março de 1955.

Para STOLARSKI(2001), os objetivos iniciais do programa almejavam melhorar as condições nutricionais e a capacidade de aprendizagem dos alunos, como minimizar os índices de evasão e repetência, com a conseqüente melhoria do rendimento em sala de aula. É visto que grande parte dos objetivos não se alteraram com o passar dos anos.

Sinteticamente é sabido que a campanha de alimentação escolar em âmbito nacional foi institucionalizada oficialmente em 1955, contudo, como visto no decorrer desta pesquisa, desde o brotar da década de 1940 Dante Costa já pregava a

necessidade e a importância da merenda, principalmente para as crianças pobres. O fato é que foi no seio da CNA no início dos anos de 1950 que a campanha tomou forma, com a utilização do saber da ciência da nutrição somada aos estudos da realidade econômica brasileira. Foi a equipe da CNA, gerenciada por Josué de Castro quem planejou a campanha. Equipe esta que articulou com instituições nacionais e agências internacionais em busca de recursos para tirar a campanha do papel, uma vez que não podia contar com o apoio do Estado para tal empreitada. Mas provavelmente por conta de artimanhas políticas, o nome de Josué de Castro não aparece constantemente ligado a merenda escolar.

3.4.2 Temos merenda, e agora?

Após a institucionalização da merenda escolar no cenário brasileiro, era preciso se pensar em meios para aumentar seu alcance, visto que o que tinha ocorrido antes de 1955, foi um projeto piloto viabilizado com produtos doados. Mas depois da assinatura do decreto oficializando a campanha, os recursos do Estado brasileiro fariam parte da organização.

Segundo Coimbra et al.(1982), o desempenho da Campanha de Merenda Escolar no ano de 1955 não foi grande. As lentas negociações para conseguir gêneros ocasionaram este alcance negativo da campanha, os recursos do governo eram poucos, sendo a viabilização da campanha ficando a critério ainda do FISI.

Negociações houveram com o Commodity Credit Corporation – CCC, uma autarquia do Ministério da Agricultura Americano, que apesar de não oferecer o leite através de doações, garantia um preço que o Brasil poderia pagar.

No ano seguinte, com mais apoio por conta dos acordos com o CCC, a Campanha de Merenda Escolar contava com uma perspectiva de crescimento considerável, pronta para alcançar vários Estados do país. Com o Decreto nº 39.007 de abril de 1956, a campanha passa a ser denominada Campanha Nacional de Merenda Escolar. O novo nome marcava a intenção de elevar a campanha a uma maior amplitude, de fato nacional.

A política pública para alimentação escolar no Brasil, possui em sua origem a função de suplementação alimentar, cabendo à ela cobrir parte das necessidades nutritivas diárias. Trabalhando contra o prejuízo que o sentido de fome pode causar no desenvolvimento físico e intelectual das crianças.

CONCLUSÕES

O Brasil no final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, sob os moldes do desenvolvimento europeu e norte-americano, buscava compensar seu “atraso” no que diz respeito à industrialização e ao progresso. Sonhava em ser próspero, sobretudo economicamente, e procurava respostas sobre a falta de sucesso do país. A origem miscigenada do brasileiro foi por muito tempo a resposta mais certa para justificar a indolência, embora desmistificada pela ciência (Josué de Castro e contemporâneos cientistas) permanecia silenciosa, em meio às propostas dos governos para a construção de uma civilização nova.

O período Entre Guerras trouxe mais uma vez para a agenda das preocupações, a questão alimentar quando do surgimento, logo após a Primeira Guerra Mundial, nos anos 1920, do termo Segurança Alimentar⁵⁰. Nesses tempos os pesquisadores da alimentação encontraram terreno fértil para legitimar suas idéias voltadas à saúde e higiene no cenário brasileiro. Desta forma ia sendo colocada em dúvida, gradativamente, a certeza de que a gênese da indolência do brasileiro seria a composição de sua “raça”, mas que seria sim ocasionada pela fome. Marques (1994) nos diz, que para esse cenário, enquanto o higienismo em voga ordenava espaços, a eugenia relacionava-se com o desenvolvimento de ações em prol de um aumento da resistência biológica, que resultaria no aperfeiçoamento da raça brasileira, e o disciplinamento do corpo, considerado como máquina para maior desempenho no sistema produtivo, tendo ao fundo a ideia de que um povo bem alimentado é um povo forte.

Esse contexto em que a política vigente era de caráter populista, nacionalista e desenvolvimentista, buscava consolidar políticas públicas que visassem fortalecer os laços familiares, tendo nos lares dos trabalhadores saudáveis o futuro da Nação. Nesse sentido a legitimação o Estado valorizava especialmente os avanços da à área da saúde como fundamental para o propósito dos planos governamentais. Contemporâneo a tudo isso, surge também a Ciência da Nutrição, que afirmava, a

⁵⁰ O termo Segurança Alimentar passou a ser usado após a Primeira Guerra Mundial, de acordo com Sampaio(2005,p.3), a Segurança alimentar é “condição garantida por um conjunto de princípios, políticas, medidas e instrumentos que assegurem permanentemente o acesso de todos os habitantes dos territórios nacionais a alimentos seguros, a preços adequados, em quantidade e qualidade necessárias para satisfazer as exigências nutricionais para uma vida digna e saudável, bem como com acesso aos demais direitos da cidadania, dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável.”

partir de seus métodos que utilizava inquéritos, demonstrar que o povo é fraco porque não se alimenta adequadamente, e assim propõe medidas para alterar esta situação. Tais medidas se mostram em consonância ao desejo nacional de desenvolvimento, e, em contrapartida o Estado busca legitimar essa nova ciência conferindo autoridade aos médicos⁵¹, financiando pesquisas e campanhas.

Com a Revolução de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, algumas medidas importantes são tomadas ainda durante o Governo Provisório, como a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, que não à toa junta os dois campos para atuação do Estado, tendo como seu primeiro ministro Francisco Campos. Nos quinze anos que Vargas ficará no poder (1930-1945) são idealizadas diversas políticas públicas voltadas para a alimentação, medidas que iam ao encontro dos desejos de todos que confiavam em ser esta uma das principais estratégias para a melhoria da “raça brasileira”.

No mesmo período o governo reconhece a ciência da nutrição. Neste contexto é que se inserem as contribuições de Josué de Castro, no entanto, vale destacar que aos olhos de hoje, muitas de suas propostas podem ser repensadas, inclusive com críticas a própria concepção de regionalismos. Neste sentido observa-se que apesar de Josué de Castro defender a questão do fim da fome no país, ele pode ter reforçado as diferenças, preconceitos, entre as regiões.

Financiadas pelo Estado, princípios e orientações vindas da área médica têm como principal alvo os locais de trabalho e as escolas. A partir das indicações oriundas da área da saúde por meio de materiais diversos e de fácil acesso à população, pretende-se inculcar novos hábitos, sem considerar, no entanto, as tradições ou o gosto das pessoas, propondo novos hábitos alimentares alicerçados racionalmente em princípios científicos.

O escolha da escola como um dos principais lugares para difusão dessas convicções, fundamenta-se na ideia de escola obrigatória para ensinar a criança - futuro cidadão, e relaciona-se diretamente com o princípio previsto na Constituição de 1934, no artigo nº149 prevê: A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite

⁵¹ Nutrólogos, sanitaristas, higienistas.

eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

A educação como direito de todos, não possui uma determinação por parte do Estado em oferecer escolas para todos. Sobre as considerações encontradas na linha a) do artigo 159 da mesma constituição, Flach(2011,p.3, grifo nosso), “que o ensino primário seria gratuito e de frequência obrigatória, sem estabelecer a **oferta obrigatória**, o que não obrigou o poder público a envidar esforços para que a população tivesse acesso real a escola elementar”.

Assim observamos que Vargas institui como direito constitucional a educação primária, no entanto, não cria formas que viabilizar tais medidas. O Estado não instrumentaliza por meio de políticas públicas meios para que isso ocorra. É reconhecido o direito à educação, porém o Estado brasileiro não o concretiza. Visto isso não podemos afirmar que todas as crianças que estavam na faixa etária entre 7 e 12 anos estavam na escola, conseqüentemente não foi toda a população que recebeu as orientações sobre alimentação e higiene.

Na esteira deste pensamento, vimos que Vargas cria o Ministério da Educação junto com o Ministério da Saúde, demonstrando que educação e saúde estavam alinhados com suas idéias. Com esta criação, ele indica também sua inquietação para com a saúde e educação da população. Todavia no âmbito das políticas públicas que garantam uma alimentação adequada para as crianças em idade escolar, ele não implementa a merenda.

O governo acolhe e valoriza as idéias da área da saúde, reconhece o trabalho das orientações para constituição de uma nova nação, sadia e produtiva, financia pesquisas mas não aplica concretamente nada para a “criança escolar”.

Vale destacar que é preciso que se reconheça que o governo Vargas fez um movimento no sentido de reconhecer a alimentação como fonte fundamental para o desenvolvimento da criança, não necessariamente sob à luz do que atualmente podemos reconhecer como Direitos Humanos, mas sobretudo embalado pelos ideais do eugenismo e do higienismo, pensamentos ainda bastante fortes no período.

Quanto á racionalidade das dietas, embora a idéia tenha sido considerada viável economicamente, não são acompanhadas de políticas públicas para fomentar a agricultura (no sentido de incentivar o cultivo, mesmo que doméstico para facilitar

a vida do trabalhador). Neste sentido o sentido de Segurança Alimentar era muito mais uma questão de fortalecimento da nação do que quaisquer outros objetivos⁵².

O mesmo pensamento de mudança de hábitos, vale para a educação para a higiene, que nas escolas era desenvolvida com base na inspeção médica, que envolvia recomendações quanto a normas de conduta pessoal, limpeza e que deveriam ser rigorosamente seguidas, sem se ater ao ambiente social que a pessoa vivia, suas condições e necessidades. O importante era se manter limpo e sadio para dar contribuir com a nação (FROTA, 2011).

É preciso ter-se em conta que no período estudado não havia grande aproximação de ideais da Declaração dos Direitos Humanos (esta só vai acontecer em 1948), embora o Brasil fosse signatário, a atmosfera política tendia a resolver problemas com vistas para uma nação produtiva, sem se ater a normas internacionais.

Por este prisma, no decorrer da pesquisa foi necessário esforço para procurar entender os acontecimentos sem a influencia do olhar de 2017. Sem mesmo contar com as premissas contidas na Declaração dos Direitos da Criança, que só veio a ser apresentada em 1959, fora do nosso escopo temporal.

Ressaltamos, por fim a ideia de que as propostas de racionalização da alimentação e educação alimentar para o “desenvolvimento da nação”, por meio do saber médico e da escola, adequavam-se aos princípios de recomposição de uma nacionalidade brasileira, diferente da que existia, esta era a política proposta na Era Vargas, principalmente no momento do Estado Novo (1937 –1945).

Em um contexto histórico vindo de um poder centralizador, as políticas voltadas à alimentação estavam atreladas ao fortalecimento do Estado sem necessariamente se preocupar com o bem estar da população. Ou seja o Estado estava acima do indivíduo. As políticas eram feitas para o Estado. No entanto, a política pública voltada para a merenda escolar, institucionaliza-se somente em 1955 e continua até os dias atuais.

⁵² Ao realizar o estudo das fontes, encontramos o trabalho de Dante Costa, que apontava sim, técnicas de cultivo para os menos favorecidos, a fim de baratear os alimentos e ter acesso aos produtos frescos. Contudo, Dante Costa se mostrou uma exceção.

REFERÊNCIAS E FONTES

1. BIBLIOGRÁFICAS

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro, IPA/INPES, 1988.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 4ª edição, São Paulo, Estação Liberdade, 2004.

BOOG, M.C.F. **Educação nutricional: passado, presente, futuro**. Revista de Nutrição. PUCCAMP, Campinas, v.10, n.1, p. 5-19, 1997.

BOOG Maria Cristina Faber. **Histórico da Educação Alimentar e Nutricional no Brasil**. In: DIEZ-GARCIA Rosa Wanda; CERVATO-MANCUSO Ana Maria. **Nutrição e Metabolismo: Mudanças Alimentares e Educação nutricional**, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. p. 67-73.

BORDIEU, Pierre. **A Distinção: a crítica social do julgamento**. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. E. Teixeira. Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRAVO, Maria Inês Sousa; PEREIRA, Potyara Amazoneira PEREIRA (Orgs.). **Política Social e Democracia**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: 1929-1989**. São Paulo: Edit. Univ. Estadual Paulista, 1991.

CAPARRÓS, Martín. **A Fome**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e Sociedade: uma história da alimentação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CARONE, Edgard. **A terceira República (1937-1945)**. 2ª Edição. São Paulo: Difel, 1982.

CASTRO, J. **Alimentação e Raça**. São Paulo: Civilizacao Brasileira, 1936.

_____. **Alimentação à Luz da Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Globo, 1937.

_____. **O Problema da Alimentação no Brasil – seu Estudo Fisiológico**. 3ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939

_____. **Geopolítica da Fome**. São Paulo: Brasiliense, 1968.

_____. **Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço.** 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984a.

_____. **FOME, um tema proibido.** Rio de Janeiro: Vozes, 1984b.

CASTRO, C.M., PELIANO, A.M. **Novos alimentos, velhos hábitos e o espaço para ações educativas.** In: CASTRO, C.M., COIMBRA, M. O problema alimentar no Brasil. São Paulo, ALMED, 1985.

COIMBRA et al. **Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil,** Belo Horizonte: INAE, 1982.

COUTINHO, A. O. N. **Alimentação do brasileiro - uma visão histórica.** São Paulo, 1988.

_____. **Merendas escolares: vinte e cinco sugestões de merendas para crianças escolares brasileiras.** Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do MEC, 1939.

_____. **Alimentação do escolar.** Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde; Imprensa Nacional, 1948

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos.** Graal: São Paulo, 2011.

DEWEY, John. **Vida e Educação.** São Paulo, Editora Melhoramentos, 1954.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses.** Rio de Janeiro: Paz e Terra Política, 1985.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação.** São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FREITAS, MCS. **Agonia da fome.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala.** 52ª edição. São Paulo: Global, 2013.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante ideal: O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945).** São Paulo: Civilização Brasileira, 2012.

L'ABBATE, Solange. **As políticas de alimentação e nutrição no Brasil. Período de 1940 a 1964.** Rev. Nutr., 1988.

- LEVINE, M, Robert. **Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas** . São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- LIMA, Eronildes Silva. **Mal de fome e não de raça: gênese, constituição e ação política da educação alimentar no Brasil (1934-1946)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Globo, 2007.
- LOPES, Ana Maria D`Ávila. **Os direitos fundamentais como limites ao poder de legislar**. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 2001.
- MAGALHÃES, Rosana. **Fome, Uma (Re) Leitura de Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.
- MALTHUS, Thomas. **Ensaio sobre a população**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996 [1798].
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça: médicos, educadores e o discurso eugênico**. Campinas, SP: UNICAMP, 1994.
- MINAYO, M. Cecília [org.] **Raízes da fome**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MONTANARI, Massimo. **A fome e a abundância – a história da alimentação na Europa**. São Paulo: EDUSC, 2003.
- MULLER, Pierre. **Les Politiques Puliques**. Paris: PUF, 2003.
- PAULA, Alvino Moreira de. **Na alimentação o futuro do Brasil**. Empresa gráfica O Cruzeiro S.A. Rio de Janeiro, 1950.
- PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 7ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.
- _____. **Histórias da gente brasileira: volume 1: colônia**. São Paulo: LeYa, 2016.
- PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 9 ed. São Paulo: Max Limonad, 2008.
- RIZZINI, Irma. **Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: EDUSU-CESPI/USU, 1993.
- RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças**. São Paulo: Cortez, 2009.
- SANTOS, C. R. ANTUNES. **História da Alimentação no Paraná**. Curitiba: Juruá Editora, 2007.
- SANTOS, Ricardo Ventura. **Mestiçagem, Degeneração e a Viabilidade de uma Nação: debates em antropologia física no Brasil (1870-1930)**. In: MAIO, Marcos Chor; (orgs.). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil: O ano de 1932 a Revolução e o Norte 1933**. Vol. II. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1938.

VALENTE, FLS. **O direito à alimentação: desafios e conquistas**(Org.), São Paulo: Cortez, 2002

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. **Como nasceram meus anjos brancos: constituição do campo da Nutrição em Saúde Pública em Pernambuco**. Recife: Bagaço, 2001.

VICENTE, Maximiliano M. **História e comunicação na ordem internacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa – geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez, 2011.

2. ARQUIVOS DISPONÍVEIS NA INTERNET

ANDRADE, Manuel Correia de. **Josué de Castro : o homem, o cientista e seu tempo**. Estud. av. vol.11 no.29 São Paulo Jan./Apr. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100009. Acesso realizado em 01 de junho de 2017.

BARBOSA, F. Alexandre. **O bom e velho desenvolvimentismo**. Teoria e Debate, edição 112, 2013. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2013/05/17/%EF%BB%BFo-bom-e-velho-desenvolvimentismo/> Acesso realizado em 10/01/2018.

BARROS, M.S.C e TARTAGLIA, J.C. **A política de alimentação e nutrição no Brasil: Breve Histórico, Avaliação e perspectivas**, 2003. Disponível em < <http://serv-bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/alimentos/article/viewArticle/847>> Acesso em 10 de junho de 2017.

BELIK, Walter; SOUZA, Luciana R. De. **Algumas reflexões sobre os Programas de alimentação escolar na América Latina**. Planejamento e políticas públicas, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/155/171> Acesso em: 18/10/2017.

BRASIL. **Decreto Lei nº 2.162**, de 1º de Maio de 1940. Institui o salário mínimo e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, 04/05/1940.

CANCIAN, Renato. **Estado do bem-estar social: História e crise do welfare state**. Pedagogia & Comunicação, p.3, 2007. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/estado-do-bem-estar-social-historia-e-crise-do-welfare-state.htm> Acesso realizado em 01/02/2018.

CRUZ, SCVE., and MATINS, CE. **De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura"**. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. Sociedade política no Brasil pós-61 [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/b4km4/pdf/sorj-9788599662632-03.html> Acesso realizado em 19/01/2018.

HENRIQUES, Abel. **Thomas Robert Malthus: a Teoria Malthusiana**. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra. 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/WuvkSw>> Acesso realizado em: 01 de junho 2017.

HOCHMAN, Gilberto. **“O Brasil não é só doença”: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3861/386138047015/> Acesso realizado em 02/10/2017.

MENEZES, Francisco. **Panorama Atual da Segurança Alimentar no Brasil**. Actionaid São Paulo: Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 1998. Disponível em: <http://amar-bresil.pagesperso-orange.fr/documents/secual/san.html> Acesso realizado em 20/10/2017.

MENESES, Ulpiano T. B.; CARNEIRO, Henrique. **A História da Alimentação: balizas historiográficas**. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 5, p. 9-91, jan./dez. 1997. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5349> Acesso realizado em 18/09/2017.

MONTEIRO, J.V; CUNHA, L.R. A. **Alguns aspectos da evolução do planejamento econômico no Brasil (1934-1963)**. Pesquisa e Planejamento econômico, vol.4, nº1, fev, 1974. Disponível em:<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/688/630> Acesso realizado em 01/10/2017.

MONTEIRO, Carlos Augusto. **A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil**. Revista Estudos Avançados 17 (48), 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a02.pdf>, acesso realizado em maio/2017.

NASCIMENTO, M. N. Manoel. **Educação e Nacional-desenvolvimentismo no Brasil**. Texto publicado no site HISTEDBR – Navegando na História da Educação Brasileira. Unicamp, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_nacional_desenvolvimentista_intro.html#cima Acesso realizado em 23/01/2018.

NASCIMENTO, R.C. do. **A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras**. Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 197-225, jul./dez. 2009. Arquivo em .pdf

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova Iorque, ONU, 1948. Disponível em < <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>> Acesso em 10 de junho de 2017.

RODRIGUES, Jaime. **Alimentação popular em São Paulo (1920 a 1950) – políticas públicas, discursos técnicos e práticas profissionais**. An.mus. Paul. Vol.15 nº2, São Paulo, 2007. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142007000200019

PAULA, A. João. **Raízes do Desenvolvimentismo: Pensamento e Ação de João Pinheiro**. Pesquisa e Debate, v.15, nº2, 2004. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11933/8638>. Acesso realizado em 10/12/2017.

SILVA, TLM. **Josué de Castro e os estudos sobre a fome no Brasil**. Cronos, v.10, n.1, p.51-77. Natal, 2009. Disponível
https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/viewFile/1767/pdf_18. Acesso em 19/junho/2017.

SILVA, Alberto Carvalho. **De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição**. São Paulo, 1995. Disponível em <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100007>
 Acesso em 01 de julho de 2017.

VALENTE, FLS. **Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos**. Saúde e Sociedade v.12, n.1, p.51-60, jan-jun 2003. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/08.pdf> Acesso realizado em 03/junho de 2017.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. **História do campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva no Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva vol.6, nº.1, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000100012
 Acesso realizado em 20/10/2017.

ZILLY, Berthold. **Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides de Cunha**. Disponível em:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doze/zilly12.htm>.
 Acesso em 16 de outubro de 2017.

Artigos em pdf. :

BASTOS, T.S. **Cartilhas de Educação Alimentar: Uma análise sócio-histórica, 1938 – 1946**. Dissertação, Fortaleza, 2011.

BEZERRA José Arimatea Barros. **A gênese do saber em alimentação e nutrição: emergência, divulgação e aplicação social**. Relatório de Pesquisa de Pós-Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Curitiba, PR: UFPR, 2009.

_____. **Educação alimentar e a constituição de trabalhadores fortes, robustos e produtivos: análise da produção científica em nutrição no Brasil, 1934-1941**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, nº1, jan/mar 2012.

_____. **Aprender a comer, comendo: análise sócio histórica de cartilhas sobre educação alimentar e nutricional, 1938-1946.** Revista Brasileira de História da Educação, 2016.

CANO, Wilson. **Da Década de 1920 à de 1930 : Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil.** Revista Economia, 2012.

CIDRACK, Marlene Lopes. **Caderno de anotação de aulas do Curso de Visitação Alimentar.** Fortaleza, CE: Escola de Nutri o Agnes June Leith, 1966. UFC, 2011.

_____. **Visitadoras de Alimenta o: legado da Escola Agnes June Leith.** Fortaleza, CE: Edi es UFC, 2011.

DIAS, Patrícia. **Prevenir   melhor que curar: A especificidade da França nos estudos de eugenia.** Projeto História, São Paulo, 2007.

FOGAGNOLI, Marcela. **O SAPS e a boa alimenta o: O Serviço de Alimenta o da Previdência Social e os trabalhadores (1940-1950).** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, São Paulo, 2011.

FERNANDES, P. Dantas. **Movimento Higienista e o atendimento   criança.** UFS, 2012.

FROTA, Jorge W. Da Silva. **Educa o e Alimenta o Idéias sociais, políticas e pedagógicas na obra de Dante Costa.** Disserta o de mestrado, UFC, 2011.

GALVANIN NETO, T.. **Uma Análise sobre os programas de combate   pobreza durante a primeira gestão de Getúlio Vargas (1930-1945).** Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/PDF/titogneto.pdf>

GONÇALVES, Castilho M. **Educa o, Higiene e Eugenia no Estado Novo: As palestras de Savino Gasparani transmitidas pela radio Tupi (1939-1940).** Cadernos de História da Educa o, 2011.

HOCHMAN, Gilberto. **Reformas, institui es e políticas de saúde no Brasil (1930-1945).** Educar, n.25. Editora UFPR, 2005.

LEMOS, M. O. Jullyane; MOREIRA, V. L. Patrícia. **Políticas e Programas de Alimenta o e Nutri o: Um Passeio pela História.** Revista Brasileira de Ciências da Saúde, Vol. 17 n 4 , 2013

LOPES, Ana Maria D' vila. **A implementa o do direito fundamental   alimenta o adequada no Estado Democrático brasileiro.** In: XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI, 2008, Salvador. Florianópolis : Funda o Boiteux, 2008.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. **José de Castro: o sociólogo da fome.** Disserta o de Mestrado. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2002.

_____. **A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras.** Revista IDeAS, v.3, n.2, jul/dez, 2009.

PELIANO AMTM. **A Política Nacional de Alimentação e Nutrição: breve retrospectiva histórica.** Caderno NESP: Economia e Nutrição - contribuição para um debate CEAM/ Núcleo de Estudos em Saúde Pública. Ano 1, nº2. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; 1998.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Políticas sociais e corporativismo no Brasil: O Departamento Nacional da Criança no Estado Novo.** Dissertação de mestrado. UFF, 1992.

PILLA, M.C.B.A. **Escola de Virtudes: Sociabilidades no Colégio Cajuru - 1907-1942.** Dissertação de mestrado. UFPR, 1999.

ROCHA, P.H. Helena. **Alfabetização, saneamento e regeneração nas iniciativas de difusão da escola primária em São Paulo.** Pro-Posições Vol.22, nº2. Campinas, 2011.

RODRIGUES, Jaime. **A “alimentação racional”: uma proposta de mudança nas práticas alimentares durante o Estado Novo (1937-1945).** XXIV Simpósio Nacional de História, 2007a.

SAMPAIO, M. F. A. **Agricultura e segurança alimentar: uma análise sobre a produção e a disponibilidade de alimentos na América Latina.** Campinas, SP: [s.n.], 2005.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa.** História: questões & debates. UFPR, jan. jun./2005a, n. 42, p. 11

SANTOS, L.A.S. **Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis.** Revista de Nutrição, Campinas, 18(5): 681-692, set./out. 2005.

SILVA, Alberto Carvalho da . **De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição.** Revista Estudos Avançados, vol. 9, n.23. São Paulo: USP, jan./abr. 1995

SILVA, Samara Mendes Araújo. **A Luz dos valores religiosos: as escolas confessionais católicas e a escolarização das mulheres piauienses (1900-1973).** Dissertação de mestrado. UFPI, 2007.

SILVA, Vilma Corrêa. **A Mate com Angu e suas estratégias contra a evasão escolar (1921-1937) : Duque de Caxias na historia da educação brasileira.** Recôncavo : Revista de História da UNIABEU Vol.4 nº6, 2014.

SILVEIRA, J.I. **PROFISSIONALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.** Tese de doutorado. PUCSP, 2013.

STOLARSKI, Márcia. **Avaliação do programma de merenda escolar no Estado do Paraná.** Dissertação de mestrado. UFPR , 2001.

VASCONCELOS FAG. **Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula.** Revista de Nutrição, 18(4):439-457, 2005.

3. TEXTOS E DOCUMENTÁRIOS

CASCUDO, Luís da Câmara. O historiador da fome. In: ASCOFAM. O drama universal da fome. Rio de Janeiro, 1958.

CASTRO, Josué. FOME é a vergonha do mundo. In: MUNDO ilustrado. Rio de Janeiro, 1960

CDESC. “Comentário Geral nº 12 – o direito humano à alimentação” in: VALENTE, F.L.S. Direito Humano à Alimentação – desafios e conquistas. São Paulo, Cortez Editora, 2002. p 261-272

Documentário do Nordeste. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

JONSSON, U. “As causas da fome” in VALENTE, F.L.S.(org) Fome e desnutrição: determinantes sociais. São Paulo: Cortez, 1986: 48-65.

SINGER, Paul. Os efeitos da crise econômica sobre o estado de nutrição dos brasileiros. In.: Minayo, Maria C. [org.]. Raízes da fome. FASE. Petrópolis: Vozes, 1985, pp.50-57.

4. FONTES

ALMEIDA JÚNIOR, A. **Alimentação na idade escolar e pré-escolar.** Boletim do Instituto de Higiene, São Paulo, v. 15, 1923a. (acesso via internet)

ALMEIDA JÚNIOR, A. **Cartilha de higiene para uso das escolas primárias.** São Paulo: Instituto de Higiene, 1923b. (acesso por meio indireto, através de outros trabalhos)

BOTELHO, Thalino. **Os pequenos fundamentos da boa alimentação.** Rio de Janeiro: Serviço de Propaganda e Educação Sanitária, 1938. (acesso pela Biblioteca da PUCPR)

_____. **Acesso à alimentação racional.** 2.ª ed. Rio de Janeiro: [s.e.], 1955. (acesso por meio indireto, através de outros trabalhos)

COSTA, Dante. **Bases da alimentação racional: orientação para o brasileiro.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. (acesso por meio indireto, através de outros trabalhos)

PEREGRINO JÚNIOR, J. R. **Alimentação: problema nacional.** Rio de Janeiro: Mauá, 1941. (acesso por meio indireto, através de outros trabalhos)

RANGEL, Mário. **Cartilha de alimentação do Brasil**. Rio de Janeiro: Mauá, 1938.
(acesso por meio indireto, através de outros trabalhos)